

Luciana Ribeiro de Brito

**“VOCÊ FECHA MINHA ESCOLA E EU TIRO O SEU  
SOSSEGO”: OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E MOVIMENTO  
ESTUDANTIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Brito, Luciana Ribeiro de  
"Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego"  
: ocupações secundaristas e movimento estudantil /  
Luciana Ribeiro de Brito ; orientador, Paulo Sérgio  
Tumolo, 2018.  
213 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,  
Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis,  
2018.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Ocupação de escolas. 3. Movimento  
Estudantil. 4. Insurgência. I. Tumolo, Paulo  
Sérgio. II. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Luciana Ribeiro de Brito

**“VOCÊ FECHA MINHA ESCOLA E EU TIRO O SEU  
SOSSEGO”: OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS E MOVIMENTO  
ESTUDANTIL**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 29 de agosto de 2018.

---

Prof. Elison Antonio Paim, Dr.  
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Paulo Sérgio Tumolo, Dr.  
Orientador  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Sandra Luciana Dalmagro, Dr.  
Examinadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Selmo Nascimento da Silva, Dr.  
Examinador  
Colégio Pedro II

---

Prof. Rodrigo Rosa da Silva, Dr.  
Suplente  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todos os  
filhos do povo que ainda ousam lutar

## AGRADECIMENTOS

À Paulo Tumolo e sua valiosa atenção aos meus tortuosos percursos de pesquisa. Por ter visto muito antes de mim e, tão paciente quanto provocativamente, ter me mostrado o melhor do meu trabalho. Por sua intransigência e valentia, que se tornaram exemplo do que considero que um pesquisador deve ser.

A todos os pesquisadores do GECATE, por me acolherem como sua ovelha negra.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos do Poder (NEP-UFRRJ), pela insistência em defender que a ciência exige a insurreição do pensamento.

À Andressa Argenta e Emanuelli Dalsasso, que dividiram comigo boa parte das tarefas necessárias à reprodução da força de trabalho que produziu essa dissertação (as tantas horas de trabalho não pagas pela CAPES). Além disso, dividiram artes, brigadeiros e vinhos. Comemoraram comigo todas as pequenas vitórias dessa jornada de pós-graduanda e, com ainda maior frequência, consolaram meus desesperos e angústias. Vocês fizeram da casa um lar.

À Rafael Lemos, com quem, há dois anos, tomei a primeira cerveja nesta ilha. Que me fez companhia no primeiro dia vivendo por aqui e desde então tem feito parte dos momentos sublimes e terríveis que rodeiam este mestrado. Que tanto tem me ensinado sobre cuidado e dedicação. Eu não poderia sequer imaginar formas de companheirismo que pudessem ser mais valiosas. Tudo que houver de bom neste trabalho, é fruto deste afeto.

A todos os camaradas que, longe ou perto, me encorajam. Agradeço o suporte, a confiança, a paciência e a atividade que nos constitui enquanto força coletiva dotada de cada vez maior potencial de criação e destruição. Aos daqui e aos que não vejo com frequência - mas posso sentir vigorosamente em meu coração -, saibam que sua força, obstinação e honradez são minha fé e meu sustento. Com vocês, aprendi a manter sempre uma mão estendida e um punho cerrado. É assim que pesquiso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código

de Financiamento 001. Ainda que que as bolsas de fomento à pesquisa não sejam reajustadas desde 2013 e que seu valor esteja gravemente defasado. A luta pela reapropriação destes recursos anima sobremaneira este trabalho.

À classe trabalhadora de todo o mundo, que verdadeiramente produziu os recursos que possibilitaram a consecução desta pesquisa. Mais do que isso, que com suas rebeliões, produziu a inspiração para que esta pesquisadora dedicasse suas poucas energias à produção de uma ciência das insurgências, nos diversos sentidos em que este termo possa ser interpretado. Por nossas mãos, tudo o que é nosso, será restituído.

*Quem sou eu, então, e o que me leva agora a publicar este trabalho? Sou um pesquisador apaixonado pela verdade e um inimigo não menos encarniçado das ficções malfazejas das quais o partido da ordem, esse representante oficial, privilegiado e interessado e todas as torpezas religiosas, metafísicas, políticas, jurídicas, econômicas e sociais, presentes e passadas, tenciona servir-se ainda hoje para embrutecer e subjugar o mundo*

*(Mikhail Bakunin)*

*Pode até ser que seja bobo, mal escrito, que não sirva pra nada. Entretanto, foi escrito com integridade, com sinceridade, foi escrito como desejei que fosse escrito, e esse é o maior orgulho que um escritor pode ter*

*(Agatha Christie)*

## RESUMO

A presente dissertação resulta de pesquisa sobre o conflito político em torno do projeto de reorganização de escolas estaduais no estado de São Paulo, no ano de 2015, no qual 212 unidades escolares foram ocupadas pelos estudantes como forma de protesto. Partimos do pressuposto de que existem duas dimensões a serem investigadas neste fenômeno, a saber, o antagonismo entre o movimento secundarista insurgente e o Governo Estadual Paulista, que constitui um eixo vertical do conflito, e a disputa interna entre diferentes correntes políticas atuantes no movimento estudantil, o que chamamos de eixo horizontal. Por considerar que uma das determinações mais fundamentais da luta política é a orientação assumida pelas diferentes forças coletivas em confronto, a centralidade das questões estratégicas, ideológicas e organizacionais será o fio condutor da investigação sobre o processo. A partir da investigação desta experiência particular, buscamos extrair algumas hipóteses analíticas sobre o movimento estudantil de modo geral, especialmente a respeito de sua constituição enquanto força coletiva, bem como suas crises e desafios na contemporaneidade. Para tanto, nos baseamos no arcabouço teórico da abordagem coletivista, constituída a partir das teses de autores como Pierre- Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Georges Gurvitch, que lega um método de análise que procede “de baixo para cima”, dos elementos particulares às totalidades, e busca investigar os fenômenos sociais a partir da ação das forças coletivas que os conformam. A pesquisa privilegia o estudo dos materiais produzidos pelos próprios sujeitos do confronto e combina esta pesquisa empírica com um estudo complementar da produção acadêmica sobre a temática. Deste modo, pretendemos abranger ao máximo a diversidade e complexidade do movimento a fim de elaborar algumas hipóteses explicativas para os fenômenos da ação coletiva estudantil.

**Palavras-chave:** Ocupação de escolas; Insurgência; Movimento Estudantil; Estratégia.



## ABSTRACT

This thesis is based on researches on the political conflict surrounding reorganization project for state schools in the state of São Paulo, in the year 2015, in which 212 school units were occupied by students as a protest method. We start from the assumption that there are two dimensions to be investigated in this phenomenon, namely the antagonism between the insurgent secondary-school students' movement against São Paulo State Government, composer of a vertical axis of the conflict, and the internal dispute between different political trends inside the student movement, which we call a horizontal axis. Considering that one of the most fundamental determinations of political struggle is the orientation undertaken by the different collective forces in confront, the centrality of strategic, ideological and organizational matters will be the guiding thread of investigation into the process. From the investigation of this particular experience, we seek to extract some analytical hypothesis about the student movement as a whole, regarding its constitution as a collective force, as well as its crisis and challenges in contemporaneity. Therefore, we are based on the theoretical framework of the collectivist approach, built on the thesis of authors such as Pierre Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin and Georges Gurvitch, which provides an analysis method that proceeds "from the bottom up", from the particular elements to the totalities, and seeks to investigate social phenomena from the action of the collective forces that conform to them. This research privileges the study of materials produced by the subjects composing the confrontation itself and combines this empirical research to a complementary study of the academic production on this matter. Thereby, we intend to embrace the diversity and complexity of the movement to the maximum in order to elaborate some explanatory hypothesis for the phenomena of students' collective action.

**Keywords:** School occupation; Insurgency; Student Movement; Strategy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGP – Ação Global dos Povos

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

CMS – Coordenação dos Movimentos Sociais

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CONLUTE – Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EE – Escola Estadual

FEL – *Frente de Estudantes Libertários*

FHC – Fernando Henrique Cardoso

G.A.S. – Grupo Autônomo Secundarista

Ideb - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Idesp - Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo

ME – Movimento Estudantil

MJG – Movimento por Justiça Global

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MPL – Movimento Passe Livre

MR8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PM – Polícia Militar

PSDB – Partido da Socialdemocracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SSP - Secretaria de Segurança Pública

UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UBM – União Brasileira de Mulheres

UJS – União da Juventude Socialista

UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEGRO - União de Negras e Negros Pela Igualdade

UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 “CONTRA O FECHAMENTO, OCUPAÇÃO” .....	31
2.1 – Antecedentes imediatos.....	32
2.2 – A reorganização escolar .....	37
2.3 – Dois estágios da luta contra o fechamento de escolas .....	44
2.4 – Insurgência e contrainsurgência.....	66
3 ORGANIZAÇÕES E ESTRUTURAS NA INSURGÊNCIA ESTUDANTIL..	87
3.1 Ideologia, organização e estratégia.....	89
3.2 A estrutura oficial .....	91
3.3 A situação .....	101
3.4 A oposição .....	112
3.5 O Comando das Escolas Ocupadas.....	141
4 DA PARTE AO TODO: APORTES PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL.....	157
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	177
REFERÊNCIAS .....	192
APÊNDICE 1 .....	201
APÊNDICE 2 .....	209

## 1 INTRODUÇÃO

Por ocasião do cinquentenário das célebres mobilizações estudantis que, em 1968, desassossegaram cidades em diversas partes do mundo, nos parece oportuno (re)atrair os interesses investigativos para as lutas estudantis contemporâneas.

O assassinato de Edson Luís de Lima Souto em 28 de março, o confronto na *Plaza de la Constitución* na Cidade do México em 26 de julho e a invasão no *Quartier Latin* em 3 de maio são alguns dos episódios emblemáticos do ano de 1968, que eternizaram as explosivas resistências estudantis no México, na França e no Brasil. Naquele ano, a convulsão estudantil se fez sentir também na Espanha, Itália, Bélgica, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Uruguai, Guatemala, Polônia, Tchecoslováquia, Japão, Etiópia, Argentina, Venezuela e Peru (MARTINS FILHO, 1996). Algumas das iniciativas de maior impacto foram as ocupações de escolas, universidades e bairros universitários, protegidas por barricadas e cercadas de solidariedade popular.

Em maio de 1968, uma ocupação marca o início da greve estudantil contra a Portaria 31 na Escola Estadual Fernão Dias Paes, em São Paulo<sup>1</sup>. Se passaram 47 anos até que as ruas do bairro de Pinheiros

---

<sup>1</sup> A Portaria nº31 da Secretaria Estadual de Educação diminuía a carga horária semanal do professorado paulista, sob alegação de excesso de docentes na rede. Professores e estudantes de diversos colégios se contrapuseram à medida devido ao conseqüente prejuízo salarial. Na Fernão Dias, outra reivindicação era a demissão de Leila Busch Alves, acusada de irregularidades na administração escolar. Cerca de 21 colégios aderiram ao movimento.

testemunhassem novamente uma agitação estudantil daquele porte<sup>2</sup>. Em 2015, o colégio com nome de bandeirante foi novamente (re)apropriado pela insurgência estudantil que, entre os meses de novembro e dezembro, tomou escolas estaduais contra o projeto de reorganização da rede estadual paulista. Em um período de poucas semanas, a resistência secundarista surpreendeu governos, imprensa, acadêmicos e movimentos sociais ao assumir o controle de mais de duzentas escolas em todo o estado de São Paulo.

Em setembro de 2015, o Governo Estadual paulista anunciou uma medida de reorganização da rede de ensino que acarretaria o fechamento de 94 unidades escolares, além de uma série de outros desdobramentos, como demissões e remanejamentos, que impactariam profundamente o cotidiano de professores, servidores, estudantes e seus familiares. A proposta provocou ampla indignação e, rapidamente, começaram a ser organizadas manifestações em diversas cidades - na capital, no interior e no litoral - que, durante todo o mês de outubro, tiveram ocorrência quase diária em frente a escolas e diretorias de ensino. Os autores de *Escolas de Luta*, obra matricial sobre a temática, contabilizam 163 protestos em cerca de 60 cidades (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Diante da indiferença do Governo, que se recusava dialogar com o movimento mesmo após um mês de protestos, os estudantes decidiram radicalizar a luta e adotaram a ocupação de escolas como método para pressionar pela retirada do projeto. A Escola Estadual Diadema foi a

---

<sup>2</sup> Foge ao escopo deste trabalho o estudo das lutas estudantis neste hiato de tempo. Para atender nossos objetivos de pesquisa, serão resgatados apenas processos de luta recentes que diretamente se relacionam com o caso de 2015.

primeira a ser ocupada, no dia 9 de novembro, desencadeando um processo no qual cerca de 212 escolas<sup>3</sup> estiveram sob controle estudantil em todo o estado nos últimos meses de 2015.

Os estudantes secundaristas, ao optarem pela tática de ocupação das escolas estaduais, lograram a suspensão temporária do projeto de reorganização escolar, e também recolocar o movimento estudantil como sujeito destacado nas disputas pela educação pública, assim como nos debates teóricos no campo da Educação e da Política. As interpretações sobre o significado deste movimento seguem em disputa.

A presente dissertação dedica-se ao estudo deste processo, estopim de um ciclo de lutas estudantis que, entre os anos de 2015 e 2016, se manifestou em diversos estados brasileiros como Goiás, Paraná, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros mais<sup>4</sup>, além de inspirar mobilização similar no Paraguai<sup>5</sup> e, novamente em São Paulo, em 2016<sup>6</sup>. A marca principal deste ciclo é a adoção da tática de ocupação de escolas

---

<sup>3</sup> Os números divergem nas diferentes fontes. Trabalharemos com o montante de 212 ocupações mapeadas por nós a partir da combinação e confrontação de dados de diferentes fontes, documentais e empíricas. Disponibilizamos a listagem (Apêndice 2) para conferência e possíveis retificações.

<sup>4</sup> Ao final de 2015, cerca de 28 escolas foram ocupadas em Goiás. Em março de 2016, mais de 70 escolas foram tomadas no Rio de Janeiro. Em maio de 2016, aproximadamente 150 escolas foram ocupadas no Rio Grande do Sul. No Ceará, os estudantes ocuparam mais de 50 escolas em maio de 2016. Em outubro de 2016, ocorreram mais de 300 ocupações no Paraná.

<sup>5</sup> Em maio de 2016, secundaristas paraguaios foram às ruas e ocuparam suas escolas em protestos contra o Ministério da Educação, principalmente após denúncias que relacionavam a ministra Marta Lafuente a esquemas de superfaturamento na compra de alimentos para as escolas. Ver mais em: <https://bit.ly/2NfhsKv>

<sup>6</sup> A piora das condições das merendas em toda a rede e a denúncia de desvio de verbas destinadas à alimentação escolar impulsionaram uma nova onda de ocupações, desta vez, principalmente nas escolas técnicas.

estaduais e, para compreender esta onda de mobilizações, consideramos especialmente relevante estudar seu evento detonador.

Não nos ocorre a pretensão de esgotar todo o montante de questões pertinentes às recentes mobilizações de estudantes no Brasil, visto tratar-se de uma totalidade complexa, bastante heterogênea e contraditória em si e em relação a outros fenômenos e processos sociais. No curso de elaboração da pesquisa, empreendemos esforços em investigar algumas configurações das ocupações paulistas que, como marco da ação coletiva estudantil no Brasil, oferece alguns importantes apontamentos teóricos sobre esta última.

Bringel (2009) aponta a existência de uma dinâmica cíclica nas mobilizações estudantis, em que os diferentes ciclos apresentam relações de continuidade e ruptura entre si, principalmente em termos de opções organizativas e formas de engajamento político externas às instituições de ensino. Tal característica imprime ao movimento estudantil um caráter variável e mutável, marcado por ascensos e declínios, em que grandes levantes e processos insurgentes são seguidos de desmobilização e perda de vitalidade. Muito desta dinamicidade é promovida pela constante disputa de projetos políticos e estratégias defendidos pelos distintos grupos que se dedicam às reivindicações estudantis.

Acreditamos que essa complexidade não foi ainda devidamente estudada e dimensionada. Sem a pretensão de satisfazer por completo a essa demanda, a presente pesquisa pretende trazer dados e esboçar teses acerca das morfologias da ação coletiva estudantil, em relação às diferentes conjunturas sociais, políticas e econômicas que determinam a realidade educacional.



O sociólogo James Scott assevera que "a investigação detalhada e contextualizada de casos específicos é o elemento vital da teoria" (SCOTT, 2013, p.16). Tal proposição orienta a definição do recorte do estudo. Nosso propósito amplo é contribuir com o avanço das pesquisas sobre a ação coletiva estudantil e, para fazê-lo, optamos por dirigir o olhar a um fenômeno particular: o movimento de ocupação de escolas estaduais no estado de São Paulo, no segundo semestre de 2015.

Em nosso entendimento, o processo não pode ser devidamente compreendido em si. É preciso que o movimento seja compreendido como uma expressão da continuidade e do aprofundamento de um tipo de fazer político que tem adquirido cada vez mais relevância no contexto global que, combinado com as especificidades da luta estudantil, produziu um resultado singular. Apresenta-se então a exigência analítica de situar as ocupações de escola nos marcos das lutas estudantis brasileiras e das resistências populares a nível global.

O processo em questão emerge em um contexto em que a política educacional é cada vez mais direta e estreitamente ditada por atores privados e instituições multilaterais, que concebem políticas de adequação das redes de ensino público às necessidades da economia capitalista em transformação. Essa atual fase do processo de acumulação de capitais tem como marca as chamadas políticas estatais neoliberais, das quais o projeto de reorganização escolar se mostra exemplar.

Os efeitos da implementação de tais políticas têm suscitado, em diversos países, protestos que adquirem proporções multitudinárias e, em alguns casos, configurações semi-insurrecionais. Apesar de suas particularidades, podemos descrever esse quadro como uma série mundial de revoltas (WALLERSTEIN, 2013) na qual, sem dúvida, a insurgência

dos secundaristas paulistas se insere. A marca distintiva das lutas neste período é a rejeição da tradicional política verticalizada e a adoção da ação direta como orientação fundamental. Tal dinâmica não é apenas uma resposta a um vácuo de representação política na esfera governamental, como tem sido compreendido por diversos analistas, mas a eclosão de um acúmulo de resistências que há décadas escapam ao controle das forças políticas autolimitadas à dimensão institucional. Discutiremos mais adiante essas configurações.

Apesar da proximidade objetiva entre as lutas estudantis e as instituições de ensino e pesquisa, identifica-se uma relativa escassez de produção teórica sobre a temática. Em contrapartida, observa-se, a partir de 2016, um crescente empenho intelectual em teorizar sobre o movimento de ocupações escolares.

Realizamos um levantamento bibliográfico em bibliotecas e sites acadêmicos como Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Scientific Electronic Library Online (SciELO), além da plataforma *Scholar Google*, cujos resultados permitem identificar o estado atual da problematização teórica sobre o objeto. As principais fontes observadas para o mapeamento dessa produção acadêmica foram as publicações em periódicos, comunicações em anais de eventos e dissertações produzidos no Brasil entre os anos de 2015 e 2018 em diversos campos do conhecimento. Entre os diversos trabalhos encontrados, a amostra selecionada para análise obedeceu a um critério de relevância e consistência de conteúdo: foram selecionados apenas os trabalhos que

tinham a resistência estudantil como temática central<sup>7</sup>. Nossa compilação, referente às produções publicadas entre 2016 e julho de 2018, compreende 21 trabalhos, entre comunicações, artigos, monografias e dissertações.

A pesquisa bibliográfica consistiu na busca e seleção de trabalhos acadêmicos, prioritariamente na área das ciências humanas, a fim de mapear o estado da produção sobre a temática e confrontar perspectivas<sup>8</sup>. Tal procedimento nos permite tanto nos apropriar de elementos analíticos desenvolvidos por outros pesquisadores e ampliar nossa capacidade explicativa quanto contribuir com a disputa teórica sobre os sentidos da ação coletiva secundarista, dilatando os horizontes da pesquisa que podem ser apropriados por outros investigadores interessados na temática.

Ao inventariar a produção sobre determinada temática, pode-se verificar as escolhas teóricas e metodológicas dos autores, bem como a existência de certas tendências analíticas a ser acompanhadas ou refutadas pelas análises em construção. Nossa compilação demonstra que, apesar de certa heterogeneidade (que se expressa tanto pelo conteúdo e abordagens quanto pelo amplo quadro de referências utilizado pelos

---

<sup>7</sup> Em parte dos trabalhos identificados nas primeiras triagens, as ocupações de escolas paulistas figuravam apenas como pano de fundo para outros debates como, análise da política de reorganização escolar, análise do discurso midiático, direitos humanos, protagonismo juvenil, entre outras questões que não contribuem imediatamente com o desenvolvimento de nosso tema, por isso não integraram o escopo de nosso balanço de literatura.

<sup>8</sup> A relação de trabalhos está disponível no Apêndice 2, ao final desta dissertação.

autores para subsidiar suas análises), tem se desenvolvido uma identidade de pesquisa sobre a temática das ocupações secundaristas<sup>9</sup>.

Em termos de abordagem teórica, as análises de ALTHEMAN, 2017; ARONI, 2017; COELHO, 2017; CORTI, CORROCHANO e SILVA, 2016; DE SORDI e MORAIS, 2016; MEDEIROS e JANUÁRIO, 2017; PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016; ROMANCINI e CASTILHO, 2017; TORI e HOMMA, 2018 são, mais ou menos diretamente, informadas pelo campo das teorias dos movimentos sociais, principalmente as teses da Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Os trabalhos de SANTOS, 2016; CATINI e MELO, 2016 e PATTA, 2017 assimilam, ainda que parcialmente, uma agenda de pesquisa oriunda da teoria marxista. Com menor incidência, existem outras abordagens que se fazem presentes, mas em grande medida convergem em suas pretensões e conclusões com o primeiro grupo de trabalhos.

A análise deste material permite identificar alguns limites nas caracterizações que vem sendo produzidas. De modo geral, entre os diferentes recortes dados, as pesquisas se dedicam a estudos de caso que, via de regra, esgotam-se em si mesmos. Grosso modo, esses trabalhos são relatos descritivos e pouco analíticos, cuja textualidade se concentra em descrever dinâmicas internas de ocupação de uma escola em particular ou daquilo que se considera comum a todas e, em geral, não se dedicam a uma análise de fôlego sobre os processos descritos. Na maior parte dos

---

<sup>9</sup> Essa nossa hipótese é corroborada também pela análise preliminar de produção sobre outros processos de ocupação de escolas por secundaristas, em datas e locais distintos de nosso objeto e que, por esse motivo, não foram diretamente incluídas no presente estudo.

casos, os pesquisadores se mostram entusiastas da ação estudantil e buscam, a partir de abordagens antropológicas ou microsociológicas, legitimar e positivar a ação estudantil como um todo. Essas análises ficam circunscritas aos processos visíveis e imediatos de organização das ocupações. Poucos autores buscaram construir um debate mais amplo e elaborado

e praticamente nenhum levantou críticas a qualquer aspecto do processo.

A maior parte dos trabalhos enfatiza a articulação para a tomada das escolas como uma das novas formas de associativismo político civil nos movimentos sociais e de juventude. Os escritos enfatizam a emergência de novos atores políticos, novas arenas de disputa, novos repertórios de ação, novas formas de mobilização e novos conflitos sociais na sociedade brasileira – um conjunto de novidades na política contemporânea do qual o movimento de ocupações seria o mais genuíno exemplar<sup>10</sup>. Por um lado, alguns pesquisadores realizam o importante esforço de incluir o fenômeno estudado no quadro ampliado da geopolítica da indignação a nível global, por outro, nota-se um abuso da novidade histórica, em que se exageram os elementos de ruptura e são menosprezadas as relações de continuidade entre diferentes momentos, episódios e modelos da movimentação estudantil no país.

Isso fica evidente quando se constata que maior parte dos escritos desconsidera a resistência cotidiana anterior desses grupos no interior das

---

<sup>10</sup> Não compartilhamos desta leitura que confere ineditismo às táticas mobilizadas pelos secundaristas paulistanos. A ocupação de escolas e outras modalidades de ação direta mobilizadas já haviam sido anteriormente experimentadas em outros países e inclusive no Brasil. Ocorre que até 2015 eram táticas pouco hegemônicas no repertório do ME – e inclusive rechaçadas pelas forças políticas hegemônicas – e que se popularizam a partir do exemplo paulista.

instituições de ensino e não incorpora a historiografia do Movimento Estudantil ou das entidades e grupos envolvidos no processo atual. Essa dificuldade interpretativa está condicionada por práticas viciadas comuns entre as pesquisas sobre ação coletiva, como a que Bringel (2013) denomina como “miopia temporal presente/passado” que induz os pesquisadores a superdimensionar e supervalorizar as lutas atuais elegendo-as como novos mitos fundacionais em determinada conjuntura.

Grande parte das pesquisas com que tivemos contato tende a imputar ao movimento secundarista um comportamento político homogêneo e ignorar a existência de polarizações internas, gerando uma leitura reducionista. Uma análise superficial pode produzir o entendimento de que todas as tendências, correntes e organizações que confluíram no movimento de ocupações convergiam sobre a função das lutas estudantis. Nossas investigações, no entanto, apontam para uma realidade distinta.

Ao partir da concepção de que todos os grupos sociais são unidades pluralmente determinadas (culturalmente, economicamente e politicamente), observamos que desconsiderar essa diversidade impossibilita uma apreensão real dos sujeitos e sua relação com a estrutura de exploração e dominação. Entender o movimento de ocupações em abstrato, negligenciando os sujeitos concretos responsáveis pela materialização histórica deste enquanto sujeito coletivo, significa acionar uma leitura idealista dos processos políticos. Para evitar tal equívoco, nos dedicaremos a estudar essa dimensão ainda pouco

explorada pelos estudos sobre as ocupações secundaristas: as polarizações internas ao movimento.<sup>11</sup>

A partir do campo de interesse da teoria política, as questões norteadoras da pesquisa apontaram para a necessidade de comparar e relacionar o modelo organizativo das ocupações paulistas em relação aos modelos institucionalizados de organização estudantil, remetendo-os às estratégias políticas das quais são produto. Nesse sentido, nossa hipótese de estudo sugere, a partir da observação de um evento particular, que a existência de conflitos internos evidencia a operação de distintas estratégias no movimento estudantil, que se dão simultaneamente aos conflitos externos dos estudantes com os poderes instituídos.

Para investigar esta e qualquer outra asserção é necessário recorrer a algum corpo teórico que permita ao pesquisador, a partir de um conjunto de métodos e teses, interpretar eventos e elaborar hipóteses que podem ou não ser comprovadas no diálogo com o real. A presente pesquisa opta pela abordagem coletivista (FERREIRA, 2016) dos fatos e fenômenos políticos e sociais. Tal perspectiva, que privilegia a compreensão da vida social a partir das coletividades que a produzem, se fundamenta a partir das análises e conceitos presentes na obra de Pierre-Joseph Proudhon e Mikhail Bakunin, principalmente em suas teses sobre poder e organização social.

A teoria coletivista oferece fundamentos para uma crítica científica e radical da sociedade, das organizações políticas e das lutas

---

<sup>11</sup> Como nosso propósito de pesquisa não é desenvolver um estudo pormenorizado dos trabalhos acadêmicos sobre a temática e suas limitações, dentre os diversos aspectos que poderiam ser abordados para diminuir as defasagens identificadas, elegemos apenas um, que consideramos fundamental e não encontramos qualquer desenvolvimento a respeito.

sociais. Afirma a centralidade da experiência, sempre plural e diversa, dos sujeitos concretos (forças coletivas) na transformação social, mediante organização e luta de classes. Nesta concepção, materialista e sociológica, a experiência coletiva é o fundamento de toda análise.

Compreende-se que as generalidades dos fenômenos e estruturas sociais só podem ser devidamente compreendidas à luz do movimento real de suas particularidades. Do mesmo modo, o estudo dos eventos singulares requer a compreensão das estruturas e fenômenos que os englobam. Ademais, como consequência desta relação de interdependência entre partes e totalidade, estabelece-se uma dialética entre ação e pensamento, de modo que as ideias são determinadas pela atividade concreta dos sujeitos históricos e a atividade social é também determinada pela produção e reprodução de determinadas formas de saber.

A abordagem coletivista repousa sobre um arsenal de pesquisa experimental, posto que busca extrair suas teses da experiência concreta, e compreensivo, pois visa estabelecer relações entre diferentes efeitos, causas, regularidades e irregularidades que compõem o movimento de ação e transformação. Sua orientação é multifocal, pois visa perseguir a pluralidade de perspectivas acerca de um objeto, e também comparativa, porque compara e contrapõe os diferentes enfoques analíticos. Sobretudo, se trata de uma abordagem crítica, que nega as teses consolidadas pelo contraste destas com novas experiências.

Deste modo, compreendemos que o método dialético de análise se apresenta como o mais vigoroso para as ciências humanas, por estar de acordo com o movimento de totalização e destotalização das manifestações diversas da realidade social.



o método dialético é um método de luta contra toda a simplificação, cristalização, imobilização ou sublimação, no conhecimento, dos conjuntos humanos reais e, em particular, das totalidades sociais. É o chamar a atenção para o realçar das complexidades, das sinuosidades, das flexibilidades, das tensões sempre renovadas, bem como das viragens inesperadas de que a apreensão, a compreensão e o conhecimento destes conjuntos devem se aperceber, a fim de não os trair (GURVITCH, 1982, p.256)

Por considerar que a produção científica é responsável tanto pela explicação do social quanto por contribuir com sua transformação, a presente pesquisa apresenta propósitos de ordem intelectual e prática. Em relação aos primeiros, destacamos 1) o intento de descrever um fenômeno social - a saber, o movimento de ocupação de escolas estaduais em São Paulo, no segundo semestre de 2015 – do modo mais pluralista e real possível; 2) o interesse em explorar uma temática pouco debatida no âmbito das ciências políticas, sociais e da educação, o movimento estudantil, enquanto sujeito coletivo produto e produtor da realidade social e, finalmente, 3) utilizar o exame de um objeto de estudo contemporâneo para a testagem de uma perspectiva teórica relativamente nova e marginalizada no âmbito acadêmico, a abordagem coletivista. Por sua vez, nosso propósito de qualidade prática parte da compreensão que, ao assumir um processo de resistência como objeto de discussão, pode-se avaliar ações coletivas, debater suas alternativas e resultados, a fim de produzir respostas que sirvam de subsídio a novas ações de resistência.

Em síntese, o objetivo geral da presente pesquisa é **investigar o movimento de ocupações de escolas da rede estadual paulista em 2015 e, a partir desta análise, contribuir com novas leituras sobre as ações coletivas estudantis em geral, em termos de estratégias de luta,**

**formas de organização, orientações ideológicas e do próprio processo de formação do movimento estudantil enquanto sujeito político.**

Para tanto, buscamos produzir dados sobre as ocupações no contexto da resistência ao projeto de reorganização da rede estadual paulista e relacionar esta modesta produção de dados com uma pesquisa bibliográfica, buscando uma interpretação do movimento de ocupações. Com isso, esperamos produzir uma reflexão crítica que contribua, à luz da experiência contemporânea, com os estudos sobre a temática da mobilização estudantil.

Cabe ainda realizar nesta introdução algumas considerações sobre alguns dos procedimentos de pesquisa acionados para a elaboração deste trabalho.

O presente estudo, no que se refere a seus objetivos, pode ser descrito como exploratório-descritivo, pois se dedica a descrever as variáveis e as características do fenômeno estudado a fim de construir perspectivas críticas sobre os dados da realidade.

Esta pesquisa se propõe a ser uma análise qualitativa do fenômeno político, o que, em nossa compreensão, significa estudar as ações concretas dos agentes sociopolíticos em sua atividade imanente. Deste modo, as narrativas produzidas pelos sujeitos do processo são vistas como fonte preciosa de saber histórico. No caso, para além de documentos, as análises difundidas por meio de postagens em redes sociais são incluídas neste trabalho como legítimos documentos históricos sobre a luta secundarista, configurando-se como nossa fonte primária. Estas foram extraídas principalmente das páginas de *Facebook* alimentadas pelos coletivos e ocupações, compiladas e tabuladas com o auxílio da plataforma *NVivo*. A análise documental destas fontes, a fim

de obter dados descritivos que expressassem os sentidos dos fenômenos, foi um dos procedimentos centrais para a elaboração deste trabalho. Ademais, a interpretação dessas informações apoiou-se em fontes secundárias diversas, consultadas e incorporadas criticamente no decorrer da pesquisa bibliográfica realizada.

Como qualquer trabalho científico preliminar, o presente estudo apresenta uma série de limitações. Algumas delas identificadas já no decorrer da escrita, outras a serem identificadas e superadas por meio do debate e da crítica com outros interessados pelas temáticas aqui discutidas.

Os dados acerca das ocupações escolares de 2015 são dispersos, pouco sistemáticos e por vezes conflitantes, o que dificulta sua comparação e análise. Ainda que consideremos que as informações anteriormente disponíveis fossem insuficientes para fundamentar hipóteses sólidas sobre o movimento como um todo, acreditamos que esta dissertação avança pouco em relação à produção e sistematização de dados.

Em nossa perspectiva, uma abordagem realista do fenômeno estudado se edifica a partir da compreensão e exposição das complexas correlações entre as particularidades e sua totalidade, esta última entendida como a conjunção de múltiplos fatores sociais, políticos, econômicos, ideológicos e tantos outros. Deste modo, uma investigação dedicada a apenas uma ou outra pequena parte do movimento de ocupações - como uma escola ou uma cidade em específico -, apesar de fundamental, corre o risco de hiperdimensionar aspectos locais que podem ser secundários face ao processo geral ou inviabilizar a explicação de aspectos particulares que seriam compreensíveis apenas em relação

com o todo. Por outro lado, uma análise que compreende o processo enquanto fenômeno geral pode pecar por homogeneizá-lo, por enclausurar sua diversidade em explicações generalistas que ignoram a multiplicidade de ocorrências que constituem o ocorrido. Tentamos, tanto quanto possível, contornar este impasse. Optamos por uma abordagem geral, de âmbito estadual, enriquecida com eventuais ponderações sobre as diversidades locais e situacionais identificadas.

Além disso, uma análise qualificada das lutas sociais requer que se investiguem 1) as ações dos sujeitos coletivos envolvidos; 2) suas formas de organização e mobilização; 3) seus objetivos e as resultantes para a realidade social e 4) as condições estruturais - socioeconômicas e culturais - que contribuíram para sua ocorrência (FERREIRA, 2018). Infelizmente, em função do exíguo tempo para a elaboração e escrita do trabalho, não tivemos condições de atender a todos esses requisitos. Acreditamos ter conseguido minimamente contribuir com os três primeiros pontos, mas o estudo sobre o contexto econômico, político e social no qual emerge a ação coletiva secundarista paulista não foi suficientemente desenvolvido nesta dissertação. Esperamos que em um próximo momento esta dimensão seja assumida como foco de outro trabalho, nosso ou de outros interessados.

Ademais, a equação que relaciona o tempo para o desenvolvimento da pesquisa, dificuldades logísticas (distanciamento geográfico dos sujeitos estudados) e trâmites burocráticos da universidade implicou a necessidade de recorrer, mais do que se pretendia, às chamadas “fontes de segunda mão”, principalmente com relação a entrevistas utilizadas, feitas por outros pesquisadores. O uso de tais fontes, mesmo quando produzidas de modo rigoroso, cria

inevitavelmente a limitação de interpretar a partir da interpretação de terceiros - um saber pelos outros que, eventualmente, pode ocasionar distorções. Esperamos ter conseguido recorrer a este artifício com moderação, garantindo que a realidade, e não suas interpretações, continuassem sendo nosso objeto primordial.

Deste modo, os limites desta pesquisa ficam circunscritos à impossibilidade de oferecer conclusões definitivas, restritos à algumas inferências sobre tendências gerais que permitam relacionar o objeto a outros processos sociais. Estamos plenamente cientes de que um sólido entendimento das partes, do todo e de sua relação será possível apenas por meio do desenvolvimento de um trabalho de pesquisa contínuo e coletivo sobre as ocupações escolares, em que nossa dissertação figurará como modesta contribuição.

Para fins de exposição, buscamos – dentro de nossas possibilidades – combinar da melhor forma possível a narrativa descritiva com o tratamento teórico, a fim de dar a conhecer tanto o plano empírico quanto o plano teórico da pesquisa, em seu esforço de identificar na realidade concreta não somente seus elementos aparentes, mas também sua lógica de funcionamento.

O texto se organiza da seguinte forma: dada a necessidade de começar a exposição pela experiência concreta, a seção intitulada “*Contra o fechamento, ocupação!*” apresenta a descrição do processo de luta estudantil contra o fechamento de escolas. Diante da multiplicidade de enfoques possíveis para a temática, optamos por conferir centralidade às opções táticas do movimento secundarista a fim de assegurar os pontos de referência sobre os quais se assentam o debate que se segue. Na seção seguinte, aprofundamos a investigação sobre as direções políticas do

movimento, a fim de identificar seus repertórios de ação, recursos organizativos, bandeiras reivindicativas e discursividades. Apresentamos também a estrutura organizacional oficial do movimento estudantil e a estrutura temporária criada pelas ocupações, o Comando das Escolas Ocupadas. Buscamos, tanto quanto possível, por essas estruturas e organizações em relação, a fim de apreender a complexidade de sua interação no mesmo meio de conjunto. A terceira seção, “*Da parte ao todo: aportes para o estudo do movimento estudantil*”, contém algumas interlocuções com o debate acadêmicos sobre movimento estudantil, à luz de algumas hipóteses originadas da observação do caso paulista. Por fim, elaboramos algumas *Considerações finais* a partir dos elementos anteriormente apresentados, à guisa de conclusão.

Em sua obra paradigmática, *O estudante e a transformação social brasileira*, Foracchi (1977) afirma que a tarefa central do pesquisador que deseja explicar determinada realidade “há de ser a de acompanhar o movimento de constituição e renovação dos processos e das estruturas e não a de comprimi-los, como entidades abstratas, em esquemas analíticos estabelecidos e consagrados” (FORACCHI, 1977, p.8). De acordo com sua perspectiva, acreditamos que o tímido esforço de pesquisa consubstanciado nesta dissertação possa contribuir para superar a produção de interpretações incompletas e restritas sobre o movimento estudantil no Brasil.

## 2 “CONTRA O FECHAMENTO, OCUPAÇÃO”

*Direita tropa de choque  
Em cima o governo fascista  
Esquerda argumentação  
Embaixo secundarista  
(Mc Koka, 2015)*

Nosso levantamento de dados indica que no ano de 2015, 212 escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas no estado de São Paulo. Esses protestos, que tiveram como estopim a proposta de reorganização da rede estadual de ensino e incorporaram outros questionamentos e demandas referentes à escola pública, ocorreram em, pelo menos, 52 dos 645 municípios existentes – cerca de 8% do total. Na capital cerca de 75 escolas foram tomadas, mas na maior parte dos municípios ocorreram apenas uma ou duas ocupações. Contudo, a turbulência causada na conjuntura política paulista vai além do que os números podem sugerir.

Diferentes tendências e concepções políticas se confrontaram nas situações que se desenharam ao longo do semestre em todo o estado de São Paulo. Nestes conflitos, tomaram parte um grande número de sujeitos, individuais e coletivos, representantes da ordem e insubordinados a ela. Neste capítulo nos dedicaremos a descrever os principais acontecimentos do processo de luta contra a reorganização escolar, conferindo especial atenção às diferentes modalidades de ação coletiva (desobediência civil, boicote, ocupações de órgãos públicos, fechamento de avenidas, conflito com forças militares) empregadas pelos estudantes secundaristas e as respostas estatais a essa atividade.

## 2.1 – Antecedentes imediatos

Como todo fenômeno da realidade social, o processo de ocupação de escolas contra a reorganização escolar em São Paulo não é fechado em si mesmo e não poderia ser compreendido de maneira isolada. Toda luta social se dá em um determinado contexto histórico, delineado justamente pelas lutas sociais antecedentes. Por isso, é preciso apresentar alguns outros processos que compõem o pano de fundo de nossa narrativa, ainda que sejam apenas como fonte de inspiração para as atividades dos estudantes paulistas.

A fim de romper com o nacionalismo metodológico (LINDEN, 2009) na análise dos fatos sociais, é necessário inserir o fenômeno particular estudado em um contexto regional e global. Ao partir da compreensão de que os mais diversos processos de resistência se relacionam de forma estrutural, como reflexo de uma condição sistêmica de globalização econômica e políticas de ajuste fiscal, descortina-se uma miríade de processos de luta que poderiam ser correlacionados. A exemplo, poderíamos citar os levantes na Bolívia (1999-2000 e 2003-2005), França (2005), Chile (2006), Grécia (2007-2008), Turquia (2011), EUA (2011), Egito (2011), Espanha e Chile (2011 -2012), Brasil (2013-2014), México (2014) e diversos outros que, em conjunto, configuram “uma guinada na agitação social classista e em escala mundial” (SILVER, 2016). Essa agregação de revoltas pode ser caracterizada como um ciclo transnacional de protestos e greves (LINDEN, 2009), ou ainda, um ciclo mundial de resistências anticapitalistas (FERREIRA, 2016) pois, de acordo com Ferreira, seus elementos de convergência são “a luta contra



os efeitos do neoliberalismo, o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização” (FERREIRA, 2016, p.9).

Dentro de nossos limites e interesses, selecionamos alguns eventos do contexto sócio-político recente que, a nosso ver, influenciaram direta ou indiretamente a insurgência secundarista de 2015.

Iniciamos nosso breve retrospecto de momentos da história em curso com *las tomas de liceos* no Chile, no ano de 2011. De diferentes modos, desde o início do processo de neoliberalização da educação chilena, na ditadura Pinochet, os pinguins ocupam suas escolas (GONZÁLEZ, 2018). O auge desta prática é a jornada de lutas conhecida como Rebelião pinguina, em 2006. No primeiro semestre de 2011, os estudantes, contra a política educacional do governo de Sebastián Piñera, convocam grandes marchas nas principais cidades do país e ocupam centenas de estabelecimentos de ensino superior e básico. Sua reivindicação central é a gratuidade do ensino. Os protestos de estudantes e trabalhadores sofre intensa repressão, que tem como expressão mais grave o assassinato de Manuel Gutiérrez em 25 de agosto, morto a tiros por um *carabinero* enquanto assistia a um protesto. Em decorrência dos conflitos, o ministro da Educação, Felipe Bulnes, renuncia a seu cargo. A experiência chilena inspirou diretamente os secundaristas paulistanos, como veremos adiante.

De acordo com a concepção de que “o movimento dos estudantes se insere em tendências históricas que foram se tornando mais evidentes a partir do ano de 2013” (JANUÁRIO et al, 2016, p.20), não poderíamos deixar de mencionar os eventos conhecidos como jornadas de junho de 2013. Moraes (2016) afirma que os eventos compreendidos entre junho

de 2013 e julho de 2014 são os mais importantes na história da mobilização política e social brasileira. Segundo o pesquisador, nenhum outro levante popular se iguala em termos de abrangência territorial, número de pessoas nas ruas e enfrentamentos de civis com forças policiais.

Registra-se, no período, a ocasião do maior movimento popular da história do país, constituído pela conjunção de um grande número de manifestações de rua que ocorreram quase que simultaneamente em 577 cidades, em todos os estados da federação (KENNEDY, 2015). Além destas, diversas paralisações e greves foram organizadas por diferentes categorias de trabalhadores, como professores, rodoviários e garis. É possível afirmar que esses processos “em razão de sua extensão, distribuição geográfica, representatividade, caráter e radicalidade constituem a primeira insurreição/levante de caráter efetivamente nacional na história do Brasil” (MORAES; JOURDAN; FERREIRA, 2015). Como estopim, temos as manifestações de indignação com o aumento das tarifas do transporte público e, progressivamente, outras pautas foram incorporadas, como os protestos contra os impactos sociais de megaeventos como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo da FIFA.

A reincorporação da violência civil não letal ao repertório das manifestações de rua, que teve como alvos principais “os símbolos do Estado, do capitalismo, da democracia representativa e dos oligopólios de comunicação de massa” (MORAES, 2016, p.380), certamente foi um dos elementos mais destacados do processo. Portanto, pode-se afirmar que esses protestos adquiriram dimensões multitudinárias e semi-insurrecionais (FERREIRA, 2015). A despeito das querelas sobre seus

sentidos e desdobramentos, factualmente, os protestos populares conquistaram a reversão do aumento de tarifas em mais de cem cidades do país (MORAES, 2016), além do bloqueio de projetos de lei e outras iniciativas públicas e privadas de impacto social.

Passados cinco anos de seu estopim, Ferreira (2018) debate os “ecos de junho” e enfatiza seu caráter insurrecional e seus efeitos no cenário político nacional:

Nosso argumento é que as JJ13 foram uma insurgência/insurreição que, em termos históricos e sociológicos, consiste em um levante, mais ou menos simultâneo, de classes/grupos subalternos numa determinada sociedade, que usando de diferentes formas de ação e resistência coletiva, especialmente a ação direta e a violência civil não letal (que inclui a destruição de propriedade e a autodefesa de massas), exercem um contra-poder que neutraliza as funções governamentais temporariamente. Logo, a importância das JJ13 não está apenas no número de manifestações e de manifestantes, mas no tipo de relação de (contra) poder e nos efeitos (sobre o sistema político e socioculturais) que as ações coletivas desencadearam (FERREIRA, 2018, s.p.)

Em relação aos efeitos duradouros, é possível afirmar que as jornadas de junho de 2013 abriram o ciclo da crise política no Brasil. Sobre esse aspecto, Kennedy assevera:

Esta ação política nacional não ficou desacompanhada da conjuntura internacional, mas se inscreveu no mesmo período em que protestos também multitudinários ocorreram em dezenas de países. As dúvidas do que isto representava ao cenário brasileiro permaneceram no ar, e as táticas do governo federal de disputar suas interpretações teriam sido cômicas se não fossem trágicas. Pois ao

mesmo tempo em que queriam afirmar ser o Brasil um país de democracia estruturada e em pleno ascenso de direitos, foram também responsáveis por ondas de repressão ao movimento interno e por trazer as Copas da Fifa sob um alto custo fiscal e social que contrastavam com as demandas populares mais básicas: estádios eram erguidos em um piscar de olhos enquanto faltavam insumos básicos nas redes de saúde. Foi assim que a crise urbana não ficou sozinha, e trouxe consigo uma explícita crise de representação política nas instituições do Estado que, por sua vez, logo explodiu nas costas das organizações partidário-sindicais tradicionais que foram rechaçadas nos protestos (KENNEDY, 2015, p.93)

Estas teses acerca da dinâmica e das resultâncias das lutas de 2013-2014 são fundamentais para a caracterização do movimento de ocupações em 2015, portanto, serão retomadas de modo mais detido neste e em outros capítulos desta dissertação.

A mais longa greve da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo), deflagrada em 13 março de 2015, é também um antecedente fundamental da rebelião secundarista em novembro. A pauta grevista era centrada em melhorias na remuneração e nas condições de trabalho da categoria, como reajuste e reposição salarial, fim do fechamento e superlotação de salas de aula, garantia de direitos para professores contratados e convocação de aprovados em concursos anteriores.

A mobilização foi marcada pela intransigência por parte da Secretaria Estadual de Educação, que se negava a negociar as pautas encaminhadas pelo sindicato e acionou professores eventuais para

substituir grevistas a fim de garantir o funcionamento das escolas, construindo um discurso de negação da greve docente<sup>12</sup>.

Os estudantes se colocaram ativamente nesse processo. Ocorreram diversas paralisações, boicotes contra a convocação de substitutos “fura-greve” e marchas nas ruas, tanto na capital quanto no interior do estado<sup>13</sup>. Em algumas situações, as iniciativas estudantis assumiram contornos mais radicalizados, criando tensões entre o movimento estudantil e as subseções da APEOESP.

Naquele contexto, os estudantes não se colocaram em luta somente como apoiadores passivos da pauta corporativa de outra categoria, mas encontraram na ocasião da greve docente um momento oportuno para expressar seu descontentamento com o impacto dos cortes de verba no cotidiano escolar como um todo. Depois de 92 dias, sem que o governo houvesse apresentado nenhuma proposta de reajuste salarial desde o início da paralisação, a greve é encerrada em 12 de junho. Os protestos estudantis também arrefecem, mas apenas por alguns meses.

## **2.2 – A reorganização escolar**

Ainda que as morfologias da educação pública não sejam objeto desta dissertação, nos parece fundamental apresentar em linhas gerais a proposta governamental que produziu a fagulha que incendiou o movimento secundarista paulistano.

---

<sup>12</sup> Ver mais em: <https://glo.bo/1HHQHfF>. Acesso em: 29 set 2018.

<sup>13</sup> Algumas das iniciativas estudantis são mencionadas com maior detalhamento em texto publicado no portal Passa Palavra: <http://passapalavra.info/2015/04/103621>. Acesso em: 29 set 2018.

A manchete “SP vai transferir mais de 1 milhão de alunos para dividir escolas por séries” foi o primeiro contato da população paulista com a proposta de reorganização da rede estadual de ensino. A reportagem da Folha de São Paulo<sup>14</sup>, de 23 de setembro<sup>15</sup>, apresenta dados e gráficos que descrevem um quadro crítico do ensino básico público, com desempenho abaixo da média no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), queda no número de matrículas e estrutura física defasada. Consta também o resumo da proposta do Governo Estadual de remodelamento da rede baseada na divisão dos colégios por ciclo de ensino, descrita como “um plano que vai fazer até metade dos alunos da rede paulista mudar de escola já a partir do ano que vem”.

Na mesma data, a Folha publica entrevista<sup>16</sup> com o então secretário estadual de Educação, Herman Voorwald<sup>17</sup>, em que são apresentados três fatores da ociosidade da rede estadual, consequência da diminuição do número de alunos, que seriam a municipalização das unidades de ensino, a diminuição da taxa de natalidade no Estado e a ascensão socioeconômica das famílias que passaram a optar pela rede privada. De acordo com o secretário, a reparação desta situação se daria com a separação dos ciclos de ensino “para que as crianças estejam em uma escola em que o projeto pedagógico e o entorno favoreçam o que

---

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bit.ly/1QwNeVx>. Acesso em: 29 set 2018.

<sup>15</sup> Também no dia 23 de setembro, o secretário Herman Voorwald concede uma entrevista ao programa jornalístico *Bom Dia São Paulo*, na Rede Globo, sobre o projeto. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4486989/>. Acesso em: 14 ago 2018.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2zLY8cP>. Acesso em: 29 set 2018.

<sup>17</sup> O Prof. Dr. Herman Jacobus Cornelis Voorwald ocupou o cargo de Reitor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e, posteriormente, foi nomeado Secretário da Educação do Estado de São Paulo, função que exerceu no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2015, quando deixa a pasta.

chamamos de tempos e espaços apropriados para aquela faixa etária e ciclo de aprendizagem”. A justificativa desta opção teria como respaldo um relatório do Instituto de Pesquisa Federal (Inep) que aponta que escolas de ciclo único apresentam rendimento 10% acima das demais.

A Secretaria Estadual de Educação (SEE) estruturou a defesa da reorganização como medida pedagógica primordial para a rede pública com base no estudo *Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos*, de agosto de 2015, realizado pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA)<sup>18</sup>. Segundo o documento, escolas de ciclo único têm desempenho 9,4% acima da média no Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp), enquanto as escolas mistas apresentam nota 1,9% abaixo da média.

De acordo com o portal da SEE<sup>19</sup>, inicialmente, 754 escolas que atendiam a diferentes etapas de ensino passariam a funcionar no modelo de ciclo único, mas o previsto seria que, a partir de 2016, 43% das escolas do estado passassem a funcionar como escolas exclusivas. Segundo dados do site, “cerca de 340 mil alunos serão impactados pela reorganização das escolas” que seriam transferidos para outras escolas, em um raio de até 1,5 km das escolas em que estudavam anteriormente, a partir de indicação das Diretorias de Ensino regionais. Ademais, como efeito da redistribuição dos estudantes e concentração da demanda em algumas

---

<sup>18</sup> Trata-se de estudo interno da SEE, que se manteve indisponível para o público até a segunda quinzena de novembro, obtido pelo jornalista do Estado de São Paulo, Luiz Fernando Toledo, por meio da Lei de Acesso a Informação. Disponível em: <https://bit.ly/2OdGA7S>. Acesso em: 17 jul. 2018.

<sup>19</sup> Uma breve apresentação da proposta foi divulgada no site da Secretaria Estadual de Educação: <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/>. Acesso em: 17 jul. 2018

escolas, 94 unidades escolares seriam fechadas, e seus prédios seriam cedidos aos municípios ou direcionados para outras atividades educacionais, com destinação até então indefinida.<sup>20</sup>

Diante da obscuridade da proposta, pesquisadores da Universidade Federal do ABC elaboraram um estudo sobre a fundamentação e a implementação do projeto, intitulado *Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*.

O trabalho aponta que “o estudo que serve de embasamento para a afirmação de que as escolas exclusivas têm desempenho melhor que as não-exclusivas se mostra frágil e sem rigor científico” (PO et al., 2015, p.16). Isto por adotar como premissa e principal eixo de argumentação a suposta conexão entre redução de ciclos oferecidos, otimização da gestão escolar e a conseqüente melhoria do desempenho, relação esta que não é, em nenhum momento, demonstrada teórica ou empiricamente. Sinteticamente, os pesquisadores listam os problemas metodológicos e de fundamentação encontrados na análise do documento da Secretaria:

1. Não é mostrado nenhum embasamento teórico e/ou empírico que indique os mecanismos causais pelos quais a oferta de ciclos pode afetar a gestão e o desempenho escolar.
2. A escolha da variável de desempenho não está justificada. Por que apenas o Idesp? Por que apenas os resultados de 2014?
3. O estudo desconsidera outras variáveis importantes segundo a literatura da área de educação para explicar o desempenho escolar.
4. Não é feito nenhum tipo de controle, qualitativo ou estatístico, para efetuar a comparação das escolas exclusivas e não-exclusivas,

---

<sup>20</sup> Ver mais em: <https://glo.bo/1PO15pZ>. Acesso em: 17 jul. 2018



comprometendo ainda mais as ilações feitas entre oferta de ciclos e desempenho.

5. Há inconsistências e indefinições no estudo quanto aos procedimentos e critérios para classificação das escolas, não permitindo aos leitores compreender em mais detalhes a comparação realizada.

6. Não é mostrada nenhuma forma de significância estatística ou de cuidados quantitativos para os resultados da análise (PO et al., 2015, p.12-13)

Fundamentado por frágeis critérios técnicos, a justificativa que melhor se sustenta para fundamentar a reorganização escolar é o ímpeto em reduzir recursos para a pasta da Educação. Além do enxugamento orçamentário, pode-se inferir o interesse em minimizar o “esforço” com a administração da rede pública.<sup>21</sup> Em um contexto de crise econômica agudizada, foi praticamente consensual entre os opositores da política a compreensão do projeto como uma medida de ajuste fiscal.

É importante compreender como essa medida se insere no quadro mais amplo de uma política educacional determinada pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e da burguesia no Brasil. Afinal, o caso paulista não foge às tendências gerais da contemporaneidade.

Diante de sua mais recente crise, se impõe para o capital a necessidade de gerar e construir um novo padrão de acumulação. Neste, os serviços públicos gratuitos, como escolas estaduais - que não produzem mercadorias, mais-valia e capital – estão se tornando obsoletos. A tendência atual do capital é transformar todas as atividades laborais em trabalho produtivo de capital, ou seja, é ampliar as relações de produção especificamente capitalistas por todos os setores e ramos da economia

---

<sup>21</sup> Para conhecer melhor os antecedentes do projeto, ver (PIOLLI; PEREIRA; MESKO, 2016).

(TUMOLO, 2018). Uma característica determinante do novo padrão de acumulação de capital é a perspectiva de desestatização e concentração privada (monopolização) dos serviços.

justamente no setor de serviços encontramos comprovações empíricas incontestáveis desse processo, como demonstram o surgimento e crescimento extraordinário de empresas capitalistas em praticamente todas as áreas desse setor nas quais se produzem mercadorias e principalmente mais-valia e capital, inclusive naquelas em que eram exclusivos ou predominavam os serviços públicos, como, por exemplo, na educação, na saúde e previdência etc (TUMOLO, 2018, p.87)

A educação, como toda relação social no regime capitalista, se transforma em consonância com os processos de modernização produtiva do capital, que tem a finalidade de conservar e ampliar a exploração do trabalho. Portanto, toda reforma educacional, sob a égide do capital, tem por finalidade acelerar e intensificar o processo de acumulação capitalista. Isso é válido para as reformas aplicadas em qualquer modelo de desenvolvimento do capitalismo, seja o modelo neoliberal, representado na política brasileira principalmente pelos governos do PSDB, ou o modelo neodesenvolvimentista, adotado pelos governos do PT. Haja vista que o maior exemplo da tendência geral de monopolização privada da educação é o paralelo entre as reformas na legislação educacional, que criaram marcos regulatórios favorecedores da iniciativa privada, e o crescimento exponencial da multinacional brasileira Kroton Educacional nas últimas décadas<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Na aba Histórico do site oficial da Kroton, são disponibilizadas informações sobre o crescimento da empresa fundada em 1966. Chama a atenção a fase de

Em síntese, apontamos que a retirada de investimentos dos serviços básicos públicos é necessária para o incremento do ganho associado das grandes multinacionais e do capital nacional no setor de serviços. O fechamento de escolas é consequência da política de desinvestimento em instituições de ensino público, efeito da demanda do capital por ampliação do mercado educacional e por aumento da lucratividade das empresas do setor. Como não poderia deixar de ser, o projeto de reorganização escolar, enquanto medida de ajuste fiscal na esfera da educação, é produto de uma política educacional integralmente condicionada pelas necessidades de acumulação capitalista.

Como reação à política econômica de remuneração do capital nacional e multinacional à custa dos mais pobres, surgem e se generalizam as insurgências que, como em 2015, podem transformar a escola pública em um barril de pólvora.

Na entrevista anteriormente mencionada, Voorwald é questionado sobre a possibilidade de resistência à medida por parte dos docentes da rede estadual e declara não esperar uma forte pressão contrária da categoria. Em um artigo de opinião<sup>23</sup> publicado também pela Folha de São Paulo, no dia 29 de setembro, o então secretário descreve a reorganização como “um movimento histórico” nas unidades de ensino. O que a Secretaria da Educação e o Governo Estadual não previam naquele momento é que a forte pressão contrária viria de outro segmento

---

expansão acelerada durante as gestões petistas, quando que a companhia se alça à condição de maior empresa privada de educação em todo o mundo. Ver mais em: <http://www.kroton.com.br/> . Muitos trabalhos acadêmicos também investigaram esse processo.

<sup>23</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2PALOrb>. Acesso em: 16 jul 2018.

afetado pelo projeto: os estudantes secundaristas que promoveram, eles sim, um movimento histórico nas unidades de ensino de São Paulo.

### **2.3 – Dois estágios da luta contra o fechamento de escolas**

Diferentes modalidades de ação coletiva foram empregadas por diferentes sujeitos coletivos no processo de luta contra a reorganização escolar. Não apenas os secundaristas, mas o movimento estudantil universitário, sindicatos, partidos e movimentos populares diversos se levantaram contra o projeto governamental em uma resistência coletiva que, justamente por isso, contou com ampla representatividade social (resistência ativa em todo o estado de São Paulo combinada com manifestações de solidariedade por todo o país e em outras partes do mundo). O que os analistas têm chamado de movimento de ocupação de escolas é apenas uma parte, ainda que seja a mais significativa, desta resistência.

Nesta dissertação, optamos por discutir fundamentalmente as atividades políticas do movimento estudantil secundarista contra o projeto de reorganização escolar. Para fins de exposição, dividimos o fenômeno em dois grandes momentos, cuja marca distintiva é o predomínio de distintos modelos de luta social.

As predileções por certas formas de manifestação e luta política são determinadas pelas perspectivas ideológicas e estratégias presentes no interior dos movimentos. O conflito de concepções é, mais do que comum, constituinte dos processos e organismos de associação política (SILVA, 2017). A fim de atender nosso propósito de lançar luz sobre a dinâmica interna ao movimento estudantil, optamos por demonstrar como

as ações coletivas explicitam aspirações e estratégias que unificam e diferenciam os diferentes grupos que dela tomam parte.

A partir do dia 24 de setembro, dia seguinte ao anúncio da reorganização, as redes sociais mais utilizadas pelos secundaristas passam a ser inundadas por inúmeras *hashtags* expressando posicionamentos contrários à medida. Os estudantes da E.E. Carlos Gomes, foram os primeiros a expressar seu descontentamento online, além de promover uma paralisação das aulas no dia 25 (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016).

Nesse momento, estudantes de diversas escolas passaram a abarrotar e-mails, páginas e perfis oficiais da Secretaria e das Diretorias de Ensino com cobranças de esclarecimentos sobre o futuro de suas escolas. As respostas, quando existiram, foram evasivas e se resumiam a reafirmar a proposta de promover o chamado Dia E, em 14 de novembro, oportunidade em que estudantes e familiares poderiam esclarecer suas dúvidas sobre o processo. De acordo com os autores de *Escolas de luta*, a indiferença inicial do governo para com essas primeiras mostras de insatisfação indicava a impressão de tratar-se de “uma falha momentânea, e que a população concordaria com a medida assim que a compreendesse corretamente. Porém, ficou muito claro que a medida da ‘reorganização’ enquanto política pública, foi rejeitada pela maioria” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.37).

Ao analisar falas de participantes das ocupações em uma série de entrevistas realizadas em diversas ocupações da capital e região metropolitana do estado, Medeiros e Januário (2017) identificam os argumentos mais recorrentes nos discursos dos secundaristas contrários à reorganização escolar. Os pesquisadores ressaltam que, entre as

contundentes críticas produzidas, os principais efeitos perniciosos do projeto que motivaram a indignação estudantil são: 1) superlotação de salas como consequência do fechamento de ciclos e escolas; 2) aumento da distância entre escola e casa, que impacta diretamente na rotina e orçamento familiares; 3) fechamento de unidades inteiras; 4) inadequação da estrutura atual das escolas para o atendimento das novas funções que passariam a assumir; 5) fechamento do período noturno e EJA; 6) demissão ou prejuízo nas condições de trabalho dos professores (MEDEIROS; JANUÁRIO, 2017).

Para além da argumentação crítica ao conteúdo e às consequências da política, destaca-se como importante elemento mobilizatório a indignação diante do autoritarismo do Estado, expresso na ausência de consulta à comunidade escolar para a implementação do projeto, além do descontentamentos com os impactos no âmbito da sociabilidade dos atingidos pela medida, visto que o fechamento de escolas e remanejamento de estudantes foi recebido como uma ruptura forçada de vínculos e das redes de relações construídos pelos secundaristas ao longo de sua trajetória escolar.

O primeiro protesto público contra a reorganização ocorreu apenas cinco dias após o anúncio, em 28 de setembro na cidade de Rancharia, no oeste paulista. Ao invés de iniciarem um dia letivo comum, os estudantes da EE Dom Antônio José dos Santos protestaram em frente à escola com faixas e cartazes.

Desde a última semana do mês de setembro, os secundaristas organizaram, de maneira isolada ou articulada, um grande número de manifestações de rua, em diversas cidades e bairros. Grande parte dessas marchas concentrava-se em frente a unidades escolares e algumas vezes

dirigiram-se às Diretorias Regionais de Ensino, com a finalidade de cobrar posicionamentos públicos dos dirigentes. As primeiras expressões organizadas da oposição à política governamental foram diversas em todo o estado, mas se deram predominantemente, na forma de manifestação de rua orientada à órgãos do poder público a fim de exigir diálogo e/ou sensibilizar parlamentares pela demanda da participação estudantil e comunitária nas decisões acerca da educação pública. Progressivamente, as marchas de rua ganharam adesão, tanto das massas estudantis por adesão espontânea quanto de entidades do movimento estudantil e sindical, movimentos sociais e partidos.

A primeira iniciativa de fôlego pela unificação do movimento se deu com a convocatória de um ato na Avenida Paulista, no centro de São Paulo, no dia 06 de outubro. Este primeiro ato, convocado espontaneamente, contou ainda com uma pequena adesão, com cerca de 500 estudantes (VAZ; BARROS; GIL, 2016). O segundo ato centralizado, no dia 09 de outubro, no MASP, foi marcado pela presença de milhares de estudantes nas ruas da capital paulista. A disputa entre as agrupações de militantes foi elemento destacado na ocasião, de tal modo que a manifestação efetivamente dividiu-se entre a base mobilizada pelas entidades e a oposição. O fim desta manifestação foi selado pela repressão policial ao bloco de oposição, com violência para dispersão e detenção de estudantes e apoiadores (VAZ; BARROS; GIL, 2016).

Um terceiro grande ato realizou-se no dia 15 de outubro, no Largo da Batata, em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo. Este, convocado por organizações do campo da oposição, contou com baixíssima adesão dos estudantes secundaristas, apesar de um grande contingente de apoiadores do movimento estudantil universitário,

coletivos e partidos. Nesta ocasião, registraram-se ofensivas contra o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual. Outros dois atos centralizados foram convocados pelas entidades, nos dias 20 e 23 de outubro, com destino à Praça da República, sede da Secretaria da Educação. Ambos contaram com pequena participação secundarista e presença predominante da militância da UNE, APEOESP, CUT e outras entidades (VAZ; BARROS; GIL, 2016).

Após semanas, os gabinetes seguiram indiferentes às manifestações nas ruas e nas escolas. A cobertura dos meios convencionais de mídia foi praticamente nula, visto que os protestos apareciam em rádios e canais locais apenas no que tangia à obstrução ou liberação das vias para motoristas. A adesão às passeatas caiu progressivamente. A falta de perspectivas dos grupos organizados e a tática governamental de invisibilização e silenciamento dos protestos produziram uma rápida desmobilização do movimento, que parecia impotente diante da intransigência dos governantes. Contudo, uma reviravolta foi produzida no interior do movimento estudantil.

Diante da insuficiência das ações até então promovidas, que se mostraram incapazes de realmente pressionar o Governo Estadual, alguns coletivos estudantis apostaram em uma proposta ousada, importada das experiências do movimento secundarista chileno e argentino, a ocupação dos prédios escolares.

[G.A.S. – 07 de novembro]

**POR QUE OCUPAR UMA ESCOLA?**

Desde o anúncio da reorganização escolar do estado de SP os estudantes, professores e todos da comunidade escolar vêm ocupando as ruas. Neste último mês, tivemos muitas vitórias: paralisamos várias escolas, avenidas e bairros inteiros em cada



canto do estado de São Paulo, conseguimos organizar atos autônomos e horizontais e muitas assembleias. Nos unimos e deixamos bem claro que não desistiremos da nossa luta! A (des)organização está sendo feita de maneira autoritária, e tem como único objetivo o corte de gastos da educação e a precarização do ensino público.

Mas o Estado aprendeu a manobrar as manifestações e fingiu ouvir nossas reivindicações. Nos recebem nas diretorias de ensino e dizem que farão o possível para reduzir os danos, mas até agora só recebemos notícias de fechamento de escolas e transferência de alunos para colégios mais distantes, agora oficialmente.

O governador não dá sinal de recuo, então devemos pensar em novas estratégias de luta. Em lutas estudantis passadas, companheiros do Chile, Argentina e Mato Grosso do Sul já organizaram ocupações dentro de escolas, que chegaram a durar meses. Eles conseguiram assim chamar a atenção da mídia e ter suas demandas atendidas. Essas vitórias são exemplos para a nossa luta: se eles conseguiram, por que não nós?

#SEFECHARVAMOSOCUPAR

#NENHUMAESCOLAAMENOS

Por meio da divulgação do manual *Como ocupar um colégio?*<sup>24</sup>, produzido pela *Frente de Estudiantes Libertários* (FEL) argentina e traduzido pelo coletivo O Mal Educado, ainda no ano de 2013, os secundaristas paulistanos tiveram seu primeiro contato com a proposta de (re)tomar temporariamente o controle de suas escolas como forma de luta política.

A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2010, o Chile viveu

---

<sup>24</sup> Documento produzido pela *Frente de Estudiantes Libertários* (FEL), em 2012, inspirado nas ocupações secundaristas de 2006 e 2011 no Chile. Disponível em: <https://bit.ly/1WgZSvp>. Acesso em: 17 set 2018.

a *Revolta dos Pinguins*, um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas. Essas ocupações serviram para pôr medo no governo e chamar a atenção da mídia. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Já pensou se fizessemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre “Como ocupar um colégio?” (O MAL EDUCADO, 2015)

O coletivo O Mal Educado intensifica a propaganda da tática de tomar escolas a partir de março de 2015, quando os estudantes se mobilizam em solidariedade à greve do magistério. Além da distribuição do manual argentino, a proposta é incluída em materiais próprios, como se verifica na terceira edição do boletim do grupo:

Até quando os professores vão segurar essa luta sem recuar? Não podemos deixar eles lutando sozinhos. Afinal essa não é uma luta só dos professores, é uma luta de todos pela educação pública de qualidade. Por isso, a mobilização dos alunos é decisiva! A hora é de lutar! Precisamos partir pra cima: parar as aulas, organizar assembleias no pátio, trancar os portões, fechar avenidas...E, se preciso, acampar dentro das escolas e só sair quando as reivindicações forem atendidas (O MAL EDUCADO, 2015)

Ao final do mês de outubro, com o início do processo de refluxo das primeiras manifestações, novas opções começam a ser aventadas nos espaços de organização (formais e informais) do movimento secundarista a fim de oxigenar a luta contra a reorganização.

Januário et al (2016) apontam que “segundo uma das estudantes entrevistadas na E.E. Ana Rosa, a ideia da *ocupação* surgiu numa assembleia conjunta feita na E.E. Fernão Dias (ambas as unidades na Zona Oeste da cidade de São Paulo)” (JANUÁRIO et al, 2016, p.11).

Entrevistadora: Como foi que você entrou em contato com o modo de mobilização “ocupação”?  
Entrevistada: [...] Foi nesse momento que, depois de ter contato com alguns militantes que já estavam a mais tempo, foi que eles mostraram pra gente que alunos do Chile já haviam ocupado, já haviam feito esse tipo de manifestação e aí foi que, brincando, eu comentei com uma amiga “olha, se nada der certo, a gente ocupa”. Brincando de verdade, foi exatamente assim a frase, e aí acabou que nós levamos a sério... foi “ô, nada disso deu certo, não tivemos retorno, a reorganização ainda pode afetar a gente, então a gente pode partir para esse método de luta”, foi aí que a gente começou a se organizar, perguntar para o pessoal se eles concordavam com isso, era muito segredo, a gente sabia que era um método muito perigoso, então nada era muito exposto, a gente tinha reunião geralmente pessoalmente, a gente não gostava de falar sobre isso pelo whatsapp, e aí nós organizamos em duas semanas, arrumamos em algumas comissões e aí a gente ocupou. (COLEHO, 2017, p. 75-6)

A Escola Estadual Diadema foi a primeira a ser ocupada, no dia 9 de novembro, e, no dia seguinte, os estudantes tomam a E.E. Fernão Dias Paes.

[O MAL EDUCADO – 10 de novembro]

Após tentar outras formas de luta contra a reorganização escolar do governo estadual, com vários atos espalhados pelo estado de SP ao longo desses dois últimos meses e, percebendo que não restava alternativa para serem ouvidos, os

estudantes da EE Diadema acabaram de ocupar sua escola. Depois de uma longa noite de muita luta e resistência contra a repressão da direção que está veementemente contra a ocupação, demonstrando uma imensa intransigência com as organizações estudantis e a Polícia Militar que tenta de todas as formas assustar os secundaristas com ameaças de disparos de balas de borracha. Após todos esses obstáculos, os estudantes ocupam a escola e dão um exemplo de luta também ocupem suas escolas contra o fechamento das mesmas

[G.A.S. – 10 de novembro]

**E.E. FERNÃO DIAS OCUPADA!**

Hoje a ocupação é no Fernão! Mais de 100 estudantes entraram no colégio e estão fazendo diversas atividades, assembleias e muitas outras coisas. Várias comissões foram organizadas e as 14h está sendo chamada uma grande assembleia em frente ao colégio para encaminhar a luta secundarista! Todos estudantes estão convidados a colar e participar da organização, para nos fortalecermos e crescermos para cima do estado.

**ESSA NÃO É A PRIMEIRA E MUITO MENOS A ÚLTIMA!!**

No dia 12 de novembro, aderem ao movimento as EE Salvador Allende, Valdomiro Silveira e Heloisa Assumpção. A partir dessa data, a lista de escolas sob controle estudantil cresce exponencialmente.

De acordo com as referências disponíveis, é possível afirmar que a base de influência da frente O Mal Educado planeja e encaminha a ocupação das três primeiras escolas - E.E. Diadema, E.E. Fernão Dias e E.E. Salvador Allende - e, a partir destes exemplos, a tática se difunde e

ganha a adesão de milhares de estudantes<sup>25</sup>. De acordo com um militante do grupo: “As primeiras tiveram influência direta do coletivo, depois foi um processo ‘espontâneo’ de ocupações. A tática tinha sido abraçada por todos como a melhor saída para aquela luta.” (COELHO, 2017, p.78)

Nisso já tinha passado quase um mês de mobilização, manifestações, paralizações e a gente percebeu que tínhamos que mudar a tática; que não estava dando certo e tínhamos que partir para a ocupação para ver se “dava um gás” em um negócio que estava acabado. Tinha um grupo do Mal-Educado lá em Diadema se organizando com os estudantes de lá e nós estávamos nos organizando mais com o Fernão Dias e com o André Olinto de Melo. A gente foi estudando esse caminho que a gente traçou: “a gente precisa ocupar a escola”. Estudamos, estudamos, estudamos durante uma semana. E aí decidimos “3ª feira vamos ocupar”. A galera de Diadema falou que iria ocupar na 2ª feira de madrugada. Foi isso. A gente marcou e na 3ª feira fomos cedinho e ocupamos a escola. Tinham ocupado Diadema e a gente ocupou o Fernão Dias. Foi aquele dia midiático pra caramba: a mídia foi para o Fernão Dias, a polícia cercou. Foi aquela semana, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª feira, com a polícia cercando o Fernão Dias, muita mídia. A gente achou que ia ser despejado, mas no final da semana tinham 12 escolas que tinham sido ocupadas. Então a tática tinha se expandido; eles tinham aderido à tática e nós conseguimos não ser reintegrados.

Entrevistado - Então, era ocupação como um todo, tudo que ia falar pra outra escola ia passar pela assembleia. Eu lembro que surgiu uma ideia, do Miranda, de uma galera falar que tinha que ir para outras escolas, montar uma comissão para ir à

---

<sup>25</sup> A única estimativa numérica da adesão secundarista ao movimento de ocupações com que tivemos contato aponta para um número próximo a 3 mil estudantes (BORGES, 2017).

outras escolas tentar ver, mobilizar para fazer ocupação lá também. Não era ocupar direto, era pensado. Tinham escolas que tinham estudantes que já eram conhecidos, e tinha escolas que não tinham esse contato, mas chegavam lá mesmo assim, por que sabiam que era do Fernão ou então de outra escola. As outras escolas também faziam isso, o Godofredo, a gente foi expandindo, por isso tomou proporções tão grandes. (COELHO, 2017, p.58)

Entrevistada - A gente só começou a falar aqui quando começou a ocupar em Diadema e depois veio para cá, e a gente tinha amigo de lá, então a gente ia com o pessoal. E como estava muito difícil ocupar aqui, a gente começou a meio que fazer um trabalho de base primeiro, antes de vir e já ocupar. A gente demorou bastante para ocupar até, aqui (COELHO, 2017, p. 63)

Entrevistada: [...] Sempre estávamos planejando alguma coisa, nunca estávamos parados, estávamos sempre indo em outras escolas para ver o que estavam fazendo e incentivar outras escolas a aderir ali no bairro ou pra São Paulo. A gente veio muito. Tinha sempre um pessoal só para ir nas escolas. Tinha sempre uma pessoa fixa para ir. Era isso, para a gente se manter ativo. (COELHO, 2017, p. 69)

No documentário *Por que você quer fechar a minha escola?*<sup>26</sup>, ocupantes da EE Fernão Dias também relatam o detalhado planejamento que dias antes vinha sendo elaborado para garantir o sucesso do empreendimento. Em *Escolas de Luta* aparecem diversos trechos de entrevistas de estudantes da EE Diadema e EE Fernão Dias relatando o silencioso processo de discussão sobre viabilidade, recrutamento de

---

<sup>26</sup> Filme produzido por Sophia Noronha, durante a ocupação da EE Fernão Dias. Disponível em: <https://youtu.be/6uCUMYo8irg>. Acesso em: 10 ago 2018.

voluntários e planejamento logístico conduzido por estudantes que tiveram contato mais próximo com os coletivos que difundiam a proposta. Todos esses depoimentos se colocam como contraposição à perspectiva de que o processo de ocupação de escolas surge de forma absolutamente espontânea e sem preparação prévia. A chamada virada tática experimentada pelo movimento secundarista foi produzida pela militância ativa de um conjunto de organizações que se dedicaram à agitação de suas bases, à propaganda de suas propostas e à organização que viabilizou a concretização do projeto elaborado.

Destacamos esse aspecto fundamental de direção dos processos, pois, diferente do que aparece no resultado final, tais ocupações tratam-se de processo político que foi idealizado e realizado de forma refletida por um grupo que se insere no campo autonomista e que, portanto, está sujeito aos acúmulos correspondentes a esse campo (LAGE; MASSATELLI, 2016)

Para ilustrar a dimensão adquirida pela difusão da tática de ocupar escolas, reproduzimos o gráfico elaborado por Januário et al (2016) que acompanha a expansão da tática de ocupação de escolas entre os meses de novembro e dezembro:



Fonte: Januário et al, 2016.

O gráfico demonstra um aumento excepcional do número de ocupações entre os dias 22 e 25 de novembro. Esse período coincide com uma das primeiras ações efetivamente coordenadas a nível estadual, o boicote coletivo às provas do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) marcadas para os dias 23 e 24 de novembro. A deliberação é difundida por meio de um jogral registrado em vídeo e divulgado através da página do Comando das Escolas Ocupadas no Facebook<sup>27</sup>, transcrito a seguir:

<sup>27</sup> A página do Comando das Escolas Ocupadas no *Facebook* segue ativa e foi renomeada por duas vezes, acompanhando as diferentes opções organizativas do movimento. Após a desocupação das escolas, passou a se chamar Comando das Escolas em Luta e, posteriormente, Secundaristas em Luta de São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/luta.secundas/>.



[COMANDO DAS ESCOLAS OCUPADAS - 21 de novembro]

Nós, estudantes em luta, convocamos alunos, pais, professores, sindicatos, entidades estudantis e demais organizações para boicotar o SARESP, através de paralisações, piquetes, ocupações e não comparecimento às provas, como mais uma forma de pressionar o governo contra a reorganização escolar e o fechamento de escolas. NÃO VAI TER SARESP!

O estímulo ao boicote à prova, entendida pelos secundaristas como instrumento para penalizar ou bonificar escolas, professores e estudantes de maneira indevida, foi uma iniciativa importante para fomentar o engajamento de mais escolas contra a reforma da rede estadual. Os chamados convocavam novas ocupações para inviabilizar a aplicação da prova e continham também um conjunto de orientações sobre como sabotar a prova onde não fosse possível organizar piquetes, paralisações e ocupações. Estas indicações iam desde o preenchimento incorreto de gabaritos até o descarte dos cadernos de avaliação. Também alertavam para as possíveis ameaças que seriam utilizadas pelas direções locais a fim de constranger os estudantes de manifestarem-se contra o exame, como a suposta inviabilidade de concluir o ano letivo ou matricular-se no ano seguinte. De acordo com o Governo Estadual, o exame não foi realizado em 174 das 5.147 escolas estaduais. Na data de realização da prova, estimamos que tenham surgido cerca de 60 novas ocupações.

Ainda no final de novembro, os secundaristas passam a enfatizar uma outra tática, conhecida entre eles como “travamento” de ruas e avenidas. A difusão a nível estadual se dá, também, a partir da produção de um manual, o *Manual de como travar uma avenida*, divulgado pela página do Comando.

Esses travamentos, que se tornaram um dos atos mais emblemáticos do movimento, consistiam no enfileiramento de carteiras escolares em ruas e avenidas a fim de provocar congestionamentos e chamar a atenção para o enfrentamento entre as ocupações e o governo. O primeiro deles foi realizado pelos ocupantes da EE Fernão Dias, no cruzamento das avenidas Faria Lima e Rebouças.

[COMANDO DAS ESCOLAS OCUPADAS – 30 de novembro]

Estamos entrando na 4ª semana de ocupação e já são mais de 200 escolas sob o domínio estudantil! Mas o governo decidiu fingir que nada está acontecendo. Temos que tirar o conforto do Seu Geraldo. Se não dermos um passo radical agora podemos perder o tempo e a luta, ou eles vencem ou nós. Com duzentas ocupações podemos fazer centenas de atos e trancamentos de ruas pela cidade. Se o governo não recuar, São Paulo vai parar!

Observa-se que, se por parte dos secundaristas houve uma radicalização progressiva das táticas adotadas para o enfrentamento, o mesmo pode-se dizer das respostas estatais à resistência estudantil. A postura do Governo Estadual ao longo do processo de luta pela reorganização é marcada por uma transição progressiva da estratégia de invisibilização ou minimização do movimento para uma linha de repressão das manifestações e de criminalização dos participantes, no início velada e depois aberta. Como colocado anteriormente, a primeira reação do Governo foi a subestimação da oposição secundarista, ignorando as reclamações iniciais e os protestos desarticulados. Quando não mais era possível desconsiderar o descontentamento secundarista, optou-se por silenciá-lo.

Em entrevista concedida no dia 14 de novembro<sup>28</sup>, o governador Geraldo Alckmin declarou que o caminho para lidar com as ocupações seria o diálogo. Esse discurso foi sustentado diante da imprensa durante todo o período inicial da luta em torno da reorganização escolar, mas as imagens da repressão nas ruas e nas escolas demonstravam o caráter falacioso do discurso público do Governo.

Um dos episódios mais emblemáticos do enfrentamento entre secundaristas e policiais se deu no dia 15 de novembro, ao final de uma manifestação realizada na capital em que a sede do poder de Estado, o Palácio dos Bandeirantes, foi atacada. Os manifestantes tentam - sem sucesso - o arrombamento de um dos portões, deprezam a fachada do Palácio e viaturas próximas e ateam fogo em uma bandeira do estado de São Paulo. A ofensiva secundarista conta com um arsenal de pedras, paus, lixeiras e fogos de artifício. A contraofensiva militar recorre às bombas de efeito moral e ao gás lacrimogêneo para a dispersão dos “vândalos”.

A desobstrução de vias bloqueadas pelos chamados travamentos, que se intensificaram nos primeiros dias do mês de dezembro, era realizada pela Polícia Militar com cada vez mais truculência. Em contrapartida, a desobediência às ordens de dispersão era a posição sustentada pelos secundaristas, que optavam por resistir até o ponto em que podiam suportar as investidas militares. As principais vias da capital paulista, em muitas dessas ocasiões, se tornaram verdadeiros campos de batalha.

As páginas das ocupações e coletivos noticiam quase que diariamente ataques militares às escolas ocupadas ou protestos de rua.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2Q4NVIK>. Acesso em: 23 ago 2018.

[G.A.S. – 01 de dezembro]  
REPRESSÃO NO ATO DOS SECUNDARISTAS  
NA 9 DE JULHO, CHOQUE JOGANDO  
BOMBAS DE GÁS!  
[detidos no 78º dp e no 1º dp]

[G.A.S. – 02 de dezembro]  
URGENTE! POLÍCIA MILITAR PRENDE DOIS  
ALUNOS AGORA NA DR. ARNALDO!  
PM ataca protesto dos estudantes da E.E. Alves  
Cruz, que bloqueiam a Avenida Dr. Arnaldo com  
cadeiras desde o início da manhã de hoje.  
Arbitrariamente, os policiais acabaram de prender  
dois estudantes secundaristas! Toda solidariedade  
é urgente!  
Esse é o diálogo do governo? Ou será a "guerra"  
que Alckmin anunciou contra os alunos?  
Eles estão sendo levados para 23ª DP.  
Força estudantes! Abaixo a repressão!  
#OcupaEscola #ForaPM

[G.A.S. - 03 de dezembro]  
POLÍCIA REPRIME ESTUDANTES NA  
AVENIDA TIRADENTES  
A Polícia Militar está reprimindo violentamente os  
estudantes da ETESP e outros colégios do centro  
que se concentravam em frente à escola, na Av.  
Tiradentes, próximo à sede da ROTA. Muitos  
alunos ficaram feridos pelas chamadas "bombas de  
efeito moral" - que tem na verdade efeito mutilante.  
Não tem arrego!  
#OcupaEscola #ResisteETESP

[G.A.S. – 04 de dezembro]  
REPRESSÃO NO CENTRO  
Agora a Polícia Militar do Estado de São Paulo  
reprime fortemente os estudantes em luta, na região  
do Centro.  
Cães-de-guarda do Estado, literalmente, caçando  
estudantes pelas ruas do centro. Secundas seguem  
resistindo agora na região da Praça da República,  
em frente a Secretária de Educação.  
Fortaleça! Resistência!

O acionamento de efetivo policial para reintegrar a posse dos prédios, seja através da intimidação ou da remoção forçosa dos ocupantes, é um dos primeiros recursos mobilizados para neutralizar a nova tática de protesto. Nos primeiros dias da ocupação da EE Fernão Dias, a Polícia Militar promoveu um cerco à escola, em forma de cordão composto por cerca de uma centena de oficiais, de forma a impedir a circulação de pessoas e até mesmo de alimentos entre o interior da ocupação e a vigília constante de apoiadores instaurada do lado de fora.<sup>29</sup> Tais medidas visavam forçar uma desocupação do espaço pela imposição de privações. O bloqueio permaneceu por mais de 70 horas, isolando todo o perímetro da escola. A resistência estudantil saiu fortalecida e o exemplo se disseminou como faísca.

É possível afirmar que o advento e a rápida disseminação das ocupações criaram um momento de desorientação nas elites dominantes da máquina estatal, que assistiram atônitas às inúmeras manifestações de solidariedade popular ao movimento secundarista nacional e internacionalmente e, concomitantemente, à queda vertiginosa da popularidade da gestão Alckmin. Naquele contexto, instaurou-se uma situação de instabilidade política no estado, diante da qual a resposta governamental foi a intensificação da perseguição e da repressão direta aos estudantes.

Em 03 de dezembro, ocorreram 11 travamentos em diferentes pontos da cidade de São Paulo (VAZ; BARROS; GIL, 2016). No dia seguinte, 04 de dezembro, após divulgação da pesquisa do Datafolha<sup>30</sup> que indicava a queda de popularidade do governador, este vem a público anunciar a suspensão do projeto de reorganização da rede estadual e

---

<sup>29</sup> Ver mais em: <https://bit.ly/2OelvdE>. Acesso em 24 ago 2018.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://glo.bo/2EZR5fA>. Acesso em 24 ago 2018.

revogação da Resolução SE 54, de 01 de dezembro, que formalizava sua implementação<sup>31</sup>. A medida foi entendida pelos lutadores como uma vitória parcial, visto que a única garantia obtida é a não implementação da reforma no ano de 2016, mas nada foi dito sobre seu efetivo cancelamento. No mesmo dia, o secretário da educação Herman Voorwald, abandona seu cargo.

No primeiro momento, os secundaristas optaram por manter as ocupações até que recebessem garantias mais concretas sobre o recuo do governador em relação à reorganização e sobre acordos de não instauração de processos de criminalização e punição aos ocupantes e apoiadores do movimento. Diante da intransigência estudantil, se acirram as ofensivas locais de desocupação forçada das escolas. Progressivamente, o número de ocupações decresceu (algumas escolas foram desocupadas mediante negociações com as direções com relação a demandas particulares), com dificuldades de organizar uma saída conjunta e a rearticulação do movimento sobre outras bases, até que no início de 2016 todas as unidades fossem devolvidas ao controle da SEE.

O sucessor de Voorwald, José Roberto Nalini, assume a Secretaria sob um discurso de comprometimento de sua gestão com o diálogo e ampliação da participação estudantil. Por um lado, o Governo promove eleições unificadas de grêmios em todo o estado ainda no primeiro semestre de 2016. De acordo com a SEE, até 2016 70% das escolas paulistas possuíam grêmios e, após o empenho estatal em

---

<sup>31</sup> A resolução, único decreto diretamente relacionado ao projeto de reorganização que chegou a ser firmado, instituiu procedimentos de transferência de docentes e técnicos entre as unidades escolares.

formatar a atuação política secundarista, esse número saltou para 95%<sup>32</sup>. Por outro, cria uma instância de participação restrita a entidades do campo jurídico para o debate sobre as reformas educacionais no estado, a Frente de Instituições Públicas pela Educação do Estado de São Paulo (Fipesp) (MORAES; XIMENES, 2016).

O refluxo da organização estudantil após a desocupação das escolas no mês de janeiro<sup>33</sup> viabilizou a implementação, sem uma resistência aberta e consistente, da chamada “reorganização silenciosa” - o fechamento de centenas de salas de aula no início do ano letivo de 2016. Verificou-se também a existência de processos de retaliação contra estudantes que aderiram ao movimento, como impedimento de matrícula e transferência não solicitada de períodos ou turmas<sup>34</sup>, em alguns casos e, com maior frequência, isolamento e perseguição cotidianos (PATTA, 2017).

Em síntese, nossa hipótese é de que o primeiro estágio da luta secundarista contra a reorganização foi marcado por ações de resistência pacífica, nos moldes das concepções de protesto de rua usualmente adotadas pelas entidades oficiais do movimento estudantil (bem como

---

<sup>32</sup> Ver mais em: <https://bit.ly/2Og2ozQ>. Um texto bastante esclarecedor sobre o papel (de submissão) dos grêmios na perspectiva do Governo Estadual paulista pode ser acessado em:

<https://bit.ly/2ENCCTW>. Acesso em: 25 ago 2018.

<sup>33</sup> Cabe destacar que na capital houve o empenho em preservar o saldo organizativo das ocupações, principalmente com a manutenção das reuniões do Comando, que passa a chamar-se Comando das Escolas em Luta. Porém, o anúncio de um novo aumento do valor da tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo absorveu as energias militantes que restaram após o fim das ocupações, de modo que a luta pelas escolas acabou em segundo plano durante as férias escolares.

<sup>34</sup> Ver mais em: <https://bit.ly/1Q34KQI>. Acesso em: 25 ago 2018.

pelos partidos e sindicatos com que estas se relacionam) e, no segundo momento, predominaram as ações insurgentes.

No início, prevalecem os formatos cívicos<sup>35</sup> de manifestação política, majoritários entre os movimentos sociais brasileiros, consequência da hegemonia política e ideológica do Projeto democrático popular, que será melhor descrito na próxima seção. Esta preponderância produziu um tipo específico de saber político que se reproduz do movimento sindical ao movimento estudantil por via da atuação das mesmas direções políticas – o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O projeto desses partidos, que é assumido pelas entidades oficiais do movimento estudantil, pode ser caracterizado como uma herança do modelo social democrata de movimento operário, com uma série de especificidades e adaptações ao contexto nacional que o diferencia desta matriz histórica. Em seu estudo sobre a CUT e o PT, Castro (2017) produz uma definição que também pode ser aplicada à análise da atuação política da UNE/UBES:

Além de social-democratas, poderíamos identificá-los como uma variante reformista, que procura a conquista pelo meio legal, eleitoral, dentro do parlamento e na defesa da legalidade, passando por uma perspectiva de alcançar o socialismo pela democratização do Estado (CASTRO, 2017, p.42)

As manifestações de rua centralizadas, tanto espacialmente (em regiões centrais da cidade) quanto politicamente (dirigida em seus trajetos e discursos por representantes de sindicatos e partidos no alto de um carro

---

<sup>35</sup> Aqui, tratamos civismo no sentido de comportamentos e valores referentes à ideia de cidadania, que prezam pelo respeito e conservação das instituições e práticas políticas vigentes em uma nação.



de som, seguidos pelas massas das categorias), seguem uma orientação política que corresponde ao sistema de representação do Estado liberal. Em geral, o percurso se dá por vias de grande movimento que privilegiem a visibilidade dos contingentes nas ruas e termina diante de sedes de órgãos públicos, muitas vezes com pedidos de reuniões de negociação. Trata-se de manifestações ordeiras e hierarquizadas, cujo objetivo último é demonstrar expressão numérica e capacidade aglutinadora a fim de conquistar o reconhecimento de algum setor ou classe como interlocutor legítimo perante as instituições do poder vigente. Com esse modelo, as direções social-democratas visam demonstrar tanto sua capacidade de atrair, organizar e controlar massas nos locais de trabalho, estudo e moradia, quanto de negociar e propor soluções junto à burguesia em suas instâncias.

Neste primeiro ciclo, o posicionamento do Governo Estadual era o de neutralizar a oposição pela invisibilização e silenciamento das demonstrações de insatisfação. Dentro da lógica democrática, as elites ofereceram aos descontentes uma data, o chamado Dia E, para questionamentos e esclarecimentos sobre seu projeto, como contrapartida às reivindicações por diálogo e participação.

A hegemonia democrático-popular, instalada no Brasil desde o período da redemocratização, começa a ser abalada, em grande escala, nos primeiros anos da década de 2010. As greves selvagens de 2011 e 2012 e a insurgência popular de 2013 e 2014 aprofundam e consolidam o cenário que vem sendo descrito pelos analistas como uma crise de representatividade na política brasileira, fundamentalmente caracterizada por uma rejeição das bases populares à política institucionalizada e representativa, bem como às suas instituições e símbolos.

Nesse bojo, os conflitos entre direção e base se fizeram sentir nas marchas secundaristas de 2015. Verificou-se tanto uma disputa pela descentralização espacial dos protestos (com a convocação de atos regionais em concomitância ou em detrimento dos atos centrais e unificados) e também pela descentralização do poder político no interior da manifestação (com a rejeição e até mesmo a expulsão dos carros de som e a opção pelo jogral como veículo de difusão dos discursos de protesto).

Na primeira semana de novembro, consolida-se a transição da manifestação pacífica e defensiva à resistência ativa e ofensiva, inaugurando o segundo ciclo da luta contra a reorganização, marcado pelas ocupações de escolas, boicotes e travamentos.

Trabalhamos com a hipótese de que o período em que as escolas estiveram em funcionamento sob controle estudantil representa uma ruptura, ainda que parcial e temporária, com o ordenamento institucional, a partir da instauração de um contrapoder estudantil, baseado na coletivização do trabalho e do poder decisório. Tal modelo de organização e atuação política, assentado no estabelecimento de organismos de contrapoder, foi a pedra angular da vitória secundarista sobre a reorganização escolar.

Afirmamos, então, que a luta secundarista contra a política de redução da rede estadual paulista transitou do protesto pacífico à insurgência, movimento que obrigou o Governo Estadual a frear seu projeto. Cabe caracterizar o que entendemos por manifestações insurgentes.

## **2.4 – Insurgência e contrainsurgência**

De acordo com Linden, “o estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais requer que seja dada igual atenção ao ‘outro lado’ (empregadores, autoridades públicas)” (LINDEN, 2009, p.19). Portanto, esta seção se dedica à caracterização da atividade política secundarista e das respostas estatais.

O movimento de ocupação de escolas, como parte significativa do processo mais amplo de luta contra a reorganização escolar, apresenta características de um tipo particular de processo político, a insurgência (FERREIRA, 2016).

Desde o início dos anos 2000, inúmeras pesquisas têm dado destaque às insurgências como modalidade principal do conflito civil no século XXI. Neste período, uma série de greves, rebeliões, protestos e levantes populares tem sido deflagrados em diversos países do mundo como resposta ao recrudescimento das políticas de austeridade acionadas pelos Estados a fim de conter os efeitos da crise econômica mundial. Nas duas primeiras décadas deste século, registraram-se rebeliões populares na Islândia, Grécia, Chile, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, França, Argentina, México, Filipinas e tantos outros. Neste mesmo ciclo, incluem-se as sublevações no norte da África e Oriente Médio, conhecidas como Primavera Árabe.

No entanto, a questão está hoje posta no cenário contemporâneo: rebeliões e protestos urbanos explodindo no coração das grandes cidades, desde 2008, ou antes, e que vem alimentando discussões e debates variados. Não por acaso, o “direito à cidade” é slogan e bandeira dos mais diversos movimentos e articulações políticas em inúmeras cidades do planeta, além de ser pauta de inúmeras publicações recentes e fóruns de discussão voltados ao deciframento dos protestos que vêm

explodindo no coração das cidades globalizadas em diversas regiões do mundo. No que diz respeito a São Paulo (e outras cidades brasileiras), se os conflitos apareciam de forma difusa nos espaços urbanos ao longo dos últimos anos, processou-se algo com um efeito de condensação em torno das chamadas “jornadas de junho”, em 2013, e seus desdobramentos nas manifestações e conflitos em enfrentamentos que acompanharam a preparação e a realização da Copa do Mundo no Brasil, em 2014. (TELLES, 2015, p.20)

Guardadas suas especificidades, esses processos de ação coletiva podem ser enquadrados como parte de um mesmo ciclo marcado pela emergência da insurgência urbana, que se refere “aos protestos de rua e movimentos fora de lugar ou fora dos espaços institucionalizados pelo governo e ordenados pela racionalidade dos mercados” (TELLES, 2015, p.21).

De acordo com Ferreira, essas resistências têm em comum “a luta contra os efeitos do neoliberalismo, o questionamento do papel do Estado no processo de emancipação social e a busca por formas horizontais de organização” (FERREIRA, 2016, p.9). Justamente por isso, essa série de rebeliões tornou-se, tanto local quanto globalmente, uma preocupação central dos poderes públicos, que passam a considera-las, em alguns casos, não apenas ameaças à ordem social, mas à própria existência do Estado em si, como observa Wallerstein (2013):

todas as revoltas tendem a começar muito pequenas - um punhado de pessoas corajosas manifestando - se sobre algo. E então, se elas “pegam”, coisa que é que é muito imprevisível, tornam-se maciças. De repente, não apenas o governo está sob ataque, mas, em alguma extensão, o Estado enquanto tal. Esses levantes reúnem tanto aqueles que querem a

substituição do governo por outro melhor quanto os que questionam a própria legitimidade do Estado (WALLERSTEIN, 2013)

Insurgir-se significa inconformar-se e reagir ao estado ordinário das coisas, contrapondo-se às autoridades políticas estabelecidas por meio de uma estratégia de mobilização social e do uso moderado ou substantivo da força. A insurgência é protagonizada por um conjunto de sujeitos que se opõem ao controle dos governos e (re)tomam espaços públicos, seja por meio de “protestos de rua e movimentos fora de lugar ou fora dos espaços institucionalizados pelo governo e ordenados pela racionalidade dos mercados” (TELLES, 2015, p.21), seja pela via da resistência armada. A expressão espacial do conflito político é central nesta modalidade de luta, em que os espaços públicos/institucionais são (re)apropriados e tem sua lógica de funcionamento corriqueiro subvertida, de tal modo que estes locais são convertidos em arena de disputa simbólica contra o despotismo do poder estatal.

Optamos aqui por uma definição ampliada que não restringe a atividade insurgente à resistência armada, mas abarca também processos políticos disruptivos em que a violência é acionada a níveis de baixa intensidade, como as manifestações de violência civil não-letal contra agentes e símbolos da ordem contestada.

Em geral, esses processos de resistência são promovidos por grupos excluídos das dinâmicas econômicas fundamentais da modernidade capitalista, o que os motiva a manifestar-se provocando diversos tipos de distúrbios que perturbem gravemente a ordem social e prejudiquem a economia e a governabilidade em determinada região.

Na história recente, a insurgência começa a ser reincorporada à experiência coletiva concreta dos trabalhadores brasileiros no início da presente década e atinge seu paroxismo ainda no biênio 2013-2014. Ao analisar o fenômeno das jornadas de junho, Ferreira caracteriza que esta insurgência, assim como os processos dela derivados, consistem em

um levante, mais ou menos simultâneo, de classes/grupos subalternos numa determinada sociedade, que usando de diferentes formas de ação e resistência coletiva, especialmente a ação direta e a violência civil não letal (que inclui a destruição de propriedade e a autodefesa de massas), exercem um contra-poder que neutraliza as funções governamentais temporariamente. Logo, a importância das JJ13 não está apenas no número de manifestações e de manifestantes, mas no tipo de relação de (contra) poder e nos efeitos (sobre o sistema político e socioculturais) que as ações coletivas desencadearam (FERREIRA, 2016, s.p.)

De acordo com a concepção de que “o movimento dos estudantes se insere em tendências históricas que foram se tornando mais evidentes a partir do ano de 2013” (JANUÁRIO et al, 2016, p.20), acreditamos que as investigações sobre multiplicação e os efeitos dessas revoltas globais, as configurações assumidas pela resistência nesse contexto, bem como as medidas de controle social empreendidas pelo Estado para sua contenção, nos auxiliam a compreender o caso da insurgência secundarista contra o projeto de reorganização escolar.

O movimento de ocupação das escolas organizado pelos secundaristas em São Paulo cria, em um primeiro momento, um conflito entre o Estado, que representa o status quo, e os estudantes que, apesar de serem os protagonistas no cotidiano escolar, são sujeitos marginalizados e ignorados nas tomadas de decisões políticas. Cria-se, nesse cenário, um

conflito, seguido de ações de resistência, que são as formas encontradas pelos sujeitos para se fazerem visíveis (ALTHEMAN, 2017, p.3)

Apesar de diversas particularidades, as ocupações se organizavam a partir dos princípios e estruturas sugeridos pelo manual – a democracia direta nos processos decisórios, auto-organização e gestão coletiva do espaço -, o que reflete a existência de certa organicidade no movimento a nível estadual. Não nos ateremos às dinâmicas internas das escolas ocupadas, por compreendermos que os trabalhos relacionados no apêndice 2 desta dissertação cumprem suficientemente bem a função de descrever estas questões.

Muitas atividades pedagógicas, como aulas, seminários e palestras, seguiram acontecendo no período das ocupações, porém em uma lógica distinta daquela que orienta o calendário escolar oficial, selecionadas a partir de currículos e propostas definidos coletivamente pelos secundaristas. Os cronogramas diários eram preenchidos com diversas atividades propostas por meio de mecanismos online, como a plataforma *Doe uma aula*, em que universitários, professores e militantes de diversos grupos ofereciam seus conteúdos de especialidade para a seleção dos ocupantes conforme suas demandas. Além disso, é indispensável ressaltar o suporte por meio de doações de alimentos e materiais, além de serviços de manutenção e segurança das escolas, oferecida por familiares, professores, vizinhos e movimentos sociais diversos. Aqui queremos ressaltar que a solidariedade popular teve importância vital para criar condições para o desenvolvimento da notável capacidade demonstrada pelos jovens estudantes em conciliar a gestão do espaço escolar, das atividades pedagógicas e as demandas da luta reivindicativa externa.

Para além dos conteúdos teórico-políticos, conteúdos regulares e muitas atividades artísticas e culturais povoaram o cotidiano de ocupantes e apoiadores. A fala de um estudante da EE Fernão Dias no documentário *Por que você quer fechar a minha escola?* é emblemática a esse respeito:

Em dez anos de ensino público, eu nunca fui num teatro, nunca vi um sarau, nunca vi um teatro, uma roda de capoeira, uma roda de samba, coisas que tão acontecendo agora, nesse momento. E se eu fosse, sei lá, o Geraldo Alckmin, no caso, ficaria envergonhado de saber que as ocupações exercem o trabalho melhor do que o Estado.

Pode-se afirmar que, em grande medida, a dinâmica interna de funcionamento das ocupações, tanto em sua forma quanto em conteúdo, foi organizada a partir de uma lógica inversa à norma institucional.

Entrevistada - Nossa, a gente fazia o chato do sistema educacional ser o mais legal. Porque a gente tinha física e matemática de uma forma diversificada. A gente tinha teatro, a gente tinha aula de cozinhar, de fazer pão, de fazer tudo. Era totalmente diferente, e a gente não deixava também de estudar as coisas que eram consideradas mais complexas. A gente conseguia colocar em um currículo atrativo. (COELHO, 2017, p. 64)

A implementação de um contrapoder estudantil, baseado na coletivização do trabalho e do poder político, por meio da insurgência representa uma ruptura, ainda que parcial e temporária, com a normalidade institucional das escolas.

Altheman (2017) assevera que “o movimento de ocupação das escolas no Estado de São Paulo possui aspectos que o associam a movimentos de insurgência, com aspectos peculiares que se destacam na observação desse processo” (ALTHEMAN, 2017, p.6). No mesmo



sentido, acreditamos que a caracterização da insurgência, como uma das principais configurações assumidas pelas revoltas populares no atual contexto internacional, pode ser especialmente útil para compreender e descrever a luta secundarista. Nesse sentido, observaremos centralmente quatro aspectos desse tipo de processo político, a saber: 1) acionamento de formas de resistência violentas (de baixa intensidade) a fim anular relações de propriedade/apropriação econômica, 2) articulação de múltiplos sujeitos políticos em movimentos que compreendem antagonismo e cooperação, 3) neutralização do controle estatal e instituição de novas relações políticas, ainda que temporariamente 4) progressão ou retrocesso se dão conforme as opções estratégicas dos sujeitos que o impulsionam (FERREIRA, 2016).

Com relação ao primeiro ponto, podemos identificar como formas de resistência violentas desde a resistência a ordens de dispersão de manifestações de rua e a detenções, contraofensiva às tentativas de dispersão forçadas, depredação de patrimônio, agressão e diversas outras manifestações concretas e/ou simbólicas de repúdio às autoridades políticas e militares, até a retomada de espaços através do uso da força no contexto de uma ocupação que contesta o direito de propriedade/apropriação de um serviço ou espaço, como a escola pública.

O segundo aspecto também pode ser identificado no movimento de ocupações, em que forças políticas antagonistas – grupos políticos que sustentam as entidades oficiais de representação estudantil, como UMES e UBES, e grupos independentes de oposição – se unificaram em torno de uma pauta comum a despeito de suas divergências políticas ideológicas. Estas diferenças de concepção, longe de serem

escamoteadas, eram profundamente propagandeadas e disputadas nos espaços deliberativos da categoria.

A experiência de ocupar e gerir o espaço e as atividades da escola a partir da instituição de organismos políticos baseados na democracia direta e na ampla participação estudantil e comunitária é bastante representativa sobre o terceiro elemento apontado. Durante o período em que se instituiu o controle estudantil sobre as escolas, a lógica de administração estatal, fortemente baseada na gestão privada, hierárquica e autoritária, foi substituída pelo poder das assembleias estudantis, baseado na gestão coletiva, autônoma e democrática. Neste efêmero contexto, estudantes oriundos da classe trabalhadora experimentaram pela primeira vez o poder de redesenhar o espaço e replanejar o conteúdo escolar através de seu esforço coletivo, se tornando efetivamente agentes em um espaço social em que são cotidianamente forçados à passividade.

Sobre o quarto aspecto, fica claro que o movimento de ocupações teve seus avanços e recuos determinados pelas opções táticas feitas pelos secundaristas. Ao optar por combinar as manifestações de rua com a ocupação das escolas, a repercussão do movimento disparou e a pressão sobre o Governo aumentou drasticamente, impondo a suspensão do projeto para o ano de 2016 e a troca da chefia da Secretaria de Educação. Por outro lado, a decisão de desocupar as escolas após o anúncio da suspensão da reorganização e a canalização da força política para uma nova pauta que surge no mês de janeiro de 2016, o aumento da tarifa do transporte na cidade de São Paulo, permitiram que o Governo implementasse o rearranjo da rede de forma fragmentada, com o

fechamento de diversas turmas no início do ano letivo<sup>36</sup>, praticamente sem resistência.

Deste modo, a partir da perspectiva aqui empregada, podemos compreender as ocupações secundaristas enquanto experiências insurgentes. Os estudantes se insurgiram contra o projeto governamental e utilizaram a ocupação, enquanto prática da ação direta de luta, como principal tática de resistência. Cabe destacar que as ocupações secundaristas não tinham como objetivo apenas colapsar o funcionamento institucional - como é usual nas ocupações de reitorias de universidades públicas -, mas experimentaram um projeto de auto-organização das escolas, expressão de que sua atividade política continha um conteúdo tanto negativo/destrutivo quanto positivo/criativo.

Passemos, então, ao lado oposto. A contrainsurgência se torna o cerne do pensamento militar a partir do advento da chamada *Doutrina Petraeus*, desenvolvida nos EUA no início guerra civil afegã em 2001. Desde então, tal racionalidade militar tem se tornado a tônica das respostas estatais aos conflitos civis em boa parte dos países do mundo. Sobre o início da política antiterror nos EUA, Beverly Silver destaca o impacto sobre as organizações e manifestações políticas no chamado nível doméstico:

Quinze anos atrás, logo após o 11 de setembro, parecia que nós estávamos à beira de uma insurreição de massas de trabalhadores nos Estados Unidos, com um forte epicentro justamente nos trabalhadores imigrantes. Havia um grande número de greves que estavam sendo planejadas e algumas estavam inclusive em progresso. E então, toda essa dinâmica mudou repentinamente. [...] A guerra ao terror deu um forte impulso para que medidas

---

<sup>36</sup> Trata-se da chamada reorganização silenciosa, implementada no início de 2016. Ver mais em: <https://glo.bo/2OccoKn>. Acesso em: 17 set 2018.

coercitivas e a repressão se instalassem e mantivessem o status quo. E isso não apenas nos locais de trabalho, mas também em termos de hostilidade dos empregadores contra os sindicatos e, de forma mais ampla, também em relação ao impacto que esse clima de guerra permanente gerou nas tentativas de organização (SILVER, 2016)

A sofisticação das estratégias militares de controle de multidões tem sido o tom do tratamento dado aos conflitos e manifestações nas grandes cidades em todo o mundo. Telles (2016) observa que no atual contexto a perspectiva da gestão negociada dos conflitos é substituída por outro padrão de controle e repressão, a gestão militarizada, regida pela chamada “guerra ao terrorismo” que se desdobra na “guerra contra a insurgência urbana”. De acordo com a autora:

Para ir direto ao ponto: tudo indica que, nos últimos anos e mais intensamente a partir dos anos 2000, passou-se do que a literatura sobre movimentos sociais define como gestão negociada dos conflitos para outro padrão de controle e repressão, em grande medida regido por uma concepção de ordem pública cada vez mais tomada – colonizada, dizem alguns – pela chamada “guerra ao terrorismo”, a qual se desdobra, como um de seus avatares, na “guerra contra a insurgência urbana” (TELLES, 2016, s.p.)

Nesta perspectiva está implicada uma progressiva colonização da gestão do espaço urbano pela racionalidade militar, de modo que cada vez mais procedimentos e práticas políticas passam a ser orientados pela ideia de guerra urbana. Trata-se de uma política pensada como gestão dos riscos, pois toda dissidência passa a ser encarada como ameaça à ordem e à segurança das instituições e dos capitais. Frente à ação coletiva

popular, opõe-se a ampliação extensiva das operações de controle e repressão, de tal modo que praticamente inexitem distinções entre protestos e crimes, “tudo posto sob as figurações da insurgência e da ameaça real ou potencial à segurança urbana, quer dizer: segurança dos mercados e dos cidadãos agora transfigurados como operadores de mercado (consumidores e empreendedores)” (TELLES, 2015, p.).

Grosso modo, pode-se definir as operações de contrainsurgência como ofensivas de diversos tipos, dirigidas contra forças irregulares (não-governamentais) que ameaçam a soberania de um governo estabelecido. A criação da figura do inimigo público é fundamental nesta diretriz. Compreende-se que o violador da legislação é um ente nocivo, que representa risco para a sociedade e suas instituições. De acordo com Moraes e Moraes, nesta lógica, “desloca-se o foco do hipotético fato criminoso para a pessoa, não importando as condutas e lesões efetivamente realizadas, mas os indivíduos que compõem aquele grupo social, que deve ser excluído para a preservação da segurança e da ordem” (MORAES; MORAES, 2016, p.115). A difusão da imagem do terrorista e do vândalo como inimigos da humanidade é a justificativa central para a repressão de manifestações de insatisfação social, consideradas distúrbios que devem ser contidos.

A gestão dos distúrbios passa pelo fortalecimento dos aparatos de contenção e repressão, criação de dispositivos e normas de “exceção”, monitoramento rotineiro de ativistas, infiltrações em reuniões e marchas, proibição de participação em atividades políticas, detenções preventivas, entre outros. O controle social sobre os dissidentes passa a ocorrer não apenas durante os protestos, mas também entre eles, antecipando-se a eles. Essas estratégias combinadas criam uma taxonomia da violência

política, global e preemptiva (STARR; FERNANDEZ; SCHOLL, 2011), que impõe uma atmosfera de terror ao ativismo. Busca-se, com isso, determinar as formas, o conteúdo, o território e o período de realização das manifestações, a fim de anular sua potencialidade disruptiva.

No Brasil, a guerra (não abertamente) declarada contra movimentos sociais urbanos assume contornos explícitos no contexto dos protestos contra o aumento de tarifas de transporte coletivo em 2013 e contra os gastos públicos com campeonatos de futebol em 2014.

No período, houve um acelerado processo de integração das diferentes forças policiais e de órgãos de segurança nacional e internacional, além da criação de um conjunto de normas jurídicas para coibir as insurgências urbanas, principalmente por meio da criminalização dos chamados vândalos, sujeitos de altíssima periculosidade que figuravam como ameaça à realização de megaeventos como a Copa das Confederações e Copa do Mundo da FIFA e as Olimpíadas. Esses dispositivos conformaram um verdadeiro cerco jurídico aos protestos que questionavam as prioridades de destinação de recursos públicos (MORAES; MORAES, 2016). Entre outros, podemos destacar a Lei 12.850/2013, que enquadra ativistas políticos como organizações criminosas, a portaria n. 3461 do Ministério da Defesa, que institui a “Garantia da Lei e da Ordem” e, posteriormente, a Lei 13.260/2016, conhecida como Lei antiterrorismo, que dispõe sobre a tipificação e punição de crimes de terrorismo em território nacional.

Em linhas gerais, esses dispositivos visam controlar distúrbios, coibir a atuação de indivíduos, organizações e movimentos que provoquem ações radicais e violentas que possam provocar terror social e expor ao perigo pessoas, propriedades e a paz pública. Alguns dos atos

enquadrados como terroristas são aqueles que envolvem porte de explosivos, sabotagens e destruição em massa. Em última instância, é criminalizado o uso da violência para demonstração de posicionamentos políticos e ideológicos. A pena prevista varia entre 12 e 30 anos de detenção. A legislação antiterror prevê ainda a possibilidade de punição de atos preparatórios, o que significa que a repressão estatal pode se antecipar e punir atos que sequer foram concretizados. Esse aparato jurídico foi instrumentalizado para a prisão, julgamento e, em alguns casos, condenação de ativistas em todo o país. Os casos mais notórios são os de Rafael Braga Vieira<sup>37</sup>, dos 23 do Rio de Janeiro<sup>38</sup> e dos 18 do CCSP<sup>39</sup>.

É importante asseverar que, além de mecanismos formais – forças militares, instâncias jurídicas e sistema penal – os mecanismos informais de controle social também cumprem papel fundamental nas cruzadas estatais contra os inimigos da ordem. Destacamos aqui as instituições de ensino e religiosas, as famílias e o aparato midiático.

A rigor, a contrainsurgência consiste na missão pacificadora das forças militares, encarregadas de eliminar a ameaça das forças irregulares, isolando-as de seus apoios locais, desmontando sua infraestrutura e neutralizando seu poder de combate. Esta dita missão é compreendida

---

<sup>37</sup> Rafael Braga é uma das vítimas da repressão às jornadas de junho. Para mais detalhes sobre o caso, ver: <https://bit.ly/2RnV1Z7>. Acesso em: 09 set 2018.

<sup>38</sup> Um grupo de 23 ativistas cariocas vem sendo perseguido sob acusação de conspiração para incendiar a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 2013. Em julho deste ano, foram condenados. Mais informações em: <https://bit.ly/2zbnlL4>. Acesso em: 09 set 2018.

<sup>39</sup> Em setembro de 2016, 18 jovens paulistas foram detidos antes de uma manifestação contra o presidente Michel Temer (MDB) a partir de infiltração de um capitão do exército. Em outubro de 2018, foram absolvidos. Ver mais em: <https://bit.ly/2AyiscC>. Acesso em: 24 out 2018.

como um processo de desarticulação com vistas à erradicação do inimigo interno, que tem como bases a guerra de informação e a conquista da opinião pública, a fim de moralizar a ordem social em risco.

De acordo com Kennedy, o que se desenha no país a partir de 2013 é a “instalação de uma verdadeira guerra civil irregular interna para conter seu povo rebelado nas ruas” (KENNEDY, 2015, p. 94).

Em São Paulo, a polarização entre as forças insurgentes e contrainsurgentes foi excepcionalmente intensa.

em São Paulo, foi aplicada a Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983), editada no período de ditadura militar, para a prisão de dois jovens manifestantes. Atitude abusiva e ilegal, diante do próprio texto normativo, que condiciona sua utilização a situações de: lesão ou exposição a perigo efetivo à integridade territorial e à soberania nacional; ao regime representativo e democrático, à Federação e ao Estado de Direito; ou os chefes dos Poderes da União, nos exatos termos do art. 1º, Lei 7.170/83. Acusar que os dois jovens, por mais equipados que estivessem, estariam colocando em risco a atual soberania nacional, o regime democrático, ou qualquer um dos outros bens jurídicos descritos acima, sem sequer portar qualquer arma de fogo ou equivalente, é realmente desproporcional e irrazoável, daí a violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade que deveriam ser respeitados pela administração pública no ato da imputação penal (MORAES; MORAES, 2016, p.113)

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014)<sup>40</sup>, as tropas militares paulistas ocupam o segundo lugar entre as forças policiais mais letais do país. Ademais, o estado foi uma das

---

<sup>40</sup> Dados do Anuário brasileiro de Segurança Pública, em sua oitava edição, publicada em 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2OWbl6t>. Acesso em: 04 set 2018.



unidades federativas que mais investiu na aquisição de armamentos não-letais entre 2013 e 2014.

Estes antecedentes se desdobraram na resposta estatal-militar à insurgência secundarista, pautada em uma estratégia de guerra de baixa intensidade declarada pelo governo paulista contra as ocupações.

Cotidianamente, policiais fotografavam ocupantes e apoiadores nas imediações de escolas ocupadas, além dos carros estacionados, a fim de verificar se pertenciam à representantes de sindicatos e partidos que poderiam ser criminalizados por colaborar com os “invasores”. Foram constantes os episódios de invasão policial para tentativas de desocupação forçada de escolas. Em muitas dessas ocasiões, ocorrem diversos tipos de agressão física e moral aos jovens manifestantes, desde ofensas e ameaças diversas até espancamentos com cassetetes e detonação de bombas de gás lacrimogêneo em locais fechados.<sup>41</sup>

[G.A.S. - 14 de novembro]

**REPRESSÃO POLICIAL NA E.E. LINS DO REGO OCUPADA!**

Polícia Militar reprime estudantes que ocupara a E.E. José Lins do Rego na Zona Sul de SP, também prenderam um professor que tava apoiando a mobilização. Nesse momento a polícia está dentro da escola intimidando os alunos que continuam ocupando a escola contra a "reorganização". Todo apoio é necessário!

**EDUCAÇÃO NÃO É CASO DE POLÍCIA!  
SECUNDARISTAS RESISTEM!**

Compartilhem o vídeo e fortaleçam!

#OcupaEscola

---

<sup>41</sup> Alguns exemplos foram divulgados pela imprensa, como: <https://bit.ly/2Riq1to>. Acesso em: 07 set 2018.

O relato do jornalista Mauro Donato sobre a tentativa de desocupação forçada da EE Maria José, em 1 de dezembro, é emblemático sobre esse tipo de ofensiva:

Desde que o áudio do gabinete da Secretaria de Educação vazou, diretores de escolas iniciaram uma campanha aliciando grupos de alunos e pais contrários às ocupações. A ação que culminou no ataque à E.E. Maria José foi planejada numa reunião realizada no dia anterior dentro da igreja da Achiropita, na mesma rua da escola. Tudo começou muito cedo com uma visita do chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Fernando Padula. Ficou no portão, jogou seus argumentos sobre o prejuízo que a ocupação estava causando aos que eram contra e foi-se embora. Pouco tempo depois alguns pais estouraram os cadeados do portão dos fundos da escola com martelos, marretas e barras de ferro. A Polícia Militar e o diretor da escola estavam com a entrada livre.<sup>42</sup>

Além da ameaça e do uso da força, diversos recursos de desgaste e desmoralização do movimento foram acionados. Alguns exemplos foram a emissão de declarações caluniosas por parte da Secretaria de Segurança Pública (SSP), com o objetivo de criminalizar estudantes e apoiadores com acusações sobre depredação de patrimônio. Professores e funcionários receberam orientações para infiltração e espionagem nas ocupações, além dos constantes assédio aos professores, com ameaça de corte de bonificação devido ao prejuízo no SARESP, e aos familiares dos ocupantes, por meio de telefonemas com ameaças de reprovação automática em massa de todos os envolvidos, entre outros.

As entrevistas de Coelho trazem ainda outros exemplos: Estratégias diversas de criminalização: “Entrevistada: [...] Teve uma vez

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2AzfVi9>. Acesso em: 07 set 2018.

que ela (a diretora) ligou para a polícia falando que estava sendo mantida em cárcere privado pelos alunos, sendo que ela que tinha pulado o portão para entrar na escola.” (COELHO, 2017, p. 72)

Entrevistada: [...] os policiais se estavam só alunos eles entravam, não estavam nem aí, uma vez eles entraram com fuzil, só estava aluno, tinha muito policial, a gente estava de madrugada. Aí os professores ficavam por que eles tinham medo disso, porque se não tivesse eles, já era, acabou né, eles não estavam nem aí, eles invadiam a escola mesmo, aí se não tivesse o professor a gente estava lascado, porque era só jovem. Era bem tenso e vira e mexe os policiais iam lá (COELHO, 2017, p. 73)

Entrevistada - Houve uma época que a coordenadora, ela era coordenadora e hoje é a diretora... ela mandou mensagem para alunos que eram contra a ocupação para entrarem dentro do prédio e tirar a gente. (COELHO, 2017, p. 62)

O episódio mais emblemático remete ao vazamento de gravação de áudio<sup>43</sup> de uma reunião realizada no dia 29 de novembro com a presença do chefe de gabinete da Secretaria de Educação, Fernando Padula Novaes, cerca de 40 dirigentes da rede de estadual e representantes da Juventude Ação Popular<sup>44</sup> em que são passadas instruções para quebrar a resistência de alunos, professores e trabalhadores em luta contra a reorganização, descritos por Padula como “ações de guerra” contra as ocupações.

---

<sup>43</sup> Mais detalhes em: <https://bit.ly/2SrtozD>. Acesso em: 19 set 2018.

<sup>44</sup> Corrente de juventude do PSDB que disputou a gestão 2015-2017 da executiva do secretariado de juventude do PSDB-SP. “A Ação Popular é um movimento de jovens de todos os cantos do país em busca de uma renovação de verdade na política. Longe das demagogias, perto da práxis responsável e engajante, somos centenas nas universidades, nos colégios, nas empresas e queremos fazer a diferença!”. Disponível em: <https://movimentoacaopopular.org/>. Acesso em: 09 de set de 2017.

Na gravação, o secretário enfatiza a necessidade de “desqualificar o movimento” caracterizando-o como “político e partidário”. Nos trechos gravados da fala de Fernando Padula, fica clara a centralidade da contrainformação<sup>45</sup> na estratégia do Governo: “Na guerra de guerrilhas a gente tem que pegar os instrumentos para também guerrear. Qual é o nosso melhor instrumento? A informação”. Nos dias subsequentes à reunião, a mídia hegemônica, principalmente emissoras filiadas à Rede Globo veicularam reportagens sobre supostos casos de depredação patrimonial nas escolas ocupadas, as administrações escolares intensificaram os contatos com familiares de ocupantes para alarmá-los com relação ao suposto uso de entorpecentes, vandalismo e outras barbáries que estariam sendo promovidas pelos jovens nas ocupações, além das ameaças de reprovação automática dos ocupantes.

Ainda na referida reunião, o secretário menciona ainda a existência de “grupos de fora” dando suporte à “guerra de ação”, o que reforça a possibilidade de ofensivas encomendadas contra as ocupações. Nos dias que se seguiram à conferência, foram registradas diversas invasões a ocupações, sem autorização judicial, com a participação de opositores diversos, incluindo funcionários da educação e militares.

O Comitê de Mães e Pais em Luta e a ONG Artigo 19 elaboraram um dossiê que relata casos de violência e abuso policial que incluem tortura psicológica, uso abusivo de bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta em manifestações e mais de 100 detenções. O relatório foi apresentado, em abril de 2016, como parte da denúncia contra o uso

---

<sup>45</sup> Tática de enfrentamento baseada na instrumentalização de um conjunto de recursos que visa neutralizar a informação proveniente do campo inimigo. Um dos principais expedientes é a difusão de falsas informações.

abusivo da força pela Polícia Militar de São Paulo contra estudantes secundaristas apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)<sup>46</sup>.

Em determinadas conjunturas, contudo, as tentativas de imposição pela força, não são capazes de coibir as manifestações de revolta.

O governo no poder reage, obviamente. Ou ele tenta reprimir as revoltas; ou tenta abrandá-las com algumas concessões; ou faz ambas as coisas. A repressão normalmente funciona, mas algumas vezes é contraproducente para o governo no poder, trazendo ainda mais pessoas às ruas. Concessões geralmente funcionam, mas algumas vezes podem ser ruins para o governo, levando as pessoas a ampliar suas demandas. De modo geral, os governos recorrem à repressão com mais frequência que às concessões. E, também grosso modo, a repressão tende a funcionar em um relativo curto prazo. (WALLERSTEIN, 2013, s.p.)

Silver observa que “[...] um conjunto recorrente de estratégias tem sido empregado para sabotar a radicalidade potencial desses movimentos. Elas podem ser resumidas em reestruturação, cooptação e repressão” (SILVER, 2016). Assim como em 2013, quanto mais se acentuava a repressão, mais os protestos secundaristas adquiriam respaldo social. Foi então, preciso operar um recuo tático – pronunciar o adiamento da medida e a abertura de canais de participação da comunidade, além do incentivo à formação de grêmios.

Em resumo, o caso aqui estudado é exemplar de como a contrainsurgência estatal transita oportunamente da demagogia ao

---

<sup>46</sup> Ver mais em: <https://bit.ly/2Ayz0Bj>. Acesso em 13 set 2018.

despotismo, apresentando diferentes soluções, seja pela concessão ou pela retirada de canais de participação democrática e direitos civis, com a finalidade de impedir a resolução dos problemas estruturais da sociedade por meio da luta política.

### 3 ORGANIZAÇÕES E ESTRUTURAS NA INSURGÊNCIA ESTUDANTIL

*“cada evento histórico é único. Porém muitos eventos, largamente separados no tempo e no espaço, revelam regularidades de processo quando relacionados uns com os outros”*

*(E. P. Thompson, 1981)*

Cenas do documentário *Lute como uma menina*<sup>47</sup> mostram um dos episódios de confrontação aberta entre distintas concepções de manifestação de rua, no dia 09 de outubro, na Avenida Paulista. Com a chegada de um carro de som adornado com bandeiras das entidades representativas, um grande grupo de estudantes começa um jogral com a declaração: “Nós estamos aqui de forma autônoma. Sem representação. Nosso diálogo é na rua e não com partidos”. A seguir, começam a bradar a palavra de ordem “Sem liderança”.

O conflito entre entidades representativas (em especial a Umes-SP e, mais tarde, a União Paulista dos Estudantes Secundaristas – Upes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes) e estudantes autônomos (organizados em coletivos ou não) será uma constante no desenvolvimento do movimento dos secundaristas a partir de agora (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.50)

---

<sup>47</sup> Documentário produzido por Flávio Colombini e Beatriz Alonso, lançado em novembro de 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/ycgf5czd>. Acesso em: 05 set 2018.

No capítulo anterior, evidenciamos a existência de uma conflitualidade interna ao movimento secundarista e o modo como esta foi determinante para os rumos do processo como um todo. As disputas políticas internas são fundamentais para compreender adequadamente os movimentos, pois qualquer ação política pressupõe luta ideológica interna. Acreditamos que este ponto ainda não tenha sido suficientemente explorado pela literatura acadêmica e, portanto, faremos dele o foco do presente capítulo.

A divergência interna, longe de ser um fenômeno de novidade histórica nas lutas sociais, remete a uma herança longínqua, repleta de continuidades e rupturas com concepções tradicionais da resistência anticapitalista.

A fim de escapar à tentação de teorizar sem lastro no real, baseamos este debate na produção dos sujeitos coletivos que colocaram suas concepções à prova ao se engajar ativamente contra a política governamental. Ao partir do pressuposto de que “precisamos criar tipologias com base no conhecimento empírico detalhado” (LINDEN, 2005, p.31), nos dedicaremos no presente capítulo a perscrutar as divergências de ideias e práticas políticas das agrupações mais ativas na luta contra a reorganização. Contudo, os diferentes sujeitos coletivos não devem ser estudados separadamente, motivo pelo qual nos esforçaremos em também lançar luz sobre suas afinidades e convergências.

Iniciamos com uma breve reconstituição das trajetórias e experiências que, de algum modo, contribuíram para a definição das posições assumidas pelos dois campos do ativismo secundarista que se articularam contra a reorganização escolar. Esses campos são compostos, por um lado, pelos indivíduos e grupos que constroem as entidades



oficiais de representação dos estudantes secundaristas - União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES-SP) e União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES), instâncias locais da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) – e, por outro, pela frente de luta composta por O Mal Educado<sup>48</sup>, G.A.S. – Grupo Autônomo Secundarista<sup>49</sup> e outros coletivos e indivíduos.

Compreendemos que o estudo sociológico dos movimentos e das lutas sociais exige que sejam investigadas as ações concretas, os formatos de organização e mobilização, os objetivos e os efeitos da atividade política dos diferentes sujeitos coletivos atuantes em determinado contexto. Assim, reafirmamos a centralidade do debate ideológico, estratégico e organizacional para o estudo das lutas e das insurgências.

### **3.1 Ideologia, organização e estratégia**

Algumas considerações norteiam a presente análise, por isso devem ser previamente introduzidas.

Compreendemos aqui que todos os fenômenos do mundo social são resultado de relações político-sociais historicamente construídas. Estas relações, por sua vez, são produzidas e reproduzidas por forças sociais concretas, os diferentes sujeitos coletivos. Entendemos por sujeitos coletivos agrupações diversas, definidas por determinados caracteres políticos, econômicos e sociais, tais como categorias e classes.

---

<sup>48</sup> Coletivo fundado em 2012, na capital, composto por estudantes secundaristas e egressos do Ensino Médio. Organização responsável pela tradução e divulgação do manual *Como ocupar uma escola?*, em 2013.

<sup>49</sup> Coletivo fundado no primeiro semestre de 2015, na capital paulista, reunindo secundaristas da rede pública e privada. No decorrer do movimento de ocupações, funde-se ao coletivo O Mal Educado.

Os sujeitos coletivos possuem uma força que lhes é própria, distinta e maior do que a força individual de seus componentes. Estes esforços coletivos estão na base de toda estrutura social e, conseqüentemente, do fenômeno social total (GURVITCH, 1968). Portanto, reafirmamos a centralidade da ação, da prática concreta, como determinante do ser (BAKUNIN, 2014).

Deste modo, depreende-se que a especificidade de um fenômeno particular é produto de processos ininterruptos e dialéticos de ação e reação e, portanto, que para compreender a especificidade produzida em determinado fenômeno social é preciso investigar a particularidade concreta dos sujeitos coletivos produtores do processo em questão. Assim, é imperativo descobrir as orientações que regem o desenvolvimento e a atividade dos sujeitos coletivos, tendo como fundamento desta investigação unicamente a experiência concreta.

Para o estudo de um processo de luta política como o movimento de ocupação de escolas é fundamental compreender as diferentes organizações em atividade. Compreendemos organização política como um tipo de agrupamento social orientado para efetivar um determinado programa na disputa pela direção da sociedade, seja no sentido da conservação ou da transformação. Para investigar esse tipo específico de sujeito coletivo, recorreremos a uma teoria da organização política que estabelece como fundamentais para sua constituição e atividade os princípios organizativos, ideológicos, teóricos, programáticos e estratégicos. Este conjunto, conformando uma totalidade, delinea uma concepção particular de intervenção social.

Os princípios ideológicos são a expressão dos valores, interesses e aspirações dos grupos. Princípios teóricos são as bases intelectuais que

produzem as teses e análises da realidade que subscrevem os objetivos coletivos. Chamamos de programáticos os objetivos gerais permanentes que as organizações buscam representar e conquistar através de sua atividade. Os princípios estratégicos são os meios concretos postulados para a realização dos objetivos definidos pelas coletividades. Por fim, os princípios organizativos se referem às normas reguladoras da ação e à estrutura de funcionamento das organizações.

É preciso asseverar que ao distinguir sujeitos coletivos não pretendemos transformá-los artificialmente em entidades contraditórias entre si e tampouco isolá-los em esferas de impossível aproximação. O intuito de tratar empiricamente as questões relativas a fatos concretos nos obriga a atentar para as diferentes relações estabelecidas entre os termos para além da polarização, como a complementaridade, a implicação mútua, a ambiguidade e a reciprocidade de perspectivas (GURVITCH, 1968; 1982). A complexidade da atuação e da interação dos sujeitos coletivos é de importância fundamental para uma investigação científica não dogmática.

Para dar corpo à esta empreitada, recorreremos a um conjunto de materiais produzidos por diversas correntes, coletivos, entidades e partidos a fim de compilar elementos que ofereçam uma visão geral das bases fundamentais das organizações e de como se desenvolveu sua experiência prática.

### **3.2 A estrutura oficial**

As entidades estudantis são organismos institucionais de representação dos interesses dos estudantes. Existem diferentes órgãos

representativos para os estudantes de nível básico, superior e pós-graduação.

A nível de movimento estudantil secundarista, existe a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), fundada em 1948. Trata-se de uma agremiação estudantil sem fins lucrativos que representa oficialmente os estudantes de Ensino Fundamental e Médio, Técnico e pré-vestibular. De acordo com seu site:

Para representar todas e todos esses estudantes, existe há 67 anos a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES). A UBES, em conjunto das entidades secundaristas estaduais e municipais, organiza e mobiliza as vontades, as insatisfações e os anseios de todos os secundaristas brasileiros.

Fundada em 25 de julho de 1948, no Rio de Janeiro, e presente em todos os 27 Estados do país e no Distrito Federal, a UBES é, ao lado da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG), a maior referência da juventude organizada no Brasil.

A entidade nacional se ramifica regionalmente e localmente em uniões estaduais e municipais. Sobre essas agremiações, consta no site da UBES que:

Os secundaristas e os Grêmios Estudantis de uma mesma cidade e um Estado se organizam em entidades municipais e estaduais para fortalecer a sua luta local junto à sociedade e ao poder público. Elas são ainda a principal forma de articulação do movimento secundarista para ampliar as suas lutas nacionalmente. Existem centenas de união e associações regionais no país.

Em cada escola, o grêmio estudantil é a entidade responsável pela representação dos estudantes junto à instituição, bem como nos fóruns gerais do movimento estudantil secundarista. A Lei n.7398/1985<sup>50</sup>, dispõe sobre a organização dos grêmios estudantis, reconhecidos como “entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”. Internacionalmente, assim como a UNE e a ANPG, a UBES é filiada à Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE).

As decisões sobre a política das entidades e a eleição de suas direções são definidas em espaços deliberativos, como fóruns e congressos.

A UBES organiza-se, basicamente, em três instâncias deliberativas: o Encontro de Grêmios, que reúne os grêmios estudantis do Brasil; o Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg), que agrega as entidades municipais e estaduais secundaristas; e o Congresso Nacional da UBES (Conubes), formado por todas as entidades e também por todos os estudantes que quiserem, de maneira livre, participar.

O Congresso Nacional da UBES (CONUBES), de periodicidade bianual, é a instância máxima de deliberação. Neste evento são eleitas as direções da entidade para cada período. A participação é aberta a todos os estudantes de ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibular, porém o direito de voto é restrito aos delegados eleitos em cada escola.

---

<sup>50</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm). Acesso em: 06 set 2018.

Subordinado às decisões do Congresso, realiza-se anualmente o Conselho Nacional de Entidades Gerais (CONEG) a fim de reunir os representantes das uniões secundaristas municipais e estaduais para deliberar campanhas e convocar os Congressos. O Encontro Nacional de Grêmios, realizado a cada dois anos, reúne os representantes dos Grêmios Estudantis para deliberar pautas referentes à organização nas escolas e campanhas de luta.

Também são realizados periodicamente encontros nacionais voltados a avançar no debate sobre demandas específicas, como os encontros de escolas técnicas e de mulheres.

Compreendemos que, a partir de alguns dispositivos legais e organizativos, a estrutura de representação estudantil brasileira tem como característica fundamental uma profunda integração ao Estado capitalista.

Ainda que a legislação vigente que dispõe sobre as entidades representativas dos estudantes secundaristas (Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, a chamada Lei do Grêmio Livre) não atribua à UBES o monopólio da representação, o dispositivo que regulamenta a representação dos estudantes do ensino superior concede diretamente à UNE e seus órgãos o título de representação oficial e única.<sup>51</sup>

#### **LEI Nº 7.395, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985**

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A União Nacional dos Estudantes - UNE, criada em 1937, é entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no País.

---

<sup>51</sup> O texto das respectivas leis pode ser acessado na íntegra em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7395.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7395.htm) e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm).

Art. 2º - As Uniões Estaduais dos Estudantes UEEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada Estado, do Distrito Federal ou de Território onde haja mais de uma instituição de ensino superior.

Art. 3º - Os Diretórios Centrais dos Estudantes - DCEs são entidades representativas do conjunto dos estudantes de cada instituição de ensino superior.

Art. 4º - Fica assegurado aos Estudantes de cada curso de nível superior o direito à organização de Centros Acadêmicos - CAs ou Diretórios Acadêmicos - DAs como suas entidades representativas.

A legislação vigente estabelece a necessidade de reconhecimento do Estado para que uma entidade possa cumprir sua função precípua de negociar condições da categoria com diretores, reitores e governantes na condição de representante. Além disso, impõe-se, por força de lei, que essa representação seja única. Ou seja, o Estado concede às entidades vinculadas à UNE, UBES e ANPG, em regime de monopólio legal, o título de representante oficial e único de seu segmento estudantil em determinada base geográfica.

Com isso, a representação se converte em privilégio e fica inibida a pluralidade de organizações estudantis - o que é especialmente útil para coibir a atuação de correntes não governistas. A representação única é incompatível com a autonomia do movimento estudantil diante do Estado, pois essa pressupõe a liberdade de associação e o irrestrito pluralismo organizacional.

No que se refere ao financiamento das entidades oficiais, sua garantia reside na regulamentação sobre o direito à meia-entrada para atividades culturais, esportivas e educacionais, concedido exclusivamente

mediante apresentação do Documento do Estudante – Carteira Nacional de Identificação Estudantil. Este documento, emitido mediante pagamento de taxa, é o único válido para a compra de ingressos de meia-entrada para estudantes e pode emitido exclusivamente pela UBES, UNE, ANPG, suas instâncias estaduais e municipais e entidades locais filiadas (grêmios, CAs, DCEs).

No ano de 2013, a Lei da Meia Entrada (Lei 12933/2013) endurece a regulamentação da meia-entrada no Brasil, estabelecendo que os estudantes portadores da identificação estudantil válida têm desconto de 50% em eventos culturais, educativos, esportivos, de entretenimento e de lazer, restrito a 40% dos ingressos disponíveis. Em 2015, a presidenta Dilma Rousseff emite o decreto nº 8.537, que torna as entidades estudantis as únicas responsáveis pela emissão da carteirinha.<sup>52</sup>

## Seção I

### **Da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos**

Art. 3º Os estudantes terão direito ao benefício da meia-entrada mediante a apresentação da CIE no momento da aquisição do ingresso e na portaria ou na entrada do local de realização do evento.

§ 1º A CIE será expedida por:

- I - Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG;
- II - União Nacional dos Estudantes - UNE;
- III - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes;
- IV - Entidades estaduais e municipais filiadas às entidades previstas nos incisos I a III;
- V - Diretórios Centrais dos Estudantes - DCE; e

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2Rxs3Mu>. Acesso em: 12 set 2018.



## VI - Centros e Diretórios Acadêmicos, de nível médio e superior.

De acordo com o site da UBES, o Documento do Estudante possui um custo de confecção de R\$35,00 mais o valor de R\$ 7,90 correspondente ao frete. No site da UNE, no entanto, consta que o valor do frete é variável. O documento possui validade de um ano, precisando ser reemitido a cada início de ano letivo. A arrecadação proveniente da emissão das chamadas carteirinhas constitui a principal fonte de receita destas associações.

Assim, os recursos das entidades estudantis provêm de contribuições assegurados pelo Estado. Desta forma, diante do imperativo de prestar contas dos repasses recebidos, ao fim e ao cabo, são os parâmetros de legalidade da justiça burguesa que determinam a destinação do financiamento das entidades. A problemática desse sistema é que as finanças, os recursos e bens das entidades ficam dependentes das condições impostas por legislações provenientes do Estado e não da auto-organização da base.

Qual o orçamento da UBES? Como a UBES obtém e investe recursos?

Para custeio operacional e básico das suas ações, a UBES recolhe recursos da contribuição dos estudantes quando emitem suas carteirinhas de identificação estudantil na entidade. Além de garantir o direito à meia entrada dos estudantes, o documento permite a UBES custear a sua sede, os gastos administrativos básicos, o pagamento de pessoal, advogados, jornalistas, pessoal de escritório e despesas afins. Para a realização de projetos e eventos específicos como congressos, encontros, caravanas temáticas, publicações específicas, festivais e seminários, a entidade

realiza convênios com poderes públicos federal, estaduais e municipais, empresas ou outras organizações do Brasil ou do exterior para apoio às ações.

Do trecho acima, retirado do site da entidade, destaca-se, além da verba proveniente da emissão das carteirinhas, a perspectiva de obtenção de recursos a partir da iniciativa privada.

É frequente no interior dos movimentos a ideia de que a dependência financeira – atividades financiadas por agentes externos à sua base – implica prejuízo para a autonomia e independência política das organizações, pois garante o predomínio dos interesses dos financiadores em detrimento dos interesses da militância. Por independência política compreendemos uma orientação, atuação e financiamento desvinculados das determinações do Estado e partidos. Segundo Almeida, “a independência política em relação ao Estado só se realiza, efetivamente, na luta contra ele” (ALMEIDA, 2007, p.73).

Diante da análise da especificidade desta estrutura, pode-se fazer algumas considerações a respeito da função política por ela desempenhada.

Ainda que alguns supostos privilégios sejam concedidos, como os recursos financeiros e o reconhecimento legal da representação, essa estrutura oficial representa a supressão da liberdade de organização e mobilização estudantil.

A estrutura das entidades estudantis não é socialmente neutra. Em função disso, sua natureza, ou mais precisamente, sua função política não varia de acordo com os posicionamentos da direção de turno. Ainda que comporte algumas limitadas variações em função da conjuntura, a estrutura institucionalizada não permite, jamais, que as entidades oficiais

deixem de funcionar como instrumento de controle dos estudantes. As restrições estipuladas pelo Estado transformam as entidades em instrumentos de controle legal da atividade reivindicativa estudantil, de forma que sua função social real passa a ser, exclusiva e permanentemente, a desorganização do movimento estudantil combativo.

No que se refere à sua ideologia própria, seu cerne é o apego à tutela do Estado sobre a organização estudantil. Tal como no sindicalismo, as direções discursam em defesa da autonomia das lutas e das organizações de estudantes a fim de mistificar sua adesão ativa ao caráter oficial, ou seja, tutelado, das entidades representativas (BOITO JÚNIOR, 1991).

Ainda que as entidades promovam lutas reivindicativas, a estrutura instituída alimenta a concepção do Estado como instituição neutra, promotora e protetora da organização dos estudantes, ao invés de estimular que estes contem com a sua própria força. Ou seja, é uma estrutura que deseduca politicamente os estudantes. Tal ideologia de apego ao Estado - muito mais do que a repressão governamental - viabiliza o controle político-institucional sobre as entidades.

A atividade fundamental das representações estudantis seria, em teoria, impulsionar e organizar a ação reivindicativa, bem como negociar o atendimento das demandas por melhores condições de estudo. Como qualquer luta política, essa atividade requer a confiança e a adesão da categoria e o poder de constranger, pela atuação militante, os governantes a negociar as questões pleiteadas. No caso das entidades estudantis oficiais, essa representatividade e esse poder não são produto do conflito político, mas da concessão do Estado. A institucionalização deste determinado arranjo das entidades resulta em um corpo relativamente

desligado das massas estudantis, que dependente não de sua base, mas do Estado para se legitimar como órgão representativo e para se sustentar financeiramente.

Em geral, as leituras militantes e acadêmicas concebem as entidades estudantis como organismos independentes, que são eventualmente limitados e controlados por força da ação de determinados governos. Ao contrário, defendemos que sua subordinação ao Estado está inscrita em sua própria estrutura organizacional. Portanto, da forma como se institucionalizam, UNE, UBES e ANPG tornam-se ramos subalternos do aparato estatal, cuja estrutura de vinculação ao Estado tem como contrapartida a desvinculação dos estudantes.

Contudo, asseveramos que tal relação de dependência com o Estado se configura de forma a conceder autonomia pra que as entidades se posicionem favoráveis ou contrárias à atuação dos distintos governos.

A autonomia, entendida aqui como a capacidade de autodeterminar sua própria atividade, ou ainda, de exercer o poder político a partir de seus próprios desígnios, se manifesta tanto como princípio quanto como prática dos grupos políticos em sua relação com o Estado e com as instituições capitalistas. É importante que a concepção de autonomia seja compreendida de maneira relacional. Todos os sujeitos coletivos que demandam reconhecimento ou apresentam reivindicações assumem, em maior o menor grau, conflitos com os poderes instituídos. Bordalo alerta que a autonomia, “como um importante valor capaz de demarcar práticas e reivindicações que caminhem para a consolidação de rupturas com hierarquias anteriormente estabelecidas, é uma noção apropriada de distintas formas” (BORDALO, 2017, p.143).

No caso das entidades estudantis, trata-se de um modelo de autonomia no Estado (FERREIRA, 2016), pois a margem de liberdade política limita-se a uma demanda de autodeterminação estudantil nos quadros de uma institucionalidade organizada de acordo com as normativas do regime democrático burguês. Deste modo, trata-se de uma autonomia relativa, porquanto mediada por organismos constituídos a partir da e para a concentração do poder pelos grupos sociais dominantes.

O livro de Cintra e Marques (2009), *UBES, uma rebeldia consequente - A história do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil*, demonstra diversos episódios em que a entidade se coloca como oposição aos diversos governos civis e militares até o início dos anos 2000. Após a vitória de Lula no pleito de 2002 para o Governo Federal, as entidades deixam o campo da oposição e se torna colaboradora do governo instituído (PAIVA, 2011). No período entre 2003 e 2016, participam ativamente da elaboração, proposição de emendas e da defesa dos projetos governamentais das gestões petistas. Após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, as entidades nacionais voltam a se colocar no campo da oposição.

Acreditamos que isto se deve aos diferentes alinhamentos entre as direções políticas das entidades e os governos com quem optam por se aliar ou combater, de acordo com suas opções estratégicas.

### **3.3 A situação**

Desde 1979, os cargos mais altos da direção da UNE são ocupados, majoritariamente, por militantes ligados ao PCdoB (PAULA,

2009)<sup>53</sup>. A partir do 22º congresso (1983), em que se elege Apolinário Rebelo, inicia-se o período de hegemonia do PCdoB na UBES (CINTRA; MARQUES, 2009). Ainda hoje, a juventude do PCdoB, a União da Juventude Socialista (UJS), juntamente com duas tendências do PT<sup>54</sup>, a Articulação e a Democracia Socialista, se constitui como direção majoritária das entidades estudantis (PAIVA, 2011).

É fundamental destacar que diversas correntes político-ideológicas compõem e disputam a entidade, que reúne um espectro amplo de organizações como, por exemplo, a Oposição de Esquerda, que conta com diversas tendências do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Polo Comunista Luiz Carlos Prestes (PCLCP) e mesmo tendências minoritárias do PT. Há também outros grandes grupos de oposição fora da Oposição de Esquerda, como a juventude do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Contudo, é possível afirmar que, via de regra, essas correntes, ainda que defendam discursos e táticas distintos da ala majoritária, compartilham das mesmas concepções estratégicas.

Deste modo, nos centraremos na investigação da estratégia hegemônica no movimento estudantil contemporâneo, o chamado Projeto Democrático Popular (PDP).

A tese para o 17º Congresso da UJS, realizado em 2014, deixa clara a opção de atuação: “Contra a corrupção, contra o golpe da direita

---

<sup>53</sup> Em sua tese, Paula (2009) organiza em forma de tabela a relação dos dirigentes da UNE e suas vinculações partidárias no período entre 1937 e 2007. Infelizmente, até o momento não pudemos encontrar material tão bem elaborado sobre as direções da UBES, tampouco pudemos fazê-lo.

<sup>54</sup> O partido prevê em seus estatutos o direito de seus filiados organizarem-se em tendências, agrupamentos de militantes para a defesa de determinadas posições no interior do partido.

e pelas mudanças!’. Com essa insígnia, fomos às ruas defender o projeto democrático-popular em curso” (UJS, 2014, p.4).

O projeto, gestado na década de 80, é marcado pela ampliação do espaço político concedido aos movimentos sociais no contexto de “abertura” democrática pós ditadura militar. Neste momento, configura-se um amplo movimento popular gestado na aliança entre as comunidades de base ligadas à Igreja e o novo movimento sindical, rural e urbano. Essas diversas forças populares confluíram na perspectiva de um novo tipo de participação política, consubstanciada em uma nova organização partidária, o Partido dos Trabalhadores (PT), fundado oficialmente em 1980. Produto direto do ciclo de greves operárias iniciado em 1978 e de seus anseios socialistas, o partido passa a adotar, apenas cinco anos após sua fundação (FAVARO, 2017), a chamada estratégia democrática popular, cujo objetivo seria a construção da hegemonia popular. No âmbito sindical, desenvolve-se o sindicalismo propositivo da CUT<sup>55</sup>. Esse projeto, para além do PT e da CUT, passa a orientar a linha política da maior parte das organizações e movimentos sociais, que constituem o que passa a ser chamado de Campo Democrático Popular.

O objetivo da estratégia democrático-popular é a construção de um governo popular, por via da vitória nas eleições presidenciais, que crie as condições para a democratização real da sociedade e das instituições,

---

<sup>55</sup> Castro (2016) caracteriza esse modelo e prática de sindicalismo como uma adaptação do modelo social-democrata clássico às condições políticas, sociais e econômicas brasileiras, principalmente a estrutura de sindicalismo de Estado. O fundamento do modelo propositivo seria o engajamento do sindicalismo na elaboração de planos de governo, participação em comissões tripartite e nas administrações municipais e estaduais.

através da realização de reformas “anti-imperialistas, antilatifundiárias e antimonopolistas” que modernizariam o Estado brasileiro. Essas reformas estruturais seriam a condição necessária para uma nova ordem social, tanto quanto a organização dos movimentos sociais para o acúmulo de forças e disputa da hegemonia na sociedade civil.

No programa democrático popular enfatizava-se o papel do Estado para organizar e planejar a economia, diminuindo as desigualdades sociais e regionais, fortalecendo um mercado interno de massas e os setores produtivos, contra o neoliberalismo e o setor especulativo ligado ao capital financeiro nacional e internacional. Combinava-se mecanismo de mercado com intervenção do Estado, tendo como base de sustentação o “desenvolvimento econômico” orientado para atender às necessidades da maioria da população. (FAVARO, 2017, p.)

O cerne da estratégia democrático popular seria, então, o acúmulo de forças, a disputa de hegemonia e a realização das tarefas democráticas em atraso. Nesta perspectiva, o Estado pode ser disputado e transformado, ou seja, o poder pode ser democratizado ainda nesta ordem social, sem a necessidade de uma ruptura revolucionária. Assim, surge a defesa da republicanização, ou “publicização” do Estado, “via alterações parlamentares e institucionais, voltando-o para os interesses públicos e sociais em detrimento dos econômicos, o que viabilizaria a “socialização da economia”, obscurecendo o caráter de classe do Estado” (FAVARO, 2017, p.590-591). Graças à organização da sociedade civil e da pressão popular, o Estado democrático pode alterar radicalmente suas políticas econômicas e democratizar a sociedade ainda no âmbito das relações sociais de produção capitalistas.



Trata-se, então, de estratégia de coexistência pacífica com o capitalismo, orientada para a busca de reformas deste regime, que permitam a existência de negociações entre capital e trabalho que possam resultar em na obtenção de vantagens econômicas, sociais e políticas para os trabalhadores no interior do regime do capital. Tumolo (2018) descreve o resultado desta concepção como uma atuação política “pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania” (TUMOLO, 2018, p.134).

A defesa da democracia, bem como do crescimento e do desenvolvimento do país, figura constantemente nos discursos e nos escritos dos partidos e das entidades oficiais que reproduzem sua política. Essas bandeiras acenam claramente para uma perspectiva de restauração e aperfeiçoamento da organização política e econômica do capitalismo brasileiro, e não para sua recusa.

O substrato desta estratégia é uma ideologia estatista<sup>56</sup>, que dá centralidade à transformação social a partir do Estado (CASTRO, 2016). De acordo com o pesquisador, a ideologia estatista “é uma força para a evolução do capitalismo, sendo um elemento de reação e fortalecimento da autoridade central, e não de expressão da revolução social e da liberdade” (CASTRO, 2016, p.42). Por consequência, a perspectiva da

---

<sup>56</sup> O estatismo é o fenômeno pelo qual o Estado domina e absorve as mais diversas associações políticas da sociedade, fazendo com que assimilem a própria moral do Estado. Esta doutrina se baseia exclusivamente no interesse de sua conservação e, por consequência, toda atividade política que não sirva à preservação e engrandecimento dos governos e das instituições deve ser combatida (BAKUNIN, 2017).

revolução “dentro da ordem”, que estabelece uma etapa de transição para a transição socialista, se constitui como uma estratégia de adiamento das mudanças revolucionárias (FAVARO, 2017).

A ideologia estatista implica que as organizações políticas assumam a estruturas oferecidas, o discurso e o *modus operandi* do Estado. Como exemplos mais recentes, temos os casos de Gustavo Petta, ex-presidente da UNE e hoje deputado estadual em São Paulo, e Manuela D’Ávila, filiada à UJS desde 1999, ativa militante da UNE, vereadora, deputada e atualmente candidata à vice-presidência federal. Tal como ocorre no movimento sindical, às entidades estudantis é atribuída a funcionalidade de “adaptação do grupo dirigente para a gestão do capitalismo e do Estado” (CASTRO, 2016, p.207). Por consequência, o pragmatismo eleitoral se torna um elemento central desta perspectiva, de tal forma que a defesa e a promoção de candidaturas se tornam a atividade militante prioritária.

A UJS, desde 1989 apoiou a ideia de uma frente popular e democrática em torno da candidatura de Lula, a maior expressão da luta dos trabalhadores brasileiros pós-ditadura. Fomos parceiros em todas as suas campanhas. Em 2002 a UJS lançou a tese ao seu congresso chamada “Os meninos e o povo no poder”, anunciando e preparando a sociedade para a eleição que seria definidora na história do Brasil. Era a hora dos meninos e o povo no poder, em contraponto à toda a história anterior, liderada pelas elites. A UJS pela primeira vez teve Ministros de Estado oriundos de suas fileiras. Aldo Rabelo, Ministro da Articulação Política de Lula em 2004, foi presidente da Câmara dos deputados, assumindo por uns dias a Presidência da República e Orlando Silva coordenou a pasta de Esportes e foi responsável direto pela conquista da Copa e das Olimpíadas serem sediadas no Brasil. As meninas

também se viram no poder. Elegemos Manuela D'Ávila vereadora da UJS, que em seguida, foi eleita a Deputada Federal, mais jovem e mais bem votada da Câmara dos Deputados (UJS, 2014, p. 4)

Este pragmatismo eleitoral resulta na subordinação e, não raro na secundarização, dos interesses econômico-reivindicativos da categoria em relação ao projeto político-institucional das organizações dirigentes.

Sob a tutela das juventudes pcdobistas e petistas, as entidades declaram apoio à candidatura de Lula em 2002, além do apoio às iniciativas de seu governo (POERNER, 2004). No primeiro ano de mandato, as entidades são convidadas a compor o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (POERNER, 2004), e o debate sobre a construção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil adquiriu centralidade nos congressos estudantis. A UBES também assumiu cadeira fixa no Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), entre outras instâncias tripartites.

As chamadas instâncias tripartites são conselhos consultivos vinculado à presidência, que reúnem representantes do empresariado e de centrais sindicais, movimentos sociais diversos, ongs e outros representantes civis. Sua função é assessorar o presidente da República na formulação de diretrizes e propostas de políticas públicas para promover o desenvolvimento econômico e social (CASTRO, 2016).

Para Castro, órgãos tripartites, como o CEDS, funcionaram como mecanismos para a constituição de uma agenda de entendimento e de interpenetração das classes sociais para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. (CASTRO, 2016). Estes órgãos materializaram o avanço da política estratégica de integração do movimento sindical, popular e estudantil pelo Estado, que passam a atuar como agente

“proponente” de políticas, em relação de suposta igualdade como as organizações capitalistas. Um dos primeiros produtos da agenda de “concertação” nacional da gestão Lula foi uma reforma no sistema de previdência social.

A UBES participa de campanhas nacionais ao lado de movimentos sociais de diversos segmentos para aprofundar a democracia, diminuir as desigualdades e por mais direitos. Os secundaristas defendem as reformas populares, como a Tributária, Agrária, Urbana, Política e Universitária, a Reformulação do Ensino Médio, a desmilitarização da Polícia Militar e a democratização dos meios de comunicação.

Durante os governos Lula e Dilma, UNE e UBES participaram ativamente da elaboração de políticas governamentais relacionadas à educação e juventude, inclusive em projetos que favorecem diretamente os interesses do capital privado<sup>57</sup>. A exemplo da defesa da implementação e ampliação de iniciativas como a Reforma Universitária, o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Ao facilitar o ingresso de estudantes pobres no ensino superior e, ao mesmo tempo, transferir diretamente verbas públicas ao mercado educacional privado, os projetos representam a linha política de conciliação entre capital e trabalho que marca a governança petista. Segundo Paiva (2011), as entidades defenderam um projeto “de um modelo mercantil universitário, em que o diferencial, em relação ao governo FHC, é que estas diretrizes, estavam sendo implementadas como

---

<sup>57</sup> Para saber mais sobre essa adesão, consultar os trabalhos de Paula (2009) e Paiva (2011).

se fossem iniciativas que visavam a democratização do acesso da população pobre à universidade” (PAIVA, 2001, p.114).

Nossa plataforma passa por revolucionar a educação através da realização da Reforma Universitária da UNE e da profunda Reforma do Ensino Médio apresentada pela UBES. Passa igualmente por assegurar que as políticas de acesso ao ensino superior sejam ampliadas, como o Prouni e FIES, mas que possam virar políticas de acesso também para a pós-graduação (UJS, 2014, p.9)

O apoio aos governos petistas garantiu um tratamento político de força aliada e interlocutor legítimo às entidades do movimento estudantil. Pode-se dizer que, junto a outras organizações populares e sindicais, estas cumpriram um papel importante na sustentação política desse governo, ainda que sejam uma força secundária nos arranjos de poder da estrutura social brasileira.

Principalmente no último decênio, a prioridade da atuação das entidades estudantil foi a proposição e negociação nas instâncias governamentais. Isto não significa o abandono completo das mobilizações nos locais de estudo e nas ruas, mas significa que a ação coletiva se torna subordinada à dinâmica da política estatal burguesa.

Em 2016, com a substituição da presidenta Dilma Rousseff (PT) por seu vice Michel Temer (PMDB), as entidades estudantis se recolocaram no campo da oposição. A denúncia ao processo de impeachment e a campanha “Fora Temer” passaram a ser a principal palavra de ordem das entidades estudantis. Neste mesmo ano, as juventudes do projeto democrático-popular animam sobremaneira a chamada primavera secundarista, com a ocupação de centenas de instituições de ensino em todo o país contra a PEC 241 (PEC do teto de

gastos ou PEC do fim do mundo), que congela por um período de 20 anos o montante de verbas destinadas para áreas como Saúde e Educação. Também promoveram intensos os protestos contra a Reforma do Ensino Médio. No ano seguinte, seguiram vigorosas as campanhas “Fora Temer” e “Diretas Já” e intensificaram-se os protestos contra as reformas propostas pelo novo governo, como a reforma da previdência e trabalhista.

Diante dos pedidos de prisão do ex-presidente Lula, no início de 2018, sob acusações de corrupção e lavagem de dinheiro, UNE e UBES incorporam a campanha “Lula livre” e transferem temporariamente a sede da entidade para Porto Alegre, cidade considerada centro da democracia e da luta política no país<sup>58</sup>. No momento em que esta dissertação é finalizada, as principais atividades da UBES são a caravana “Coração de Estudante – pela democracia e pela liberdade de Lula” e a campanha “Se liga 16”, que tem como mote convocar os estudantes secundaristas que ocuparam as suas escolas a “ocupar as urnas”.

Uma vez apresentada a concepção estratégica das correntes majoritárias no movimento estudantil brasileiro, torna-se mais clara sua atuação no processo de 2015. Pode-se dizer que, no contexto das ocupações contra a reorganização, a esquerda institucional assumiu uma posição de adesão situacional à insurgência.

Se em 2013, esses partidos desqualificaram e criminalizaram as jornadas de junho (MORAES, 2016; FERREIRA, 2018), em 2015 sua relação foi distinta.

---

<sup>58</sup>Ver mais em: <https://bit.ly/2DbiTw3>. Acesso em: 14 set 2018.

Em 2013-2014, as insurgências promoviam o desgaste político da gestão Dilma Rousseff (PT), por isso deveriam ser combatidas. Em 2015, as organizações do campo democrático e popular fortaleceram e financiaram a insurgência contra seu maior opositor eleitoral, um governo PSDB. É possível inferir que, diante da deterioração de seu poder político na conjuntura aberta em 2013, o campo democrático-popular precisava se relocalizar nos processos de luta em curso, a fim de conservar-se. Para tanto, convergiram temporariamente com os métodos da insurgência, de modo a relegitimar sua atuação perante sua base social e garantir que a insurgência prejudicasse o governo de turno, mas não os marcos do regime liberal-democrata.

Apesar da polarização entre oficialidade e autonomismo, diante de uma conjuntura particular, se estabelece uma relação de complementaridade entre elementos contrários que, em dado momento, apontavam para uma mesma direção.

Não é possível afirmar, no entanto, que ocorre um processo de implicação do quadro social insurgente nas organizações do campo democrático-popular, pois até o momento não se pode observar mudanças significativas na pautas, métodos e estruturas organizativas defendida. Ao contrário, estas operaram no sentido de se sobrepor à dinâmica política em curso e canalizar os novos impulsos militantes às mesmas formas (ainda que com aparência renovada) de institucionalização e colaboração, visto que logo após o fim das ocupações, iniciou-se o processo de revitalização das entidades e, portanto, de retomada do monopólio político sobre o movimento estudantil, com a eleição de participantes das ocupações à cargos de direção - como a ascensão de Laís do Vale

à presidência da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) - e da ampliação do número de grêmios no estado.

É pertinente deduzir que a apropriação, ressignificação e institucionalização do repertório discursivo e identitário das ocupações, com o uso de motes como *#ocupaopoder*, garantiu a revitalização do campo democrático-popular no movimento estudantil.

Como conclusão, parece pertinente afirmar a hegemonia democrático-popular educou politicamente diversas gerações de estudantes brasileiros a partir de uma ideologia, uma estratégia e um modelo organizativo que, ao fim e ao cabo, reforçam a tutela estatal sobre a mobilização estudantil. Esta concepção não apenas arrefece a capacidade de enfrentamento da categoria, como contribui diretamente para a adesão ativa às reformas educacionais capitalistas.

### **3.4 A oposição**

Cabe observar preliminarmente a dificuldade em escrutinar o amplo espectro de organizações políticas que fazem oposição à estratégia hegemônica no movimento estudantil e atuam por fora das entidades oficiais.

Optamos em nos concentrar no campo do qual fazem parte os coletivos cuja atuação foi diretamente determinante para os rumos da luta contra a reorganização. Diante da escassez de registros<sup>59</sup>, recorreremos a um pequeno conjunto de textos publicados em páginas de Facebook e

---

<sup>59</sup> No dia 09 de outubro de 2015, praticamente todo o conteúdo disponível nos canais virtuais do coletivo O Mal Educado foram perdidos devido à uma invasão. Ver mais em: <https://bit.ly/2OXWxe9>. Acesso em: 12 set 2018.



blogs, registros produzidos pela própria militância entre o período de 2012 a 2017, além de entrevistas concedidas a outros pesquisadores. É preciso fazer a ressalva de que a condição de trabalhar com textos esparsos implica uma dificuldade ao estudo e limita o alcance da análise a uma tentativa de compreensão generalista das bases da identidade política deste sujeito coletivo.

Na seção “Quem somos?” de seu blog, o coletivo O Mal Educado declara suas aspirações:

Queremos registrar e divulgar algumas experiências de luta e organização vividas por alunos de diferentes escolas. Acreditamos que essa troca pode inspirar mais estudantes, que poderão aprender com os erros e acertos dos outros e pensar em formas de agir para enfrentar seus problemas.

Observa-se que a preocupação com o registro, a sistematização e a divulgação das lutas secundaristas contemporâneas se coloca como uma das motivações primeiras da fundação desta organização. A criação de um jornal impresso, também intitulado O Mal Educado, foi a realização inicial dos fundadores do coletivo, em setembro de 2012.

Entrevistado: O Mal Educado surgiu em 2012 quando um grupo de estudantes que tinham acabado de sair do ensino médio se colocaram uma questão comum: como fazer para que o movimento secundarista não se veja sempre tendo que recomeçar do zero, repetindo os mesmos erros de sempre e desconhecendo o seu próprio passado? Daí veio a ideia de fazer um jornal que pudesse registrar essas lutas e difundi-las, pois, entendíamos que a experiência de luta acumulada por estudantes de uma escola podia servir de exemplo para os estudantes de outras escolas, evitando assim que os mesmos erros se repetissem.

O grupo inicial do Mal Educado era majoritariamente formado pelo pessoal que havia participado da Poligremia, que se propunha a articular grêmios de várias escolas, mas que acabou se restringindo a poucos grêmios de escolas particulares e Etecs. Pouco tempo depois iria se juntar ao grupo alguns estudantes que, em 2009, haviam derrubado uma diretora numa escola estadual. Foi da confluência entre essas duas experiências que surgiu o coletivo. (COELHO, 2017, p.80)

A primeira edição do jornal traz resumos de lutas ocorridas entre os anos de 2009 e 2011, como uma versão panfletária do conteúdo anteriormente desenvolvido no texto *A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista*, publicado no site Passa Palavra em junho de 2012<sup>60</sup>. Essa reflexão crítica sobre as experiências de um determinado círculo militante é o estopim da criação do coletivo, que inicialmente atua como coletivo editorial e logo passa a atuar nas escolas defendendo a bandeira da construção de grêmios livres<sup>61</sup>.

O grupo que assina o artigo remete o início de suas memórias ao processo de reconstrução de grêmios em escolas da capital em 2008 e 2009, contexto em que conhecem experiências anteriores de reuniões entre grêmios, o que inspira a retomada da proposta. A nova Poligremia, concebida como “um espaço de caráter regional que reunisse os grêmios

---

<sup>60</sup> Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/06/60822>. Acesso em 28 nov de 2017.

<sup>61</sup> Essa relação de continuidade fica clara na seção de comentários, em que um dos autores do texto afirma que “Pra tentar compartilhar essas iniciativas de luta e construção de outras formas de se relacionar, de viver na escola (e dali pra fora) estamos tentando começar um jornal e um site de apoio à organização dos estudantes: <http://gremiolivre.wordpress.com/>. Abraços.”

a fim de potencializar a formação de outros e fortalecer os já existentes”, se coloca em movimento no ano de 2010, reunindo inicialmente estudantes de três grêmios.

Algumas das atividades desenvolvidas são festivais de cinema e debates nas escolas, além de manifestações de rua, articulações com outros movimentos sociais e o boicote ao SARESP (realizado anualmente desde 2009, a partir de iniciativas como o Comitê de Lutas contra o Saresp). De acordo com a narrativa dos autores, momento importante desta iniciativa é a adesão à luta contra o aumento de tarifa do transporte coletivo, em 2011, quando muitos secundaristas compõem as manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)<sup>62</sup>. Como forma de assumir a responsabilidade sobre a pauta e difundi-la para além do alcance do MPL, a Poligremia passa a organizar manifestações nos bairros de suas escolas:

Se em relação às marchas centrais os atos da Poligremia tinham, por um lado, impacto político reduzido devido à quantidade consideravelmente menor de pessoas, por outro, se faziam notar por suas ações mais radicais, possibilitadas justamente por seu tamanho. A pequena atenção dispendida pela polícia ao controle e repressão das nossas passeatas e a ausência de disputas políticas internas permitia a participação direta dos manifestantes como protagonistas de todas as ações e decisões, constituindo um espaço coeso e divertido.

O envolvimento em um processo de luta para além do cotidiano escolar, além de contribuir para a ampliação da Poligremia (que, segundo os autores, naquele ano passa a contar com dez grêmios, entre colégios

---

<sup>62</sup> Para compreender melhor as conexões concretas entre a militância d'O Mal Educado e do MPL-SP, consultar JANUÁRIO et al, 2016.

privados e ETECs), coloca sua militância em contato com uma rede ampla de sujeitos políticos, o que contribui com seu próprio amadurecimento de suas posições:

O contato com organizações partidárias, que já vínhamos travando desde a luta contra o aumento, nos mostrou o contraste do que fazíamos e pensávamos com a prática e o discurso destes grupos. Pudemos assim, por contraste, entender e formular mais claramente o nosso jeito de fazer política. Sentimos a necessidade de debatê-lo e dar-lhe uma forma mais própria, para além da definição por oposição.

A experiência com a divergência ideológica no interior das lutas reivindicativas cria, para o grupo, a necessidade de afirmar-se e ser percebido como sujeito político coletivo, não apenas pela negação do modelo partidário, mas também por sua própria positividade, por suas opções estratégicas, formas de ação e projetos. Daí surge a iniciativa de realização do I Fórum da Poligremia, em abril de 2011. Segundo a carta convite, “a ideia é, com a participação de todos, continuar construindo a Poligremia como uma rede autônoma, auto-organizada, sólida e forte de grêmios organizados entre si”. No panfleto de convocatória se lê “Deixem suas bandeiras guardadas”.

A *Carta de Começos*<sup>63</sup>, produzida na ocasião a fim de sistematizar princípios e pretensões em termos de estrutura organizativa e prática, traz definições importantes.

Com relação a princípios, destaca-se o caráter autônomo da agrupação, que consiste na recusa da subordinação a qualquer estrutura

---

<sup>63</sup> Disponível em: <https://tinyurl.com/y7uedq9o>. Acesso em: 02 out 2018.

política externa. Há também grande ênfase no caráter não representativo da Poligremia:

Nossa autonomia se faz tanto em relação aos grupos externos quanto aos internos: a Poligremia e os grupos que a constituem mantêm uma relação de independência. Ou seja, não temos poder sobre deliberações internas de um grêmio, e estes não existem na reunião como uma entidade, mas sim como um conjunto de pessoas independentes. Em outras palavras, a Poligremia é um coletivo participativo, e não representativo.

A respeito da composição, o coletivo tem como foco a articulação de militantes dos chamados grêmios livres, modelo descrito como “não-hierárquico, autônomo, aberto e participativo”, mas também são admitidos participantes de grêmios “hierarquizados, fechados ou partidários”. Além destes, também há o incentivo à construção dos chamados núcleos políticos autônomos “que não constituem propriamente grêmios, mas não necessariamente rivalizam com estes”. Verifica-se que se trata de uma proposta bastante ampla e flexível.

A avaliação crítica dos autores de *A experiência da Poligremia* expressa a constatação prática de algumas dificuldades inerentes a esse modelo organizacional, agravadas pelo tempo acelerado de permanência dos militantes no Ensino Médio, que produz uma dificuldade ainda maior de consolidar e produzir continuidade nas lutas do movimento secundarista. A fim de superar tais limitações, o coletivo O Mal Educado surge para dar corpo a essa necessidade de “manter viva a relação entre o passado e o futuro do movimento”.

No início de 2013, o foco do agrupamento é novamente direcionado para a pauta do aumento da tarifa do transporte coletivo na

capital. Porém, a partir da avaliação de que um dos equívocos da Poligremia teria sido justamente “buscar fora da experiência dos grêmios o sentido de sua unidade”, ainda naquele ano se busca retornar às pautas específicas, através da organização de um Encontro de grêmios autônomos da zona sul (a partir do trabalho com o grêmio da EE Antonio Manoel Alves de Lima). Neste mesmo momento, no mês de novembro, é produzida a tradução do manual *Como ocupar um colégio?* obtido por um dos membros do coletivo em visita ao Chile em 2011.

[O MAL EDUCADO – ENTREVISTA – 23/01/16]

“Foi um negócio, assim, fortuito. Meio que... um dia vai acontecer ocupação de escolas no Brasil e a gente precisa... se a gente traduzir isso vai ajudar bastante gente. [...] Era uma ideia assim: ‘Vamo deixar no gatilho...’ Um dia os estudantes vão usar isso daí. [...] Foi um negócio desprezioso: traduzimos, deixamos lá, quando a gente viu que dava pra usar...” (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO, 2016, p.66)

Em 2014, ao invés de encontros de grêmios, passam a organizar os Encontros de Estudantes, que contabilizam seis edições. Trata-se de uma virada na orientação política do coletivo, que passa a se afastar do modelo de grêmios livres a partir da identificação de limitações na atividade política concentrada na dimensão institucional. Pode-se inferir que essa mudança de paradigma reflete a chamada crise de representatividade<sup>64</sup> instaurada na conjuntura política nacional com as jornadas de junho de 2013.

---

<sup>64</sup> Um dos temas mais discutidos no âmbito das ciências sociais na atualidade, pode-se afirmar que a chamada crise de representatividade consubstancia a crise da democracia em seu modelo liberal. Esta crise se expressa no processo de

Em março de 2015, O Mal Educado atua ativamente na mobilização estudantil em solidariedade à greve do magistério. Após o fim da greve, o grupo passa por um momento de esvaziamento e refluxo que o coloca à beira da extinção, processo rapidamente revertido meses depois, durante a luta contra a reorganização.

Entrevistadora: Como o Mal Educado participou das ocupações dos secundaristas?  
Entrevistado: O coletivo O Mal Educado foi quem puxou a ideia de ocupação. Quando foi anunciada a medida de reorganização ocorreram alguns atos nas regiões das escolas, atos de bairro, e foi convocado pelo facebook um ato na paulista. A convocação foi feita por secundaristas aparentemente não organizados e o ato em si estava sem organização, mas havia muitos estudantes secundaristas na concentração do ato, o que era um sinal de força espontânea daquela luta. Já nesse dia os militantes do Mal Educado comentaram que havia possibilidade de tentar praticar aquilo que havia ocorrido nos países vizinhos: ocupação de escolas. [...] A pauta da reorganização pedia ocupação, era fácil articular uma coisa com a outra. Se for fechar a gente ocupa. O Mal Educado atuou nos atos nesse sentido, de mostrar uma tática possível e construir ela em diferentes regiões. (COELHO, 2017, p. 78)

No primeiro semestre de 2015, é formado um outro coletivo independente, o Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S.). Praticamente inexistem informações públicas sobre sua história e sua composição, mas sua página no Facebook se tornou, na época, uma das principais referências sobre os posicionamentos do campo independente do

---

questionamento e rechaço de partidos políticos, parlamentares e de instituições do Estado em geral.

movimento secundarista, contando com muitos compartilhamentos de suas postagens sobre a luta contra a reorganização.

Entrevistado: Eu e outros (as) secundaristas criamos o Grupo Autônomo Secundarista (GAS) no meio de 2015, antes da reorganização. Estávamos em contato com o pessoal do Mal Educado pois eu e outra pessoa do GAS havíamos militado junto com algumas pessoas do ME no Movimento Passe Livre, portanto éramos bem próximos. Quando começou a luta os dois coletivos conversaram e o GAS passou a ser o braço do ME na zona oeste, que era onde tínhamos mais atuação. O ME era um coletivo, porém na luta das escolas se tornou uma "Frente" de militantes que queriam puxar a ocupação, então o GAS não "entrou" no ME naquele momento, mas ajudou a construir. Quando acontece as ocupações o GAS ficou totalmente envolvido nas ocupas, não fazendo sentido a gente se reunir por fora do ME, então nós nos dissolvemos nessa frente (COELHO, 2017, p. 79)

A partir de outubro de 2015, o grupo se dissolve e passa a integrar a Frente impulsionada pelo O Mal Educado.

De acordo com os autores de *Escolas de Luta*, a composição da Frente O Mal Educado, no segundo semestre, envolve integrantes e ex-integrantes do coletivo que dá nome à agrupação, o Comitê de Luta Direta Contra a Opressão Política e Social<sup>65</sup>, o Grupo Autônomo Secundarista (G.A.S), a Intersindical, Luta do Transporte no Extremo Sul, Movimento Passe Livre (MPL), o coletivo Passa Palavra, Rede 51, São Miguel em Luta e secundaristas independentes (CAMPOS; MEDEIROS; RIBEIRO,

---

<sup>65</sup> Comitê formado em 2015, em São Paulo, por estudantes e trabalhadores. Se propõe a ser uma organização anticapitalista de massas, independente e orientada para a ação direta. Ver mais em: <https://www.facebook.com/comitedelutadireta/>



2016). O objetivo da construção dessa nova esfera organizacional fica claro nesta entrevista concedida por um dos militantes do G.A.S.:

**Cauê:** [...] A gente achou interessante eles estarem puxando isso e eles começaram a convidar algumas pessoas para comporem o que seria uma “frente Mal-Educado”: teria o mesmo nome, porque o coletivo já era um pouco conhecido; mas seria diferente, por ser uma frente com várias pessoas, para puxar a responsabilidade de ocupação. Nós entramos nessa frente, que tinha também um pessoal da Zona Norte. Era uma frente que não era muito grande, era pequena, de 30 ou 40 pessoas. [...]

Dentro do Mal-Educado a gente foi se dividindo em atuações, por que a gente percebeu que manifestação central não era mais o que a gente queria. A gente queria agora começar a organizar as regiões, para nas regiões poderem começar a surgir processos de ocupação. (VAZ; BARROS; GIL, 2016, p.98)

A prioridade da agrupação passa a ser construir manifestações e instâncias organizativas a nível regional, entendidas como necessárias para criar as condições para lançar as ocupações de escola contra a reorganização. Essa opção demarca seu antagonismo com a linha centralista das entidades oficiais e partidos da ordem.

Entrevistado: [...] Foram 1 mês de atos regionais e centrais que estavam perdendo força, parecendo que estávamos sendo derrotados. A tática passou a ser de articular mais atos regionais, trazendo a mobilização para mais perto da escola e possibilitando a articulação entre os secundas das escolas próximas, e foi nesse momento que, planejado e discutido com os secundaristas da E.E. Diadema e a E.E. Fernão Dias Paes a ocupação dessas duas escolas. (COELHO, 2017, p.78)

Nós tínhamos aprovado em assembleia que faríamos as manifestações descentralizadas, mas

encontramos um impasse que era: as organizações que estavam compondo as manifestações não queriam construir regionalmente. A gente imaginava que era porque na manifestação central, você consegue colocar sua bandeira ali e aparecer para todo mundo. Mas a descentralizada não tem tanta força assim, além de precisar de uma construção mais demorada. Então eles decidiram não compor essa organização. (VAZ; BARROS; GIL, 2016, p.99)

As postagens da página do G.A.S. no *Facebook* são emblemáticas para ilustrar o intenso processo de disputa em torno das táticas de protesto de rua, ao longo de todo o mês de outubro:

[G.A.S – 06 de outubro]

Esse, assim como o outro, é um ato autônomo e não tem líderes. Vamos construir a luta sem as organizações estudantis burocráticas e nos organizando nós mesmos. Lembrando que quem chamou o ato pelo Facebook não é liderança!

[G.A.S – 06 de outubro]

Ficamos um bom tempo parando a rua, até que se decidiu dar uma volta no centro, para fechar outras ruas e espalhar as nossas ideias. Quando voltamos, encontramos com um uma outra manifestação, com as mesmas pautas, que estava parada em frente a secretaria, com instrumentos e com militantes da UBES e a presidenta da UPES. Ficamos parados na rua chamando eles para ocuparem conosco, então alguns vieram e fizeram o chamado para irmos com eles na frente da secretaria, o que muitos discordaram, mas aos poucos fomos indo em direção a eles.

Na frente da secretaria os que já estavam lá queriam botar em prática a proposta de subir uma pequena comissão, então foi feita uma nova assembleia para decidir se iríamos fazer o secretário descer e falar com todos ou criar uma comissão e ter uma reunião com ele. Com uma divisão clara, a proposta defendida pela UBES,

UPES e estudantes ganhou, onde foi feita uma comissão para entrar no prédio.

O resultado da reunião não foi surpreendente: O secretário não vai abrir mão da reorganização, mas propôs de fazê-la de forma mais "horizontal" com os alunos. Não é isso que queremos, a nossa reivindicação é clara:

**AQUI EU TÔ, AQUI É MEU LUGAR,  
DA MINHA ESCOLA, NINGUÉM VAI ME  
TIRAR!**

[G.A.S – 09 de outubro]

**ESTUDANTES PELOS ESTUDANTES!**

Estudantes fazem mais um ato grande e autônomo, mostrando que a cidade vai parar se o governador não revogar. No começo a UMES chegou com carro de som tentando liderar a manifestação e decidir eles mesmos o trajeto, porém perderam a legitimidade quando foi feita uma assembleia autônoma e horizontal mostrando que a luta é dos estudantes pelos estudantes!

Sem carro de som e sem bandeiras da UMES, UNE ou UBES, mais de mil estudantes marcharam na paulista sentido brigadeiro. No meio do caminho a polícia arrastou alguns manifestantes e revistaram de forma bruta, fazendo com que a manifestação liderada pela UMES que seguia a nossa recuasse e nos deixasse para a repressão. Porém, mesmo com a repressão e sob gritos de "nenhum pra trás!", nós, estudantes, ficamos pressionando a polícia com gritos para liberarem os nossos iguais. A resposta? Várias pauladas de cassetes, tentando reprimir a manifestação, mas não conseguiram.

[G.A.S. – 11 de outubro]

**ATO NA Z/S**

No mesmo tempo que estiver rolando a manifestação central dos estudantes em conjunto com o dos professores, no Grajaú vai rolar um protesto na avenida mais movimentada da região. Que a luta se espalhe!

[G.A.S. – 13 de outubro]

Quem acompanhou o ato do dia 9/10 é testemunha: a voz dos estudantes unidos e organizados ecoou mais alto do que os carros de som das entidades estudantis presentes, que novamente foram deslegitimados por aqueles que dizem representar. Apesar da repressão covarde da PM, nosso grito e união não deixaram ninguém para trás, mostrando ainda mais a nossa força transformadora!

Para a luta crescer ainda mais, o G.A.S. juntamente aos demais estudantes secundaristas chama geral para os atos do dia 15/10 e 20/10, atendendo ao que foi decidido em uma assembleia horizontal após o ato do dia 9/10. Como nossos professores também irão sofrer com a mudança, vamos nos juntar a eles!  
#nãofechemminhaescola  
#sefecharvamosocupar

[G.A.S – 14 de outubro]

A MÍDIA E A LUTA!

Mesmo após duas semanas de luta secundarista intensa, com direito a duas manifestações autônomas na paulista e parando grandes avenidas centrais, temos hoje uma notícia na Folha de São Paulo que é, no mínimo, uma demonstração de como a mídia não conhece de fato as organizações e movimentos, que não os sindicatos pelegos e as organizações burocráticas.

Primeiro é importante notar que foram soltas poucas notícias sobre as mobilizações que ocorreram nas escolas nas duas semanas passadas, sendo que a primeira que foi, de fato, noticiada foi a manifestação da última sexta (9/10), por conta da repressão policial que sofremos. A cobertura, como já era de se esperar, foi um fracasso e muito pretensiosa, pois os jornalistas seguiram a manifestação da UMES, a qual rachamos desde o princípio e seguimos sem apoio ou ajuda com mais de 1500 estudantes, e mostraram a repressão policial, como pertencendo a um só ato. Quem estava lá lembra que a UMES, UNE, UBES E UPES recuaram no momento que a polícia agiu, não dando apoio nenhum a nós. Além disso o

presidente da UMES deu entrevista alegando que os detidos eram pessoas que estavam "para bagunçar e não participavam do movimento". Enquanto os secundaristas autônomos se mantiveram dando apoio e gritando aos agentes do estado "não leva nenhum, ou leva todo mundo! as "entidades estudantis" os excluíram e os criminalizaram. Se aproveitaram da força secundarista e em contrapartida tentaram a derrubar!

Retomando a matéria da Folha, fora demonstrado pelo jornal pouco conhecimento da situação ao legitimar a fala da APEOSP e da UMES. Na matéria eles afirmam que as manifestações tem sido puxadas por essas organizações. A fala da APEOSP? "Eles tem nosso apoio direto. Como vão fazer faixas? Panfletos? Eles não tem como fazer". A Folha ainda diz que a UMES cedeu faixas, panfletos e ônibus para nós, secundas. A infeliz fala do presidente da APEOSP mostra uma prepotência enorme e um não reconhecimento da nossa organização, pois não só sabemos fazer panfletos, faixas e manifestações, como vamos ficar na rua de forma autônoma e horizontal até a reorganização cair!

Nós sabemos que o Sindicato dos Professores do Ensino Estadual de São Paulo tem enormes problemas e é uma organização que não se mostra combativa, diferente da base, dos professores. Esses sim tem o nosso apoio, pois mesmo com a pelegagem do sindicato eles conseguiram manter 89 dias de greve combativa. Não cairemos na fala do Secretário Estadual da Educação, que disse que devemos nos manifestar contra uma "greve absurda que dura 90 dias", pois nossa luta não é simplesmente contra a reorganização e sim por mais educação, nós queremos uma educação que nos ajude a nos tornarmos pessoas que possam não só criticar, mas também mudar esse sistema no qual vivemos, portanto, como podemos ficar contra os trabalhadores mais ligados a nós, que são

explorados pelo Estado, colocados em péssimas condições de trabalho e com salários baixíssimos? Todo apoio a luta dos professores e de todos os trabalhadores que buscam uma vida sem exploração, desigualdade e pelegagem!

Amanhã (15/10) todos convocados ao ato, às 8h, no Largo da Batata!

E no dia 20/10, o Dia Estadual de Lutas! Ao invés de um ato central, as escolas organizadas em suas regiões tomando todo o Estado de SP com lutas!

[G.A.S – 26 de outubro]

**NÓIS POR NÓIS!**

Ao serem questionados, estudantes organizados de forma autônoma respondem de forma clara: **NÃO TEM LIDERANÇA!**

#SeFecharVamosOcupar

#NenhumaEscolaAMenos

[G.A.S – 27 de outubro]

Nos últimos dias, com a mobilização dos alunos das escolas públicas, autoridades escolares como diretores vêm pressionando e perseguindo os envolvidos nos atos. Por conta disso esse evento foi criado pelo G.A.S para evitar problemas para os estudantes, portanto é necessário deixar claro que o ato foi, é e será organizado pelos estudantes e nenhuma organização irá tomar frente nem se apropriar do ato, muito menos a nossa

Os trechos acima exprimem como esses grupos buscaram se eximir de cumprir o papel formal de liderança do processo, mas se colocaram como vanguarda nos processos de ação direta, assumindo a função de iniciadores. Segundo um dos membros da agrupação, “durante as ocupações O Mal Educado não atuou como líder, mas sim como disparador de ideias e que colocou as ideias na prática nas escolas que estávamos inseridos” (COELHO, 2017, p.78)

Nesta frente que reuniu neófitos e militantes mais antigos, o resgate e a avaliação crítica dos processos pretéritos da organização secundarista independente permitiram projetar ações e objetivos para seu novo momento de atuação. Em busca da superação de limitações identificadas nas experiências anteriores, o grupo avança para além da crítica das concepções majoritárias e propôs uma linha de ação e uma estrutura organizativa para a insurgência secundarista:

[G.A.S – 09 de outubro]

COMO LUTAR?

Quais as medidas para ampliar a luta e mostrar a nossa força? A juventude do Chile já ensinou um caminho:

1. Não sair das ruas: chamar novos e novos atos juntando todas as escolas;
2. Articular todas as escolas num “comando estadual” de luta, com representantes eleitos democraticamente em cada escola. Esse comando decidirá democraticamente as ações conjuntas de toda a juventude do estado;
3. Se preciso (caso realmente tentem fechar as escolas): ocupar. Entrar e não sair das escolas até o governo recuar.

Não estamos lutando só por nós! Estamos lutando pelos empregos de todos os professores e funcionários das escolas. E estamos lutando pelo futuro da juventude; para que não passe essa ideia de que as escolas têm de ser cada vez mais prisões. Queremos que o futuro da juventude seja vivo, e não a morbidez das prisões.

Com este projeto, a agrupação efetivamente cumpre o papel de referência central do movimento secundarista no período. Pouco tempo depois, a frente é dissolvida:

Entrevistado – [...] o Mal educado, até ele acabar, em 2016, depois da ocupação do Centro Paula Souza...

Entrevistadora - Acabou por que?

Entrevistado - Acabou porque foi uma questão nossa mesmo, nós não sabíamos mais quem éramos, virou algo gigante, então só sabíamos que era algo clandestino, só que a educação não foi prioridade, então os estudantes seguiram por conta própria, com o Comando, sabe? [...] Mas então, o Mal Educado se dissolveu e hoje em dia o que restou dele são pessoas que já militaram em vários lugares, tem ex-impl, mtst, mst, um pessoal que chegou lá e discute as coisas e cada um dos grupos se organiza, pensa e fazem a luta no seu lugar de trabalho. (COELHO, 2017, p.59)

Assim como no trabalho de Januário et al (2016), as entrevistas realizadas por Coelho (2017) também apontam para relações imediatas entre O Mal Educado e as experiências de levante popular na cidade de São Paulo em 2013-2014:

Entrevistado - E eu fiquei surpreso pelo tamanho das coisas, entendeu, pelo potencial que aquilo tinha de se tornar cada vez maior, tanto no imediato, que era permanecer ocupando, então barrar a reorganização de fato, quanto pro futuro porque assim, inclusive muitas pessoas que eu encontrei lá, elas já tinham participado de 2013, nas ruas, então foi marcante. 2013 mudou a política em vários parâmetros! Eu via uma galera que tava em 2015, que era ex-MPL, uns 3, 4, 5, que eram secundaristas ainda, que estavam lá ocupando. A gente foi discutindo, e eu fui me apaixonando, a cada assembleia, pela seriedade que me passou. (COELHO, 2017, p.55)



Entrevistado - Então, isso eu posso afirmar que existiu um coletivo chamado o Mal Educado, inclusive a página serviu como um meio de comunicação das ocupações, e esse coletivo já estava pautando educação, já sabia sobre a reorganização, tiveram atos antes de rolar as ocupações, e foram atos pequeno, com 500 pessoas, alguns alunos do Fernão que se mobilizaram para ir com outras escolas, só que ato não estava dando certo, então algumas pessoas desse coletivo que era formado por alguns secundaristas, inicialmente, que também era ex-empl, que deu o racha no mpl, depois de 2013, que eles estavam... era uma galera que tem um compromisso com uma luta, na vida, eles estavam pensando junto com os estudantes e rolou essa referência, de ó, não está dando certo as ocupações e aí no Chile teve uma ocupação assim... aí nos atos eles começaram a distribuir uma cartilha chamada "como ocupar sua escola", eles traduziram do espanhol e aí eles entregaram nos atos e já planejaram onde poderia ser a primeira e de repente foi o Fernão, que era a escola mais mobilizada e Diadema também e aí foi indo, pensando e foi assim. (COELHO, 2017, p.56)

E mudou... todo mundo amadureceu no modo de criticar, de perceber intenções de organizações, que até então a ocupação era autônoma, a gente não queria.... os movimentos estudantis, que eram partidários atuam nas escolas, não desde 2015, já atuavam antes, e com alguns militantes em algumas escolas, que estavam sempre tentando puxar um grêmio, fazer alguma atividade cultural né, só que aí quanto rolou essa ocupação não teve nenhuma ligação com nenhum deles, e chegaram alguns movimentos estudantis, através de estudantes né, que eram militantes desses movimentos já, tipo a UNE, que aparece na porta da escola, a UMES, quando vai ter assembleia, eleger delegado pra sei lá o que, e não fazem nenhum trabalho efetivo.

Acho que hoje em dia eles até melhoraram nessa questão porque, autocrítica né... Mas aí rolou essa divisão, de não vir com uma linha pronta, de uma assembleia de onde você veio pra trazer aqui e a gente seguir e no fim das contas vocês tomarem o protagonismo, tava lá com a camiseta de sei quem lá, bandeira de outro, mas não, eram os estudantes pelos estudantes ali, e esse negócio de autonomismo, mesmo que não tenha sido muito entendido pela maioria dos estudantes, que eu acho que nunca teve nenhum tipo de contato com crítica antes... eu mesmo, eu achava que eu era só independente, só não gostava de nada, ficava na minha e tinham alguns que também eram, mas foi assim, foi alimentando essa ideia e essa crítica. (COELHO, 2017, p.57)

A partir do exposto, nos parece correto afirmar que a Frente O Mal Educado conservou e reproduziu o legado das forças políticas que se destacaram nas insurgências brasileiras de 2013-2014, usualmente denominado como “campo autonomista”.

Este campo tem como traço distintivo a negação da tradição das organizações de esquerda orientadas pela estratégia socialdemocrata e de sua relação com o Estado. Nas últimas três décadas, essa tendência se forjou como uma tradição de mobilização e organização política bastante enraizada nos movimentos sociais contemporâneos. Trata-se de uma forma histórica assumida pelas resistências anticapitalistas, originada pela confluência de diferentes tradições organizativas e ideológicas.

Enquanto doutrina e prática, esse modelo emerge no contexto das lutas globais contra a liberalização econômica e as crises sociais ocasionadas pelos processos de reestruturação produtiva, em meados dos anos 90. Neste contexto, as resistências se voltam contra os novos modelos de globalização econômica corporativa e a formação de blocos

comerciais como NAFTA e ALCA. Surgem iniciativas como o Movimento por Justiça Global (MJG) e a Ação Global dos Povos (AGP), conformando um processo amplo genericamente descrito como movimento antiglobalização. Sua tônica principal foram as massivas manifestações de rua durante as reuniões de cúpula de organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), e tem como auge a chamada Batalha de Seattle, em 1999.

A militância da “geração pós-Seattle” tem como característica fundamental o ecletismo político. Seus referenciais teóricos são diversos e englobam referências como o marxismo heterodoxo, o anarco-comunismo e o pós-estruturalismo. Seu repertório ideológico e programático é herdeiro de diferentes experiências e tradições militantes das décadas de 1960 e 1970.

Uma das experiências matriciais desta doutrina reside na formação da chamada “nova esquerda”, um fenômeno que abarcou distintas manifestações sociais que convergiam, por um lado, nos questionamentos aos limites da “esquerda tradicional” (mais acertadamente, da hegemonia da concepção stalinista no sindicalismo e nas lutas trabalhistas) e, por outro, na centralidade dada à reivindicação de liberdades democráticas e direitos fundamentais, que pretendia ampliar a democracia burguesa e estender os direitos civis a mulheres, negros, homossexuais, imigrantes e outros grupos socialmente subalternizados.

Esses movimentos, em grande medida<sup>66</sup>, se concentraram na luta pacifista por direitos civis, o que sugere uma limitação programática a um

---

<sup>66</sup> Existiram algumas poucas experiências de radicalização revolucionária e socialista desta perspectiva, que foram duramente reprimidas pela repressão

tipo de liberalismo radical de minorias, sem propostas imediatas de organização de massas e, menos ainda, de ruptura sistêmica. A linha de reformismo pacifista dos movimentos por direitos civis, progressivamente, fundiu-se à agenda multicultural proposta por setores da burguesia estadunidense, interessada em assimilar e deturpar as pautas identitárias, oferecendo uma perspectiva anti-socialista e mercantil para as aspirações de libertação das minorias. Nos anos 80 e 90, essa fusão assume a forma acabada do neoliberalismo progressista (FRASER, 2018). De acordo com a filósofa, essa linha política - que acabou por hegemonizar a política norte-americana dos anos 90 até à eleição de Donald Trump – se caracteriza por

uma aliança real e poderosa de dois companheiros de cama improváveis: por um lado, as correntes liberais mainstream dos novos movimentos sociais (feminismo, anti-racismo, multiculturalismo, ambientalismo e direitos LGBTQ); por outro lado, os setores “simbólicos” e financeiros mais dinâmicos da economia dos EUA (Wall Street, Silicon Valley e Hollywood). O que manteve esse estranho casal junto foi uma combinação distinta de pontos de vista sobre a distribuição e o reconhecimento (FRASER, 2018, s.p.)

O grande triunfo do projeto neoliberal progressista foi a sagaz combinação entre um programa econômico tipicamente neoliberal, dedicado a liberalizar e globalizar a economia capitalista, e um programa político baseado no reconhecimento, superficialmente igualitarista e emancipatório (FRASER, 2018). Esta política se inseriu, inclusive, nos discursos oficiais dos organismos econômicos multilaterais. Aqui, a

---

estatal, a exemplo do emblemático Black Panthers Party e, posteriormente, do Black Liberation Army.

burguesia progressista e a nova esquerda se identificaram na perspectiva não de abolir, mas de diversificar a hierarquia social, assimilando – incluindo, empoderando - mulheres, negros e LGBTs, ainda que os reais beneficiados desses segmentos fossem exclusivamente aqueles que já possuíam os recursos sociais, culturais e econômicos necessários para ascender politicamente.

Os movimentos antiglobalização da década de 90, em seu intento de resistir às ofensivas neoliberais, retomaram alguns elementos da chamada nova esquerda, em especial, a crítica ao modelo stalinista, centralista e autoritário, de mobilização e organização. Esse amplo campo de indivíduos e grupos, profundamente heterogêneo entre si, assumiu como elemento coesionador de sua identidade organizacional a polarização com a chamada “velha esquerda” e seus métodos de mobilização e organização, dedicando-se a atacar e superar suas características consideradas antidemocráticas. O ativismo difundiu a importante crítica da autoridade e da centralização organizacional, contudo a influência do individualismo liberal implicou a recusa da organização de massas e da centralidade dos trabalhadores, em perfeita convergência com a negação neoliberal do sindicalismo. Concretamente, a recusa do socialismo de Estado acabou por se configurar como uma recusa ao socialismo de modo geral.

Em recusa aos modelos de organização tradicionalmente adotados pelos grupos socialistas, que passam a ser considerados autoritários, o ativismo anticapitalista optou pela associação em redes como “espaço de livre articulação”. Sobre esse formato, Colin Barker observa que, “assim como uma renda, redes de movimentos podem ter múltiplos padrões; elas consistem em diversos agrupamentos,

organizações, indivíduos e assim por diante, entrelaçados de maneira variada” (BARKER, 2014, p.9). A crítica da centralização e a desconfiança das organizações sindicais e dos partidos políticos é a tônica da criação de um tipo de estrutura fluida, descentralizada, sem qualquer tipo de delegação, em que participa, decide e executa qualquer sujeito que demonstre afinidade com as atividades em curso. Aqui cria-se uma suposta oposição entre representação e participação, ou ainda, entre um exercício indireto do poder político e a ação direta, tal como expressa a carta da Poligremia: “A nossa prática distancia-se do delegar, do eleger, do representar, do votar à medida que se aproxima do fazer, do participar, do transformar. A ação direta constitui, assim, uma importante forma de repensar e agir sobre a escola, a cidade e a sociedade – o mundo.”

Em seu anseio de contraposição à estrutura político-organizativa da chamada “velha esquerda”, esse novo modelo de ativismo acabou por promover não a superação, mas a substituição de problemas no trabalho militante.

Desde a década de 1970, a cientista política Jo Freeman discutia criticamente o privilegiamento dos “grupos sem estrutura, sem liderança” no âmbito do movimento feminista.

A ideia da "ausência de estrutura", no entanto, passou de uma oposição saudável a essas tendências a um dogma. A ideia é tão pouco examinada quanto o termo é utilizado, mas tornou-se uma parte intrínseca e inquestionada da ideologia feminista. Para o desenvolvimento inicial do movimento, isso não importava muito. Ele definiu inicialmente seu método principal como a conscientização e o "grupo de discussão sem estrutura" era um meio excelente para esse fim. Sua flexibilidade e informalidade encorajavam a participação na discussão e o ambiente frequentemente receptivo promovia a compreensão

pessoal. Se nada de mais concreto que a compreensão pessoal resultasse desses grupos, isso não importava muito, porque seu propósito, na verdade, não ia além disso (FREEMAN, 1970, s.p.)

lutar por um grupo "sem estrutura" é tão útil e tão ilusório quanto almejar uma reportagem "objetiva", uma ciência social "desprovida de valores" ou uma economia "livre". Um grupo de "laissez-faire" é quase tão realista quanto uma sociedade de "laissez-faire"; a ideia se torna uma dissimulação para que o forte ou o afortunado estabeleça uma hegemonia inquestionada sobre os outros. Essa hegemonia pode facilmente ser estabelecida porque a ideia da "ausência de estrutura" não impede a formação de estruturas informais, apenas de formais. Da mesma forma, a filosofia do "laissez-faire" não impedia os economicamente poderosos de estabelecer controle sobre os salários, preços e a distribuição dos bens; ela apenas impedia o governo de fazê-lo. Assim, a "ausência de estrutura" torna-se uma forma de mascarar o poder e no movimento feminista é normalmente defendida com mais vigor pelos mais poderosos (estejam eles conscientes de seu poder ou não). As regras sobre como as decisões são tomadas são conhecidas apenas por poucos e na medida em que a estrutura do grupo permanece informal, a consciência do poder é impedida por aqueles que conhecem as regras (FREEMAN, 1970, s.p.)

Suas críticas versam sobre como ausência de estrutura formal e a inevitável existência de estruturas e direções informais (elites, nos termos da autora) implicam a preservação e a reprodução de diversas manifestações de descompromisso, recusa da teoria, da reflexão e da crítica política, hedonismo e individualismo.

Sem uma saída programática clara, Baumgarten (2013) demonstra como o multiculturalismo liberal foi assimilado como alternativa propositiva:

Além disso, muitos dos grupos que protestam não são geralmente contra o capitalismo. Eles reivindicam a redução de “alguns dos perceptíveis efeitos maléficos de políticas e práticas por parte de instituições políticas e corporações globais”. A globalização econômica é concebida como uma força que leva a uma “corrida para o nível mais baixo” com relação aos padrões de trabalho, à garantia de bem-estar ou às questões ecológicas, apenas para mencionar algumas preocupações. Além disso, a economia global é acusada de minar as instituições democráticas. A rejeição do neoliberalismo global, contudo, não significa a rejeição da globalização. Segundo Mario Pianta e seus colegas, a maior parte dos atores do MJG são a favor de formas alternativas de “globalização a partir de baixo” ou “globalização humanizada”, colocando a sociedade civil e os seres humanos no centro. [...] Grande parte do movimento é a favor da “transformação em vez da revolução”. Uma solução parcial praticada é defender os direitos estabelecidos. Isto, contudo, não é suficiente. “Paralelamente à luta contra o neoliberalismo, o MJG clama por maior participação dos cidadãos nos processos e nos espaços de tomada de decisões, ambos nos níveis local e global (BAUMGARTEN, 2013, p. 342)

A convergência ideológica entre a nova esquerda e o neoliberalismo progressista informa o escopo do ativismo surgido no contexto do movimento antiglobalização, berço do chamado campo autonomista.

Esta tendência adquire projeção global anos depois, com as ondas de protesto pós-crise de 2008, quando atuou como catalizadora de grandes processos de insurgência popular. Neste novo contexto da luta de classes,



o saber político acumulado, aliado à reflexão crítica da década anterior<sup>67</sup>, altera e requalifica a militância autonomista. Como dito, o paroxismo desta tradição política em formação se deu, em terras brasileiras, no contexto das insurgências desatadas em 2013.

Para investigar as orientações táticas e estratégias recentes do campo autonomista em São Paulo, nos apoiaremos nos debates sobre a atuação de sua principal realização prática e organizativa antes de 2015, o MPL-SP. Em maio de 2014, Caio Martins e Leonardo Cordeiro publicam um balanço político endógeno sobre a atuação do MPL-SP nas jornadas de junho de 2013. Seu texto, *Revolta popular: o limite da tática*, deu início a um intenso debate sobre a trajetória e os horizontes da chamada “esquerda autonomista” brasileira.

Um dos centros da análise dos autores é a ideia de centralidade da tática na forma de atuação do movimento:

uma tática que podemos chamar de “revolta popular”: um processo de fôlego curto, mas explosivo, intenso, radical e descentralizado. As primeiras manifestações atuam como ignição de uma mobilização que extrapola o controle de quem a iniciou – que perde toda a capacidade de interrompê-la. Há uma escalada de ação direta: ocupação massiva e travamento de importantes artérias da cidade, enfrentamento com a polícia, ataques ao patrimônio público e privado, saques. Ao prejudicarem a circulação de valor e lançarem uma ameaça de caos – desobediência generalizada –, os protestos, que não respondem a um representante com quem seja possível uma negociação, forcem o governo a recuar para

---

<sup>67</sup> Um registro exemplar deste processo de avaliação crítica do ativismo antiglobalização brasileiro é a publicação, em seis partes, do *Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil* (CORREIA, 2016). Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/10/111047/>. Acesso em: 02 out 2018.

restabelecer a “ordem” (MARTINS; CORDEIRO, 2014)

O debate que se segue, em uma série de textos e comentários produzidos por dezenas de interlocutores, polarizou-se entre posições de defesa do acerto e da atualidade da chamada tática da revolta popular ou de limites e um possível ostracismo da mesma após o fim do ciclo 2013-2014. Em grande medida, os adeptos desta segunda posição apontam que a problemática em torno desta atuação é produto da ausência de uma formulação estratégica própria do campo autonomista.

Nesta perspectiva, a ausência de estratégia que vincule as lutas do presente à objetivos históricos condena os propulsores da “revolta popular” à captação passiva ou ativa pelas formas políticas da democracia burguesa, sendo forçadas a convergir com a estratégia hegemônica, uma vez que “os limites da tática estão dentro dos limites da estratégia socialdemocrata de nosso tempo” (LAGE; MASSATELLI, 2016).

De fato, ao não produzir uma crítica radical da estratégia dominante e não apresentar um programa radicalmente distinto dos limites da democracia liberal, o campo autonomista acaba por se colocar em relação de reciprocidade de perspectivas (GURVITCH, 1968) e, portanto, em paralelismo ou até simetria com o campo democrático-popular. Trata-se de uma expressão dos efeitos do determinismo do quadro social em que o autonomismo atua, contudo, esta força não é fatal e não o condena a reproduzir as tendências anteriormente dominantes.

Ao contrário, em 2015, o campo autonomista se mostrou ainda mais capaz de canalizar a indignação espontânea de sua base social para o rumo das insurgências. Desta vez, na condição de uma experiência permeada e requalificada pela crítica, a “revolta popular” se mostrou

ciente da necessidade de criar estruturas organizacionais que dessem corpo às aspirações de independência política dos estudantes.

A luta dos estudantes surgiu com essas aspirações, mas aos poucos mostrou seus limites e gerou anseios para superá-los. O processo colocou questões que ultrapassavam a lógica autonomista e, assim, expôs para nós seus limites, gerando novas questões e soluções para estes. Longe de formular respostas definitivas, tivemos que, no calor do momento, quebrar com o modo de luta que aprendemos e começar a formular outro que se adequasse àquela situação (BORGES, 2017, s.p.)

Se antes era identificada como problemática a ausência de propostas organizacionais dos sujeitos que tomavam parte na insurgência, em 2015 o autonomismo teve a virtude de propor alternativas às estruturas existentes e testá-las na prática.

A nova conjuntura promoveu a possibilidade de radicalização do projeto autonomista, agudizando momentaneamente a diferenciação e a polarização com o projeto democrático popular, mas o recuo da situação oportuna e a ausência de um projeto de continuidade e aprofundamento desta separação estratégica implicou no retorno à condição anterior. Uma perspectiva de mobilização centrada exclusivamente em uma pauta reativa, ou um programa autolimitado à disputa de uma política pública, e uma proposta organizacional flexível e temporária, novamente se apresentaram como limitações do campo autonomista.

A ausência de um objetivo estratégico radical, que oriente a organização política, limita a atuação ao curtíssimo prazo, ao planejamento e execução de táticas imediatistas, que pouco contribuem para a transformação da condição real da base social em que a agrupação busca intervir. Dito de outro modo, evidencia-se uma dificuldade política

da oposição em consolidar alternativas às estruturas e estratégias hegemônicas, uma vez que seu trabalho carece de regularidade, enquanto a situação detém poder político e econômico suficiente para se reestabelecer como fração dominante.

A afirmação do caráter autônomo é parte da construção de uma identidade política, de uma identidade coletiva que diz respeito a um lugar específico em relação aos poderes instituídos. A construção de uma identidade coletiva é fundamental, mas insuficiente para o desenvolvimento pleno da capacidade política (PROUDHON, 1974) de um sujeito coletivo. Ainda que não haja, ao menos explicitamente, um objetivo final definido, não existe táticas produzidas pelo acaso. A atuação autonomista é inspirada por uma visão de mundo, uma ideologia que produz ação. Trata-se de uma ideologia anti-estatista, mas não necessariamente socialista. Seus discursos e práticas produzem o questionamento do autoritarismo da política educacional estatal, mas não a crítica radical ao controle capitalista sobre a educação dos trabalhadores. Deste modo, o programa resulta coincidente ao democrático popular. Sem uma oposição aberta aos aspectos fundamentais da ordenação social dada, dificilmente se pode conduzir as forças coletivas na direção da ruptura desta realidade.

Longe de ter uma resposta, ficou claro para nós que as últimas grandes lutas tiveram este caráter autonomista por uma necessidade histórica de organização fora dos velhos, pelegos e engessados partidos de esquerda, mas é preciso dar o passo adiante. Percebemos nessa luta secundarista que de fato precisamos de uma organização que atue em diferentes setores e é preciso ter um projeto de atuação, pois querendo ou não travar lutas

concretas é construir um caminho, o perigo é não saber a que lugar ele nos leva. O autonomismo levou pessoas à luta e gerou coisas novas como nenhuma organização leninista havia feito a alguns anos, mas para onde essa luta está levando? Impossível saber ao certo, ainda mais quando as lutas estão fragmentadas e sem algo que as unifique (BORGES, 2017, s.p.)

### **3.5 O Comando das Escolas Ocupadas**

O Governo falou que já estava negociando com a UBES e para a gente mostrar que o movimento era nosso, das escolas, o caminho era fazer o comando das escolas ocupadas, que era uma assembleia geral dos estudantes para a gente conseguir ter independência em relação a essas entidades. Se as entidades estivessem ocupando uma escola, era de boa, vamos lá, mas não façam uma coisa por trás da gente. Vamos discutir juntos. A ideia do comando era essa: dois representantes de cada escola, eleitos em assembleia dentro da escola, iam levar para essa assembleia geral o que cada escola decidisse – então era uma ideia de delegados e não de representantes. Eram delegados que não iam tirar da própria cabeça, mas iam representar o que estava sendo discutido na assembleia. E eram rotativos para não garantir lideranças. E se tivesse alguma escola que a UBES estivesse ocupando e tirasse dois delegados, firmeza. Mas não discutam por trás! Essa ideia do comando funcionou, a gente começou a tirar a política lá. Esse espaço ganhou legitimidade em relação aos estudantes e ao estado (VAZ; BARROS; GIL, 2016, p.101).

As diversas ofensivas dos governos estadual e municipais e as tentativas de ingerência de diversas entidades e forças políticas impuseram aos secundaristas a necessidade de criar mecanismos de

comunicação e organização entre as escolas, visando uma articulação mais democrática e a preservação da autonomia política das ocupações. Para tanto, optou-se pela instituição de reuniões unificadas e rotativas entre as escolas, organização de assembleias regionais e a criação do Comando das Escolas Ocupadas<sup>68</sup> como instância deliberativa soberana.

O Comando das Escolas Ocupadas é uma tentativa de unificar as ocupações de escolas em torno da luta contra a reorganização escolar. O Comando é composto por representantes secundaristas de várias das escolas ocupadas e se propõe a ser um espaço de articulação independente, horizontal e apatidário, aberto a todas as ocupações que estão na luta.

O Comando das Escolas em Luta foi criado para garantir a articulação da luta de todas as escolas, e para impedir que qualquer negociação com o Estado fosse feita através das entidades burocráticas que se alinham com os poderosos sem passar pelos estudantes. Entendemos que quando essas entidades passam por cima da nossa vontade e não constroem a linha política tirada pelo Comando de não desocupar isso significa um desrespeito ao movimento secundarista. Isso porque essas entidades burocráticas possuem aparelhos que garantem força para permanecer nas ocupações, mas decidem desocupar por uma escolha política, que com certeza não é a de permanecer ao lado dos estudantes<sup>69</sup>

Nas palavras de uma secundarista:

---

<sup>68</sup> Após o fim das ocupações, o Comando das Escolas Ocupadas adota a nomenclatura de Comando das Escolas em Luta. Trata-se, então, da mesma estrutura organizativa, mantida pelo movimento secundarista após a mudança de opção tática.

<sup>69</sup> Trecho extraído da “Nota de denúncia às recentes ações da APEOESP e UBES, UMES e UPES”. Disponível em: <https://tinyurl.com/yaef9lpt>. Acesso em: 29 ago 2018.

Entrevistada - Era um movimento de escolas conversando. A gente tinha uma assembleia de todas as escolas. Elas eram convocadas, em cada reunião era de uma em uma semana, aí a gente marcava a reunião em alguma escola e ia dois representantes de cada escola e a gente tinha essa reunião para saber o que tava acontecendo em cada escola, como a galera estava passando, saber se tinha alguém machucado. Era assim. (COELHO, 2017, p. 64)

Tal estrutura aspirava a união das escolas ocupadas a nível estadual que, com a preservação de sua autonomia e liberdade de ação, conjugariam esforços e somariam experiências, objetivando o fortalecimento das suas atividades localmente e do movimento como um todo. Para tanto, cada escola deveria eleger em assembleia dois delegados para participar dos debates e votar as deliberações na reunião geral do Comando a partir do que fosse discutido previamente em suas ocupações.

Em sua primeira reunião, realizada na E.E. Fernão Dias no dia 21 de novembro, o Comando redige o manifesto que sintetiza os posicionamentos acumulados até então:

[Comando das Escolas Ocupadas, 21 de novembro de 2015]

Manifesto do Comando das Escolas Ocupadas escrito na reunião de hoje no Fernão Dias:

Desde o dia 29 de setembro, os estudantes secundaristas têm lutado nas ruas, na secretaria de educação, nas diretorias de ensino, contra a medida autoritária imposta pelo governo Alckmin da reorganização da rede de ensino estadual.

Não obtendo resposta dos órgãos responsáveis, nos unimos e decidimos ocupar as escolas e construir um espaço de decisões e resistência à medida do governo que não nos consulta.

Desde o começo o governo tem tratado as ocupações como uma questão JUDICIAL e POLICIAL. Até mesmo o juiz Luiz Felipe, que

derrubou a liminar de reintegração de posse das escolas ocupadas, declarou que a nossa questão é POLÍTICA e não judicial.

Somos todos contrários à reorganização escolar e fechamento de escolas.

Há mais de uma semana estudantes ocupam as escolas contra a reorganização, e com o passar do tempo a luta tem aumentado: o número de ocupações já passa de 90.

Somos contra:

-A reorganização escolar e o fechamento de escolas e salas.

Propomos:

-Menor quantidade de alunos por sala

-Nenhuma punição a estudantes, professores e apoiadores.

-Melhorias na infraestrutura das escolas.

**CONTRA A REORGANIZAÇÃO VAMOS OCUPAR AS ESCOLAS POR MAIS EDUCAÇÃO!!**

Na mesma reunião, em 21 de novembro, o Comando lança sua primeira convocatória de ação coordenada a nível estadual – o boicote ao SARESP. O encontro seguinte, realizado em 23 de novembro na E.E. Salvador Allende, encaminhou a campanha de boicote ao SARESP e discutiu a relação com as organizações políticas participantes. No dia 25, o Comando se reúne na E.E. João Kopke para debater a proposta de negociação do Governo.

Em postagens dos dias 25 e 26 de novembro, o Comando declara publicamente seu posicionamento em relação à proposta de negociação feita pela Secretaria Estadual às entidades estudantis oficiais:

[Comando das Escolas Ocupadas, 25 de novembro de 2015]

Ata da assembleia dos estudantes das escolas ocupadas de Santo André

Na Assembleia realizada hoje, 25/11, no Américo Brasiliense, com a presença de estudantes das



escolas Ocupadas, colocamos em debate e questionamento o acordo firmado entre Umes e governo para transformar as ocupações em "ocupações parciais" (que permitiriam a entrada da direção das escolas e aulas normais).

Esse acordo que envolve todas as escolas Ocupadas não foi discutido com os estudantes.

Diante do exposto e após termos conhecimento do conteúdo do acordo, reafirmados que: a UMES não representa juridicamente e não representa politicamente os estudantes das escolas ocupadas, sendo apenas uma das entidades que está no apoio.

Decidimos que:

- 1) Não participaremos da Reunião de conciliação, em 27/11, determinada na última audiência, entre UMES e governo.
- 2) Vamos ampliar e fortalecer as ocupações contra a reorganização que fecha escolas e períodos.
- 3) Convocaremos nova assembleia para reunirmos estudantes de todas as escolas Ocupadas

[Comando das Escolas Ocupadas, 26 de novembro de 2015]

Ontem o comando esteve em reunião, onde foi discutido a proposta do Secretário de Educação ao Comando das Escolas Ocupadas.

A proposta sugere a suspensão da reorganização das escolas no período de um ano, caso os secundaristas desocupem as escolas.

Diante dessa proposta, o comando estabeleceu as seguintes decisões:

1. NÃO, não desocuparemos as escolas.
2. NÃO queremos nenhuma negociação a portas fechadas. E SE O ALCKMIN QUISER NEGOCIAR, QUE SEJA EM PRONUNCIAMENTO PÚBLICO!
3. Nosso posicionamento sobre os pronunciamentos do governo será sempre declarado em público.
4. Entidades como UMES, UBES e UNE não nos representam!

Nossa luta é uma só!

Não iremos ceder com essas propostas absurdas da gestão Aleckmin. Enquanto a reorganização não for

cortada pela raiz, as ocupações vão continuar e aumentar!  
NÃO À REORGANIZAÇÃO  
NÃO AOS CORTES NA EDUCAÇÃO  
e se fechar... A GENTE OCUPA!  
#OCUPARERESISTIR

No dia 29 de novembro vaza o áudio da reunião de Padula e no dia seguinte, o Comando responde com travamento de avenida próxima a E.E. Fernão Dias. Entre o final de novembro e o início de dezembro, a escalada da ofensiva policial é respondida de maneira contundente pelo Comando, com ações coordenadas de travamento da circulação em diversos pontos da capital paulista, criando uma situação de insustentabilidade que força o Governo Alckmin a propor a suspensão de sua proposta no dia 04 de dezembro. Após este anúncio, é convocado um encontro das escolas ocupadas, em Diadema, que contou com a presença de cerca de 250 secundaristas, representantes de cerca de 60 ou 70 ocupações das cidades de São Paulo e Campinas.

O Comando segue se articulando até a metade do mês de abril de 2016. Entre novembro e abril, algumas das iniciativas encabeçadas ou fortalecidas pelo organismo foram os travamentos de avenidas, dois grandes atos em apoio à luta dos estudantes em dezembro, manifestações contra aumento da tarifa do transporte coletivo na cidade de São Paulo em janeiro, campanha contra o fechamento de salas em fevereiro, ocupa ALESP contra a máfia da merenda em março, participação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Washington/EUA), em abril, para denunciar internacionalmente a violência policial contra os secundaristas.

É possível afirmar que, em seu período de funcionamento, o Comando das Escolas Ocupadas se propunha a ser um espaço de

articulação estratégica, com as funções de coordenar informação, logística e planejamento das ações coletivas.

Diante do exposto, constatamos que, na prática, o Comando se constituiu como um organismo de confluência e difusão de informações, de práticas e de aprendizados produzidos pela espontaneidade das ocupações locais. Tal estrutura promoveu a extensão da reivindicação e da solidariedade prática para além dos limites da capital paulista (vide aumento exponencial do número de ocupações após a convocatória do boicote ao SARESP), adquirindo respeitabilidade e autoridade moral, em detrimento da autoridade formal e artificial reivindicada pelas entidades oficialmente representativas.

Entrevistado: [...] A ideia de criar um comando das escolas foi gestado no mal educado, com a intenção de se criar um espaço deliberativo do movimento que blindasse a nossa luta das organizações pelegas que estavam tentando negociar sem a nossa deliberação (UJS, UNE, UBES, UPES), portanto todas as ideias teriam que ser aceita pelas escolas em luta. (COELHO, 2017, p.79)

A adesão a esta estrutura paralela às instâncias das entidades oficiais acompanha as críticas ao estilo centralizado e burocrático das lideranças estudantis consolidadas e sua cooptação para a esfera do Estado. Temos aqui o surgimento de uma alternativa prática ao impasse da chamada crise entre direção e base (crise de representação), em que as bases não apenas questionam o monopólio da representação e o poder arbitrário das entidades legitimadas pelos governos, mas criam outros organismos para canalizar suas insatisfações.

Ao discutir a crise de representação e o surgimento de estruturas provisórias de contrapoder durante as jornadas de junho de 2013, Ferreira (2018) afirma:

Assim, durante a JJ13 consolidou-se um dualismo organizacional, entre os partidos, sindicatos e movimentos hegemônicos, e formas de contra-organização, ou seja, organizações fluídas que tinham por função negar o monopólio da representação ou dar respostas práticas ao conflito nas ruas (FERREIRA, 2018, s.p.)

Em nosso entendimento, a ideia de dualismo organizacional sintetiza a dinâmica de funcionamento simultâneo, ao mesmo tempo conflitiva e colaborativa, de estruturas ordinárias/oficiais e temporárias/independentes. De fato, com a instituição do Comando, as forças políticas atuantes no movimento foram forçadas a legitimar e submeter-se a este fórum decisório e executivo, sob pena de aprofundar o descrédito de sua base. Ao analisar as opções organizativas dos secundaristas e seu efeito sobre a autonomia do movimento, Catini e Melo (2016) asseveram:

uma proposta como essa, na medida em que dá certo, necessariamente adquire certa autonomia, pois nenhuma organização pode chamar de sua uma luta que só pode existir com adeptos que tomem para si a atuação concreta, miúda e cotidiana em cada escola ocupada. O nível de organização necessário para dar uma direção comum ao movimento dependeria da capacidade de articulação coletiva com diversas organizações, o que entraria em conflito com uma perspectiva de “aparelhamento” e de “controle” desse processo (PIOLLI *et al.*, 2016). Desse modo, a dinâmica da luta se contrapunha à lógica de concorrência entre

organizações, ao vanguardismo e ao desiderato de se instrumentalizar as lutas sociais. (CATINI; MELO, 2016, p.1182)

A unidade interna forjada durante as ocupações não reside em posicionamentos teóricos e políticos uniformes, mas na identidade forjada pela situação material que cria necessidades e aspirações comuns. Bakunin assevera que esse tipo de aliança “só pode resultar do mais livre desenvolvimento de todas as individualidades e de todas as coletividades e da aliança federativa e absolutamente livre, na base de seus próprios interesses e de suas próprias necessidades” (BAKUNIN, 2016, p.136).

A estrutura do Comando, de tipo federativa, promove a unidade do movimento em sua diversidade. O modelo federativo ganha relevância nas organizações da classe trabalhadora a partir da defesa das correntes mutualistas e coletivistas atuantes na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), na segunda metade do século XVIII, que identificavam este modelo como o fundamento de uma organização política, econômica e social revolucionária (SILVA, 2017). Foi também o modelo organizativo que estruturou uma das maiores experiências de autonomia proletária da história, a Comuna de Paris, de 1871 (SAMIS, 2011). Este modelo pretende configurar-se como espaço aglutinador, em que diversos grupos encontram iguais condições de se manifestar e demarcar seus projetos políticos, um *locus* privilegiado tanto de disputa de posições quanto de criação conjunta do agir coletivo.

Como princípio, o federalismo significa a materialização das aspirações de “liberdade na ordem e independência na unidade” (PROUDHON apud GURVITCH, 1983, p.54). Enquanto projeto, trata-se de um modelo organizativo baseado na coordenação geral da atividade

política coletiva a partir de organismos centrais e locais, os primeiros limitados e determinados pelos últimos, com vistas à “eliminação da razão de Estado, substituída pelo domínio do direito, é a limitação do poder central pelos poderes particulares e pelos agrupamentos locais” (PROUDHON apud GURVITCH, 1983, p.54). Fundamenta-se na ideia de proteção e colaboração mútua entre diferentes unidades organizativas locais, conservando sua soberania e liberdade de atuação e organização.

Na célebre obra *Do princípio federativo e da necessidade de reconstruir o partido da revolução*, lançada em 1863, Proudhon sintetiza:

Em resumo: o sistema federativo é o oposto da hierarquia ou centralização administrativa e governamental pela qual se distinguem, ex aequo, as democracias imperiais, as monarquias constitucionais e as repúblicas unitárias. A sua lei fundamental, característica, é esta: na federação, os atributos da autoridade central especializam-se e restringem-se, diminuem de número, de dependência e, se posso assim exprimir-me, de intensidade, à medida que a Confederação se desenvolve (PROUDHON apud GURVITCH, 1983, p.103)

O federalismo, em sua concepção original, é considerado como base da igualdade política, pois se opõe à centralização do poder e garante a efetiva participação política das massas organizadas nos organismos de gestão da sociedade. É um modelo político que visa evitar a reabsorção da organização social pelo Estado, tal como ocorre ordinariamente com a institucionalização da organização estudantil. Ao garantir a unidade a partir da liberdade e a soberania das agrupações locais em relação aos órgãos centrais, o federalismo político propõe a subversão e a eliminação da razão de Estado na vida política coletiva.

Ademais, o Comando das Escolas Ocupadas se constituiu como forma embrionária de uma estrutura, parcial e local, de contrapoder. Alain Bihl (2001) define as estruturas desse tipo como aquelas que são capazes de: 1) impulsionar práticas alternativas de ruptura com o Estado e/ou o mercado; 2) servir de vínculo para o conjunto de organizações que operam em um determinado espaço; 3) se federalizar ampliando o campo da dissidência social; 4) preparar o enfrentamento com o Estado por meio da auto-organização social e da deslegitimação da política estatal. Em seu curto período de atividade, o Comando efetivamente se constituiu enquanto organismo de contrapoder que se opunha aos poderes hegemônicos, simultaneamente, do Governo Estadual e das entidades estudantis.

Enquanto experiência de contrapoder estudantil temporária e limitada, o Comando pode ser caracterizado como uma estrutura organizativa fluida:

Outro aspecto central desses processos, que também estava presente nas JJ13, foi a fluidez organizacional. Ou seja, os participantes dessas ações e processos não criaram organizações permanentes e estruturadas. Ao contrário, mantiveram o padrão de uma contra-organização, que se constituiu apenas para negar o papel de organizações existentes ou realizar ações determinadas (FERREIRA, 2018, s.p.)

O contrapoder é, ao mesmo tempo, produto e produtor de insurgência e autonomia. Na perspectiva de uma sociologia das insurgências, “a insurgência como categoria dialética se coloca como processo político negativo-destrutivo, enquanto a autonomia se coloca como polo positivo-constutivo” (FERREIRA, 2016, p.30).

As produções acadêmicas sobre o movimento de ocupações trivialmente referem-se ao seu objeto como um movimento autônomo ou apontam a autonomia como característica fundamental (CORSINO e ZAN, 2017; PIOLLI, PEREIRA e MESKO, 2016; JANUÁRIO et al, 2016; ARONI, 2017; HAYASHI, JÚNIOR e HAYASHI, 2017; PATTA, 2017; PAES e PIPANO, 2017; SILVEIRA et al, 2017; SANTOS e SEGURADO, 2016; DE SORDI e MORAIS, 2016; ARREGUY, 2017; TORI e HOMMA, 2018). Diante disso, acreditamos que se trate de um debate fundamental.

No contexto do movimento de ocupações, a autonomia se desenvolveu por meio de formas de organização que contrapuseram as normativas da instituição escolar e das entidades oficiais. A implementação destes organismos de contrapoder se fez possível unicamente por meio da atividade política insurgente e anti-hierárquica da base secundarista, que transformou de baixo para cima a organização da escola e do próprio movimento estudantil.

Com base nos pontos anteriormente indicados, pode-se afirmar que a atuação das entidades oficiais do movimento secundarista, enquanto influenciada pela estratégia democrático-popular, aponta para um projeto de autonomia no Estado. A hegemonia desta estratégia nas organizações de classe implicou o privilegiamento de uma linha de acúmulo de forças no âmbito institucional e de disputas de programa voltadas à corrida eleitoral. Neste projeto, autonomia política limita-se a uma demanda de ampliação da capacidade de autodeterminação estudantil nos quadros de uma institucionalidade organizada de acordo com as normativas do regime democrático burguês. Deste modo, trata-se de uma autonomia relativa, porquanto mediada por organismos constituídos a partir da e para



a concentração do poder político. Em contrapartida, o Comando representa um projeto de autonomia por fora e contra o Estado, informado por ideais de autodeterminação integral, a partir de uma atividade política que recusa e efetivamente contraria as normas do regime político capitalista. Neste caso, exercício do poder deve se dar em um formato descentralizado, ou multicentrado, a fim de permitir sua maior distribuição entre os membros de uma coletividade.

Contudo, a fecundidade do projeto de uma instância de contrapoder estudantil federalizada encontrou severas limitações em sua implementação pelo movimento de ocupações:

Cauê: Não tinha uma representatividade grande nas 250 escolas, por que eram apenas 30 ou 40 escolas que compunham. Isso, além de limites do movimento que eram dinheiro e tempo dos estudantes para conseguirem ir até a reunião; também para a gente conseguir divulgar e chegar até as escolas mais afastadas. Era difícil isso. E disposição também. Essas eram algumas das questões. (VAZ; BARROS; GIL, 2016, p. 103)

Entrevistada - Sim, eu tenho uma crítica que eu... até a mim mesmo... comecei a desenvolver essa crítica... eu acho que o movimento ficou muito no centro né? Ficou muito aqui no centro onde tem bairro elitizado. Tanto é que, nas reuniões, você não via escola da zona Norte, da zona Sul, da periferia da zona Sul, da periferia da zona Norte. Você via só a galera do Centro-Oeste e a galera meio que não colocava muito em pauta a galera da periferia e quando colocava era, assim, exceção. (COELHO, 2017, p.66)

Os poucos registros da atividade deste organismo, aos quais tivemos acesso por meio de postagens em redes sociais, permitem inferir que as pretensões de abrangência estadual não se realizaram por

completo, visto que a participação efetiva, presencial, nas reuniões ficou restrita aos militantes da capital e da região metropolitana, com precária – e possivelmente nula – representação das escolas mais distantes e do interior. A pesquisa de campo de Patta (2017) aponta para o mesmo limite:

Nesse sentido, o componente espacial da distância entre o centro e a periferia tem uma série de impactos na experiência política. O fato de as reuniões do comando das ocupações, por exemplo, se darem na EE Fernão Dias representava, segundo os estudantes da EE Victor Jara, um impedimento para sua participação em grande número, o que acabava por fazer com que a expressão unificada do movimento se desse por meio daqueles estudantes que estavam no centro (PATTA, 2017, p.154)

Essa limitação se deve, sobremaneira, às limitadas condições materiais de militância dos secundaristas. Em particular, às dificuldades de mobilidade de sujeitos jovens, relativamente dependentes de suas famílias, nas longas distâncias (e altas tarifas) dentro das fronteiras do estado de São Paulo. Haja vista que as condições financeiras se impõem como diferenciadoras de capacidade de atuação e restritivas da experiência de articulação política, pode-se inferir que a ruptura com a ideia de independência política não pode se efetivar de maneira igualitária para todo o conjunto dos participantes.

No entanto, não se pode atribuir a deficiência do Comando exclusivamente às condições exteriores ao movimento:

Também não teve uma rotatividade dentro das próprias escolas para ir até a reunião, então as pessoas que estavam no comando... aquilo quase se tornou um coletivo e não tanto uma representação

mesmo. O que as pessoas diziam no comando, não era o que estava sendo dito dentro das escolas e isso causava um descompasso. Tanto que quando decidimos manter as ocupações, as escolas começaram a desocupar. Então isso mostrou que nós não estávamos em contato com o movimento real. As maiores adversidades foram essas; a gente se burocratizou. (VAZ; BARROS; GIL, 2016, p. 103)

Os critérios de escolha e participação dos representantes nos fóruns de decisão são fundamentais para a conformação de uma estrutura. Sob o argumento da segurança do movimento, seja contra o vazamento de informações ou contra o aparelhamento das entidades, estabeleceu-se a restrição do número de participantes nas reuniões do Comando e garantiu o controle dos grupos iniciadores sobre a estrutura. Assim, encerrou-se a possibilidade de que o poder sobre os rumos da resistência fosse assumido pela própria base secundarista. As direções do campo da oposição contribuíram, intencionalmente ou não, por castrar o poder da base e monopolizar a estrutura nascida no calor da insurgência.

Ao evitar que o movimento tivesse seus rumos definidos por um organismo amplo e proporcional – seja no que se refere à questão numérica quanto à pluralidade de posicionamentos –, que refletisse a dinâmica real do contingente ativo na luta, impediu-se que a estrutura efetivasse as aspirações de independência. Para não perder espaço para os partidos, a oposição é forçada a assemelhar-se a eles, manifestação da dialética da reciprocidade de perspectivas (GURVITCH, 1982) anteriormente discutida.

Esta configuração contribuiu para o afinamento progressivo do Comando.

Essa fluidez organizacional impediu que essas organizações fossem, enquanto tais, absorvidas ou cooptadas pelo Estado. Mas não impediu que seus membros fossem diluídos pela exploração capitalista ou mesmo cooptados pelo Estado em outros espaços. Por isso, a fluidez organizacional, como característica, é um ponto forte dessa tendência, mas também provoca limitações às suas ações e a seus feitos (visto que seus ganhos podem ser rapidamente revertidos quando as elites e o Estado se sentem seguros, sem uma ameaça direta). O paradoxo da fluidez organizacional é que ela permite as críticas e negações da política hegemônica; mas a mesma fluidez impede que uma nova política surja. Da superação desse dilema depende o surgimento de novas alternativas (FERREIRA, 2018, s.p.)

Destarte, a experiência do Comando e de sua dissolução, indica que sem a consolidação de estruturas de contrapoder que pudessem preservar os regimes autônomos produzidos pela insurgência, as pressões contrainsurgentes do poder vigente retomam rapidamente as condições de orientar a atividade política e social dos grupos dominados para suas esferas de controle.

#### **4 DA PARTE AO TODO: APORTES PARA O ESTUDO DO MOVIMENTO ESTUDANTIL**

“não há ciência senão em relação a planos de referência particulares”

(GURVICTH, 1968)

Partimos do pressuposto de que a singularidade de uma experiência, apesar de suas determinações particulares, pode contribuir para uma leitura totalizante. Nos capítulos anteriores produzimos uma descrição e análise de uma experiência que pode ser dialetizada, ou seja, que pode oferecer indicações a respeito das mediações entre o imediato e o construído. Desse modo, o objetivo do presente capítulo é produzir um esforço teórico-interpretativo, preliminar e indicativo, acerca do quadro de referência em que a experiência se situa (GURVITCH, 1982), ou seja, o movimento estudantil contemporâneo.

Não pretendemos realizar um estudo sistemático e exaustivo do movimento estudantil, mas apenas oferecer alguns apontamentos para que se possa estabelecer alguma relação entre a singularidade das ocupações escolares e a generalidade do movimento estudantil. Tais questões não foram objeto de discussão da maior parte dos autores que pesquisaram a questão, mas consideramos que seja um aporte necessário.

A nosso ver, os esforços científicos devem buscar integrar os fatos estudados em quadros de conjunto, que são os “múltiplos planos reais ou universais concretos (vividos, conhecidos, construídos)” (GURVICTH, 1986, p.39) em relação aos quais os fenômenos ocorrem. Este esforço ocasiona a possibilidade de conhecer o real a partir da

experiência concreta, de baixo para cima, a partir da integração do fato investigado em um conjunto do qual se supõe que ele seja manifestação.

Em um esforço de sistematizar o estado da produção de conhecimento científico acerca do movimento estudantil no Brasil, Simão (2015) elabora um levantamento e análise de bibliografia que nos oferece considerações importantes. Primeiramente, chama a atenção a carência de produção teórica sobre a temática. Em segundo lugar, a restrição dos horizontes de pesquisa.

Dentre a escassa bibliografia produzida mais recentemente, o autor assevera que “mais da metade dos trabalhos produzidos sobre o assunto no período 2003-2014 tratam do movimento estudantil no período ditatorial” (SIMÃO, 2015, p.152). Nota-se que, a despeito das intensas mobilizações estudantis de 2007-2008 e 2012-2013, a intelectualidade manteve seu interesse investigativo circunscrito ao “período heroico” do movimento estudantil brasileiro. Esta produção é profundamente condicionada, de um lado, pela historiografia oficial das entidades estudantis e, por outro, pelos esquemas interpretativos produzidos na década de 80.

Martins Filho (1996) aponta criação de “representação mitológica” da militância estudantil das décadas de 60 e 70, forjada pela produção historiográfica da União Nacional dos Estudantes (UNE). A hegemonia política e ideológica desta entidade no movimento permitiu que sua produção e, mais especificamente, sua autoimagem pudesse se afirmar como versão oficial da história do ME brasileiro. Com a UNE como porta-voz da versão oficial sobre a memória das lutas estudantis, estas acabam reduzidas à história – tão glorificada quanto possível - das entidades representativas. A tendência de redução da história do

movimento estudantil à história de suas entidades reflete o que Bringel (2013) denomina de miopia da política, tendência teórica de restrição da atividade política à sua dimensão institucional.

As versões mais arraigadas sobre a memória histórica do ME brasileiro foram construídas por iniciativas como o *Projeto Memória do Movimento Estudantil*, empreendido pela UNE em parceria com a Fundação Roberto Marinho, Museu da República e Petrobras. Essas parcerias financiaram publicações como *Memórias Estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias* (ARAÚJO, 2007) e *UBES, uma rebeldia consequente: a história do movimento secundarista do Brasil* (CINTRA; MARQUES, 2009). Deste modo, importa observar que historiografia oficial do movimento estudantil brasileiro é pautada por uma versão que tem o aval do Estado e do capital privado e, portanto, se constitui como uma orientação, de cima para baixo, para a pesquisa acadêmica sobre a temática e para a própria atuação do movimento.

Simão (2015) identifica também que a produção contemporânea, mesmo quando não se dedica ao estudo das lutas de 60 e 70, tende a adotar as mesmas referências bibliográficas, em especial, as elaborações sobre composição social e consciência de classe produzidas por Poerner, Foracchi, Ianni e Martins Filho. Tais teses, produzidas com referência a uma base social particular, são universalizadas e replicadas para a leitura do ME em geral. Tal procedimento desconsidera as diversas transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto nos quadros mais amplos da realidade social brasileira quanto nas instituições de ensino, além de obliterar a presença de diferenciações internas à categoria. A esse respeito, Bringel (2009) alerta que adotar episódios de luta em contextos muito particulares como paradigma geral de investigação cria fortes

barreiras interpretativas para a produção de análises contínuas e atuais. Acreditamos que tal procedimento prejudica sobremaneira a possibilidade de apreensão da singularidade histórica do objeto estudado.

Uma outra tendência identificável na literatura produzida é a de reduzir o ME à sua fração universitária. Tal condição é apontada Schmitt (2011), que observa a existência de um ínfimo número de trabalhos acadêmicos dedicados exclusivamente ao movimento secundarista, além de verificar, no conjunto de trabalhos sobre ME, uma grande discrepância entre a quantidade de menções feitas à UBES em comparação à UNE. Duarte (2005) descreve esta construção como um processo de desqualificação histórica do movimento secundarista, que provoca uma “quase ausência do movimento secundário da história do movimento estudantil brasileiro” (DUARTE, 2005, p.13). O autor aponta como um dos fatores responsáveis por essa lacuna a repressão militar, que promoveu o confisco e destruição de registros documentais de entidades secundaristas, como a UMES paulistana. Mas, para além da carência de fontes, o autor indica também uma opção política:

Mesmo com a efetiva participação dos estudantes, principalmente secundaristas, nas movimentações de rua pelo impeachment de um presidente da República, no início dos anos 90, essas manifestações eram desqualificadas como “espontaneístas”, “espetaculares”, com mais dimensão de “festa” do que de “efetiva” politização, pois não se enquadravam nos modelos de interpretação criados nos anos 60 e que levavam em consideração uma representação histórica baseada na representatividade política das organizações estudantis universitárias, principalmente da UNE, que simbolizavam os movimentos progressistas de esquerda e a



resistência ao regime militar (DUARTE, 2005, p.12)

Finalmente, apontamos a tendência de reduzir a resistência estudantil aos seus momentos visíveis, aos processos de luta aberta de grande magnitude. Em grande medida, os estudos preocupam-se pouco com o cotidiano dos movimentos e com os processos de construção das lutas. De acordo com Bringel (2013), essa miopia do visível incapacita os pesquisadores a apreender os sentidos e significados das redes e atividades submersas, fundamentais para a emergência dos levantes. Ao ignorar os processos anteriores de resistência (ainda que velada) e organização dos estudantes, os grandes ciclos de luta sempre parecem, aos olhos dos pesquisadores, como relâmpagos em céu azul, surpreendentes e inesperados.

Em nosso entendimento, esse conjunto de procedimentos cristalizados impedem que as pesquisas apreendam o fundamental sobre o objeto - a complexidade e a variabilidade das dinâmicas constituintes dos processos históricos e das relações sociais.

Diante disto, pode-se dizer que, no período de abrangência da pesquisa de Simão (2015), o quadro das pesquisas sobre ação coletiva estudantil era de estagnação.

Faz-se necessário desapegarmo-nos dos “velhos tempos de glória” do movimento estudantil que combateu a ditadura, sob risco de nos cegarmos diante da atuação política do movimento estudantil contemporâneo, que segue existindo e atuando politicamente, quer o reconheçamos ou não. (SIMÃO, 2015, p.152)

Em contrapartida, estudos mais recentes, movidos por um interesse renovado pela temática após o fenômeno das ocupações escolares, apontam em direção oposta. Como demonstramos sucintamente na análise da produção incluída na Introdução desta dissertação, a tendência analítica institucional anteriormente predominante tem sido progressivamente substituída em favor de abordagens culturalistas.

Boa parte das teses que sustentam as análises sobre o ativismo estudantil contemporâneo buscam aproximá-lo da concepção de “novos movimentos sociais”.

Em contraposição à senilidade da atividade política de partidos e sindicatos, os novos movimentos sociais simbolizam o alvorecer de formas organizacionais inéditas, altamente horizontais e democráticas. Importante destacar que, para além da crítica das formas organizacionais, emerge a crítica aos projetos de emancipação social de cunho totalizante, classistas e socialistas.

Estas análises conferem papel destacado à capacidade de inovação dos movimentos no que se refere às táticas de agitação, propaganda e organização. A nosso ver, esse posicionamento frequentemente resulta em um apagamento da relação, direta ou indireta, com métodos e processos de luta anteriores e obscurece o fato de que a resistência é um processo histórico, uma experiência coletiva. Com relação ao objeto desta dissertação, em particular: a tática de ocupação (expropriação ou reapropriação) de territórios públicos ou privados seja com a finalidade de geri-los ou apenas de pressionar pelo atendimento de uma reivindicação não é, em absoluto, uma invenção dos secundaristas de São Paulo. Sem dúvidas, esta foi uma invenção do movimento

operário. Ocupar escolas, especificamente, também não é uma inovação em si – haja vista os processos, já citados anteriormente, na Grécia, Chile, Argentina e mesmo no Brasil. A organização dos sujeitos em luta a partir de estruturas assembleárias e/ou federativas também remonta a correntes do sindicalismo do século XIX.

Não pretendemos aqui negar a existência de elementos de novidade nas lutas sociais contemporâneas, mas consideramos importante relacionar as novidades à continuidade, haja vista que também o novo, em matéria de luta social, surge como reinvenção do que anteriormente fora experimentado. Os elementos expostos no capítulo anterior não nos autorizam a inferir que o “novo” no movimento estudantil (identificado pela intelectualidade com os coletivos independentes) está superando o “velho” (no caso, as entidades oficiais e os partidos que as controlam). O campo acadêmico ávido pelo “novo” subestima a capacidade dos “velhos” modelos de se recompor e reposicionar, quando necessário, e se manter ativos e influentes nas lutas contemporâneas. Assim, ao negligenciar a atividade de parte importante das forças coletivas em movimento, sua análise recai, inevitavelmente, em idealismos e insuficiências de compreensão e explicação das dinâmicas do associativismo estudantil.

Acreditamos que tanto as concepções institucionais quanto as concepções culturalistas, ainda que recorram a arsenais teórico-metodológicos bastante distintos, sejam igualmente incapazes de dar respostas satisfatórias às questões postuladas sobre as lutas dos estudantes. Isto se deve ao fato de ambas serem igualmente baseadas na oposição entre estático e dinâmico e no privilegiamento de apenas um destes dois aspectos, o que implica em “incapacidade tanto para apreender

as totalidades humanas em marcha como para abarcarem simultaneamente os todos e as suas partes, que reciprocamente se engendram” (GURVITCH, 1982, p.256). Esta limitação interpretativa urge por ser superada.

Passemos, então, à nossa interpretação sobre a relação entre as ocupações paulistas e o movimento estudantil, bem como às teses que fundamentam nossas hipóteses de estudo. A este respeito, o que importa sublinhar é que compreendemos as ocupações secundaristas como uma manifestação histórica, particular, do movimento estudantil em geral. E que este último, por sua vez, se trata justamente da combinação dos traços estruturais presentes em suas manifestações particulares.

Como fundamento desta análise, há o pressuposto de que os fatos sociais e os sujeitos coletivos não são entidades abstratas e etéreas, mas são produto de relações materiais, históricas. Bakunin assevera:

Tocamos aqui no ponto mais importante da questão social e da ciência do homem em geral. Já repetimos diversas vezes que negamos de maneira absoluta o livre-arbítrio, no sentido que dão a esta palavra a teologia, a metafísica e a ciência jurídica, isto é, no sentido da determinação espontânea da vontade individual do homem por ela mesma, independentemente de qualquer influência, tanto natural quanto social (BAKUNIN, 2017, p.324)

Não precisamos lembrar, o que por sinal ninguém contesta, que as diferenças das raças, dos povos, e mesmo das classes e das famílias são determinadas por causas geográficas, etnográficas, fisiológicas, econômicas [...], assim, como por causas históricas, religiosas, filosóficas, jurídicas, políticas e sociais; e que todas estas causas, combinando-se de maneira diferente para cada raça, nação e, frequentemente, para cada província e comuna, para cada classe e família, dão, a cada

uma, uma fisionomia à parte [...] uma soma de predisposições e de capacidades particulares, independentemente da vontade dos indivíduos que as compõem e que são completamente seus produtos (BAKUNIN, 2017, p.325)

De acordo com a concepção deste autor, “todo indivíduo, mesmo o mais modesto, é produto dos séculos” (BAKUNIN, 2017, p.324). Este pressuposto aponta para a força inegável e primordial do determinismo social na constituição das individualidades e coletividades que conformam a sociedade humana. Contudo, o autor compreende que o real se conforma em um movimento perpétuo de determinação e indeterminação, sempre relativo, sempre variável. A constituição e o desenvolvimento dos seres e fenômenos sociais são abertos, conduzidos por uma multiplicidade de causas, de ações e reações. Para Bakunin, o determinante do ser é a ação.

A natureza íntima ou a substância de uma coisa não se reconhece apenas pela soma ou pela combinação de todas as causas que a produziram, reconhece-se, igualmente, pela soma das suas manifestações diferentes ou de todas as ações que ela exerce no seu exterior. Todas as coisas são apenas aquilo que fazem [...]. Na natureza, tudo é movimento e ação: ser não significa nada além de fazer. Tudo o que chamamos de propriedades das coisas: propriedades mecânicas, físicas, químicas, orgânicas, animais, humanas, não são nada além de diferentes modos de ação. Toda coisa é uma coisa determinada ou real apenas pelas propriedades que ela possui; e ela as possui apenas enquanto as manifesta, já que as propriedades determinam as suas relações com o mundo exterior; disto resulta que toda coisa só é real enquanto se manifesta, enquanto age. A soma das suas ações diferentes, eis aí todo o seu ser (BAKUNIN, 2014, p.429-430)

Com base nessa perspectiva, Silva (2017) conclui que as formas de agitação política não são reflexo imediato e exclusivo das determinações da economia capitalista

uma vez que a dinâmica do capital não atinge de forma homogênea o conjunto da classe trabalhadora, considerando os diversos setores da economia, as diversas situações nacionais e regionais e nos diversos períodos da história. Assim, os vários ciclos criam diferentes condições para as lutas de resistência da classe trabalhadora, entretanto não determinam automaticamente nem suas formas de organização, nem suas estratégias nem suas concepções ideológicas e programáticas (SILVA, 2017, p. 173)

Compreende-se, portanto, que as experiências políticas coletivas são condicionadas pelas relações econômicas de produção, que criam condições de existência que independem da vontade dos sujeitos, mas também que as construções teórico-ideológicas dos próprios sujeitos são determinantes da totalidade da prática coletiva. Resgatamos aqui a compreensão de Gurvitch (1968) sobre a multiplicidade dos determinismos sociais, que reconhece a existência de uma pluralidade de fatores de ordem econômica, política e cultural que condicionam as agrupações sociais de maneira variável, mais ou menos rigorosa. Contudo, reconhece também que o determinismo deixa espaço considerável à intervenção da liberdade humana (GURVITCH, 1968).

A partir disso, estabelecemos a ação coletiva como um elemento central da construção da realidade social. Partimos do pressuposto de que o esforço coletivo é uma força criadora, que as coletividades, a partir de sua capacidade de agência, constituem a si próprias, ou seja, criam sua própria realidade, e também influenciam a realidade exterior. A atividade,

portanto, é a produtora das ideias, valores e mentalidades coletivos, assim como de sua força criadora do real, de sua força coletiva.

O conceito de força coletiva, elaborado por Proudhon, lança luz sobre as coletividades enquanto realidades sociais particulares, inconfundíveis e irredutíveis à somatória das individualidades que as constituem. A força coletiva não é apenas diferente da soma das forças particulares, mas lhe é superior. Trata-se de uma força que resulta da convergência e da simultaneidade dos esforços de uma série de indivíduos e grupos sobre a realidade social, que constitui o próprio movimento desta realidade.

Nas palavras de Gurvitch, “no esforço total da sociedade e dos seus participantes, a produção material e a produção espiritual interpenetram-se e encontram-se numa complexa relação dialética” (GURVITCH, 1983, p.34). De acordo com essa concepção, as coletividades são seres vivos dotados de atividade e racionalidade próprias, determinadas pela própria ação coletiva e dotadas de poder de agência, uma capacidade criativa capaz de incidir, ao mesmo tempo, sobre si própria e sobre a realidade social. Segundo Proudhon, no texto *De la justice dans la révolution et dans l'Église*, publicado em 1858,

O que é que constitui a realidade do poder social? É a força coletiva (...). Os indivíduos não são os únicos dotados de força; as coletividades possuem também a sua (...). Uma oficina formada por operários cujos trabalhos convergem para um mesmo fim, que é o de obter este ou aquele produto, possui, enquanto oficina ou coletividade, um poder que lhe é próprio: a prova está em que o produto desses indivíduos, assim agrupados, é muito superior ao que havia sido a soma dos seus produtos particulares, se tivessem trabalhado separadamente. Do mesmo modo, a tripulação de

um navio, uma sociedade em comandita, uma academia, uma orquestra, um exército, etc., todas estas coletividades (...) contêm um poder, poder sintético e, conseqüentemente, específico do grupo, superior em qualidade e em energia à soma das forças elementares que a compõem (PROUDHON apud GURVITCH, 1983, p.36)

Todos os seres, fenômenos, fatos, instituições e modelos sociais são engendrados pela ação das forças coletivas.

O ser social apresenta-se, em primeiro lugar, com o aspecto de “forças coletivas” irredutíveis às forças individuais; as primeiras são “imanescentes à sociedade como a atração à matéria”. Quando a sociedade, os grupos particulares, o Estado inclusive, enfim, as classes se organizam, as suas forças coletivas tornam-se poder, quer trate do poder político, econômico ou social. (GURVITCH, 1983, p.38)

Assim como elemento de sua produção, a variabilidade também se manifesta no processo de reprodução das forças coletivas. De acordo com Gurvitch, “estas forças coletivas e estes poderes, por mais intensos que sejam, não implicam diretamente nem justiça, nem direito, nem ideal. Mas podem engendra-los e sublimá-los, bem como degenerar, perverter-se ou alienar-se” (GURVITCH, 1983, p.38). Para exemplificar a materialização dessa variabilidade na realidade, Gurvitch exemplifica com os casos da alienação das forças coletivas econômicas no sistema capitalista, sob a forma da exploração do trabalho pelo capital, e da alienação das forças coletivas políticas alienadas pelo Estado, que concentra poder político de acordo com os interesses da burguesia.

O método dialético revela a prioridade da ação humana na análise da realidade social (GURVITCH, 1983). Deste modo, a dialética orienta



o olhar analítico para a pluralidade presente na atividade humana, que deve ser assumida como ponto de partida da investigação científica. A diversidade da experiência social é o fundamento da ciência social. Na perspectiva de investigar os pormenores da diversidade do real, a partir de um método orientado para persecução destas sinuosidades, pretende-se atingir uma caracterização cada vez mais realista.

Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes (MESQUITA, 2003, p.120)

As considerações de Mesquita (2003) destacam um elemento fundamental em nossa perspectiva, a heterogeneidade deste sujeito coletivo convencionalmente denominado como movimento estudantil. É preciso recusar a ideia mistificadora de que os grupos, categorias, classes e outros agrupamentos, são unificados e homogêneos, sem quaisquer conflitos e contradições internas. Todas as coletividades sociais apresentam, em seu interior, clivagens diversas.

Os estudantes, enquanto categoria, são diferenciados a partir de diversas particularidades referentes a geração, gênero, raça, região e muitos outros atributos socioculturais, além do modo como se inserem no sistema de ensino, no ensino básico ou superior, na rede pública ou privada, e assim por diante. Ainda que pluralmente determinada, não se

nega que a condição social de estudante atribui certa unidade à essa enorme diversidade. Nesta linha, múltiplos enfoques são possíveis para abordar a relação entre a pluralidade e a unidade do movimento estudantil. De acordo com os interesses anteriormente anunciados, o enfoque aqui escolhido para compreender o movimento estudantil como unidade na diversidade é o campo da política. O diverso se apresenta na forma de diferentes visões e práticas que se manifestam, principalmente, mas não exclusivamente, na atividade dos grupos politicamente organizados. O uno se expressa por tomadas de posição política que identificam o conjunto e o diferenciam em relação a outros sujeitos coletivos.

O movimento estudantil, portanto, não é destituído de antagonismos e conflitos, posto que convivem em seu interior formas inovadoras e tradicionais. Porém, mais que antagônicas são complementares e oferecem a uma boa parcela de jovens estudantes, um importante espaço de socialização política. O surgimento de novas formas de ação, expressão e bandeiras de luta, não significa que as anteriores tenham sido totalmente superadas. Esta mescla de movimentos no interior do movimento estudantil indica, antes de tudo, a vitalidade do movimento, um processo necessariamente inacabado que hoje manifesta as tendências presentes (MESQUITA, 2001, p. 163)

O movimento estudantil, enquanto meio de conjunto, é um fenômeno social total mais vasto e rico em conteúdo cuja realidade ultrapassa a somatória dos agrupamentos que dele fazem parte. Esta realidade englobante possui certa soberania social sobre os componentes que nela estão integrados, haja vista que um sem número de fatos e sujeitos distintos são mantidos em coesão por uma realidade que os supera e da qual participam como forças criadoras e como beneficiários.

Tratamos aqui de um tipo específico de fenômeno social que, além de ser estruturável, é efetivamente estruturado. Nas seções anteriores demonstramos como atualmente se configura tal estrutura e como nela coexistem, habitualmente, diversas organizações. Toda estrutura social se institui, opera, se estrutura e desestrutura conforme a atividade de seus elementos constitutivos e se configura como aspecto fundamental do movimento estudantil como um todo. Contudo, é fundamental salientar que nem o arranjo desta estrutura e nem as múltiplas organizações exprimem o fenômeno social total. Afirmamos, portanto, a distinção e a existência de relações complexas e moveções entre fenômeno social total, estrutura e organização (GURVITCH, 1968).

Compreendido como um conjunto, um universo real e concreto em que diversos fatos e sujeitos se integram com certa coerência, o movimento é um fato social que, como qualquer outro, está sujeito à um sem número de determinações sociais. Por força de determinismos exteriores e interiores - como modelos, estruturas, papéis sociais, símbolos, ideias e mentalidades coletivas hegemônicas (GURVITCH, 1968) - o movimento estudantil se produz e reproduz em dinâmicas repletas de regularidades tendenciais.

As regularidades tendenciais são movimentos dos conjuntos em certas direções mais ou menos precisas, porém incertas quanto à sua realização. Em cada tipo de sociedade global, e mesmo, por vezes, em certos de seus setores, várias regularidades tendenciais contraditórias se podem observar. Antes que os movimentos sejam feitos, não se pode predizer qual dominará (GURVITCH, 1966, p.68)

A concepção de regularidades tendenciais remete a um entendimento da multiplicidade de combinações possíveis entre

determinação e indeterminação no curso dos processos do real. A determinação é a base da realidade material, as condições de surgimento e reprodução do mundo social são profundamente regulares – os seres vivos sempre terão a necessidade de se nutrir de alguma fonte de energia e, uma vez que estão em vida, estão destinados a seguir seu ciclo de criação-destruição) - mas os desenvolvimentos dos seres e fenômenos não são regulares.

De acordo com a abordagem coletivista, a variação, dada pela possibilidade permanente de combinações novas e diferentes entre os seres e fatos já existentes, possibilita a formação de novas realidade. Sendo assim, a determinação é seguida pela indeterminação relativa, pela possibilidade de combinação de fatos, de ações e reações, engendrando novos produtos.

Afirmamos, então, que a caracterização atual do movimento estudantil foi construída historicamente por seu próprio movimento contraditório, em relação de determinação recíproca com a realidade social e histórica que constitui seus quadros de referência. Desse modo, o movimento estudantil, longe de ser fechado em si, é o resultado da interação da totalidade dos fatores sociais e históricos, em diferentes combinações, numa perpétua série de ações e reações, de experiências e acontecimentos passados e presentes. Portanto, é sobre esse processo dinâmico e complexo de autoinstituição permanente que a investigação científica deve se debruçar.

A análise das opções ideológicas, organizacionais e estratégicas possibilita a apreensão da multiplicidade de relações estabelecidas entre as diferentes agrupações que ora orientam-se todas numa mesma direção, ora divergirem seriamente. As diferentes condutas, valores, ideias, assim

como os projetos e as ações políticas se combinam, se hierarquizam, se unificam e, até certo ponto, se interpenetram no movimento como um todo. Ainda assim, permanecem em tensão, sempre suscetíveis a produzir conflito.

Tomemos alguns exemplos. O organizado arrisca-se à esclerose, o espontâneo à impotência. O primeiro é vivificado a diferentes graus pela penetração do segundo, mas para lá de um certo limite arrisca-se a ser derrubado ou a estoirar sob a sua pressão explosiva. Ao inverso, o organizado que cresta e domina o espontâneo pode ele próprio quebrar-se ou ameaçar a existência de estruturas e fenômenos sociais totais subjacentes. Muitas vezes, quanto mais domina o organizado menor papel desempenha a espontaneidade e quanto mais esta última atinge seu clímax menos o organizado se impõe. Encontramo-nos, então, em plena dialética de complementaridade por compensação. Mas isso de modo algum exclui que, noutras situações, o espontâneo e o organizado não se impliquem mutuamente [...] ou, pelo contrário, que não se polarizem em antinomias irreduzíveis (GURVITCH, 1982, p.276)

Dada a existência de uma série de possibilidades de interação entre as partes, que culminam em diversas configurações possíveis do movimento como um todo, a preponderância de certos cenários em detrimento de outros é fortemente influenciada pelas conjunturas. Isto é especialmente verdadeiro em relação às estruturas, visto que algumas conjunturas intensificam os processos de estruturação ou desestruturação dos fenômenos. A tendência própria da estrutura social é a manutenção de seu equilíbrio por meio de esforços de estruturação constantemente retomados e do combate aos movimentos ameaçadores de

desestruturação, a fim de evitar sua dissolução. Aqui, as continuidades e descontinuidades se encontram em estado de luta perpétua.

Se as estruturas tendem à hierarquização e à uniformidade, o fenômeno social total possui margens de mobilidade, flexibilidade, operatividade e indeterminação muito mais largas. O desajuste entre essas duas escalas pode evoluir até situações de polarização.

Na atualidade concreta, a estrutura e estratégia hegemônica estão orientadas para a contrainsurgência, para a integração e contenção da força coletiva dos estudantes. Contudo, o acirramento das contradições, no âmbito econômico e político, constitui o campo propício para a emergência forças latentes, reprimidas até então. Como caracterizamos em seções anteriores, em uma conjuntura em que as resistências tendem a assumir a forma de insurgências e a uma dinâmica organizacional que aponta para uma crítica à representação, as estruturas e as tendências majoritárias sofrem um processo de perda de sua representatividade política e ideológica. A tendência conservadora da estrutura a coloca em retardo em relação ao avanço do fenômeno social total, à ação coletiva efervescente. Este descompasso tende a produzir crises.

Às crises, sempre se seguem processos de recomposição política, cujos sentidos são relativamente indeterminados. Os movimentos de totalização ou destotalização das coletividades sempre envolvem grandes porções de ambiguidade e, portanto, o *post festum* pode se direcionar tanto para a restauração quanto para a reorientação das regularidades que até então o fenômeno apresentava.

Ao discutir as reconfigurações da vida política produzidas pela dinâmica recente do capitalismo, Bihr (2001) sintetiza-as na concepção

de crise política. No interior desta, a chamada crise da democracia representativa se apresenta como um dos principais aspectos. Esta formulação se refere ao processo de progressiva deslegitimação da democracia enquanto forma política, cujo indício fundamental seria a indiferença ou apatia política (BIHR, 2001). Em íntima associação com a crise da representatividade, o sociólogo destaca a dimensão da crise de sentido, ou simbólica, que consiste na “enorme dificuldade dos indivíduos [...] em serem capazes de herdar experiências das gerações precedentes e de investir nas atividades coletivas, fazendo parte da construção do mundo” (BIHR, 2001, p.17). A ideia de crise põe em questão a capacidade objetiva dos estudantes em se colocar como força social relevante na cena pública, uma vez que se apresenta debilitado diante do descrédito de suas formas tradicionais de organização, representações culturais e ideológicas.

De acordo com a definição que anteriormente apresentamos, se mostra equivocado identificar o desgaste e descrédito das estruturas, em particular, com o declínio da ação coletiva estudantil, em geral. No contexto de agravamento da crise política a nível global, são reforçadas as perspectivas de rechaço às instituições que não enfrentam efetivamente ou, mais ainda, que produzem diretamente as problemáticas identificadas no cotidiano das coletividades. Na conjuntura a que se refere nosso estudo, verifica-se de fato, uma crise da estrutura de representação estudantil sob a tutela do Estado e do modelo de atuação até então dominante entre a militância estudantil, mas isso não implica necessariamente um recuo da ação coletiva estudantil.

O movimento de ocupações em São Paulo, ao contrário, foi um legítimo exemplar de como o associativismo e a ação coletiva podem se

expressar numa multiplicidade de formas organizativas e renovar-se constantemente, posto que “a experiência, com efeito, rompe sem cessar os seus próprios quadros de referência” (GURVITCH, 1982, p.265).

A trajetória do associativismo estudantil, longe de ser linear, é profundamente dinâmica, marcada pela alternância entre fases de ascensão, estabilização e refluxo. Apesar dos eventuais momentos de enfraquecimento da participação como força política relevante no cenário nacional, a atividade recente atesta, uma vez mais, a vitalidade do movimento estudantil.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A realidade é complexa por natureza, o simples não sai do ideal, não chega ao concreto”

(PROUDHON apud GURVITCH, 1983)

Os conflitos políticos estão inscritos nas formas de produção e gestão do espaço escolar, tanto quanto nas iniciativas de disputa deste espaço. Portanto, seu estudo se coloca como primordial para os estudiosos do campo da educação. Ademais, é impossível compreender corretamente grande parte da história das lutas do passado e da atualidade sem olhar atenta e seriamente para a atividade política dos estudantes.

De maneira preliminar e não conclusiva, buscamos com este trabalho auxiliar na compreensão do que foi o movimento de ocupações de escolas em 2015 e, a partir da observância deste conflito específico, estimular reflexões sobre o que é e o que pode vir a ser o movimento estudantil brasileiro. Buscamos abordar, de modo panorâmico, diversos tópicos de interesse sociológico, conferindo especial atenção às manifestações do movimento estudantil enquanto sujeito político coletivo. Sobre isso, visamos lançar luz sobre sua constituição complexa, os conflitos e complementaridades entre as distintas organizações políticas atuantes, bem como entre estas e as estruturas do movimento.

Em nosso processo de pesquisa, nos deparamos com um cenário investigativo conformado por análises do movimento de ocupações, via de regra, fragmentadas em estudos de caso sem perspectiva de totalização e por interpretações que condenam as ocupações de escolas a um universo encerrado em sua dinâmica própria – ou no máximo à dinâmica dos

chamados novos e novíssimos movimentos sociais. Compreendemos que estas perspectivas contribuem para a reprodução sistemática de um estado de relativo desconhecimento do movimento estudantil no meio acadêmico. Então, debruçamo-nos sobre o movimento de ocupações de 2015 com o intuito de colher elementos que, ao ampliar nosso quadro analítico, permitam comparações e conexões entre experiências locais que, não sendo nunca isoladas, constituem um fenômeno político amplo.

A questão de trabalho central desta dissertação trata da identificação das dinâmicas conflitivas verticais e horizontais da luta política que, no caso, constituem-se dos embates entre o movimento secundarista e o Estado e as disputas no interior da própria militância estudantil, respectivamente. A imersão nestas duas complexidades, distintas e intimamente articuladas, nos permitiu lançar algumas hipóteses de trabalho para a investigação do movimento estudantil em geral.

O movimento estudantil figura na literatura acadêmica envolto pelas brumas do mito do “poder jovem”, caracterizado como essencialmente radical e revolucionário, a partir da cristalização da concepção, elaborada na década de 60, de que o estudante é um “oposicionista nato” (POERNER, 2004). A tendência bibliográfica hegemônica tende à idealização do modelo de ativismo político estudantil plasmado pelas entidades oficiais de representação estudantil e converge com a historiografia heroicizada produzida por estas últimas. Denominamos essa perspectiva de corrente institucional, que se coloca como entrave ao avanço da pesquisa sobre a temática, por imputar ao movimento estudantil um caráter genérico e imutável, em que seus conteúdos, estruturas e objetivos permanecem estáticos nos mais diversos contextos históricos, políticos e sociais (SALDANHA, 2008).

Além de evidenciar os limites explicativos das pesquisas que têm sido realizadas, tentamos acionar outros referenciais teórico-metodológicos a fim de contribuir com a renovação necessária das interpretações.

Concebemos que as estruturas, organizações e movimentos políticos são síntese de processos históricos, de enfrentamentos e conciliações e, em função disso, são realidades sociais variáveis e dinâmicas. Observamos também a existência relações dialéticas diversas entre as partes – as diferentes estruturas e organizações, mais ou menos consolidadas – e o movimento estudantil enquanto fenômeno social total.

As estruturas são produzidas e produtoras de relações profundamente ambíguas entre o espontâneo e o organizado na atividade política. No curso do movimento histórico, as estruturas por vezes estão adequadas, avançadas ou atrasadas em relação ao fenômeno social total que devem exprimir, manter ou promover. “Elas servem tanto de pontos de referência como de obstáculos aos movimentos de fluxo e refluxo dos fenômenos sociais totais” (GURVITCH, 1982, p.290). Em geral, as estruturas correspondem às ideologias e estratégias que se tornaram hegemônicas e adquiriram capacidade política para se consolidar.

As organizações políticas, que se constituem a fim de consubstanciar a vontade política de um determinado grupo, se relacionam de maneiras diversas com as estruturas existentes. As orientações políticas assumidas por cada agrupamento definirão sua posição em relação ao instituído, na condição de situação ou oposição. Como as organizações se constituem e operam no interior de um movimento estruturado, os projetos hegemônicos e as estruturas que lhes

correspondem sempre exercem, com maior ou menor intensidade, força de determinação sobre elas. Portanto, a posição de uma organização no interior do movimento é sempre definida em relação.

Os aparelhos organizados ineficazes ou bastante pesados podem ser compensados por práticas ativas e por símbolos apropriados, etc. Inversamente, os modelos e símbolos esclerosados podem ser compensados quer por organizações dinâmicas quer por papeis, atitudes, ideias e valores que manifestem um particular vigor. Estamos aqui em plena dialética de complementaridade por compensação... (GURVITCH, 1982, p.281)

O movimento, enquanto fenômeno social total, se constitui como uma realidade social distinta e englobante das diferentes estruturas e organizações que operam em seu interior. Esta realidade se institui, em relação à sociedade global, como um sujeito coletivo dotado de força social e capacidade de agência. Contudo, esta força coletiva opera sempre “em função de um plano de referência, de um fenômeno social total, de uma estrutura, de uma conjuntura, de uma ‘situação’” (GURVITCH, 1968, p.88). O movimento estudantil é, então, determinado pela atividade imanente da diversidade política, econômica, social e cultural que existe em seu interior e, simultaneamente, pelo movimento em seus planos de referência, como o sistema educacional e a sociedade como um todo.

Na realidade concreta que nos propomos a investigar, o movimento estudantil brasileiro contemporâneo, as estruturas correspondem às entidades oficiais de representação estudantil, a saber UNE, UBES, ANPG e suas ramificações. Esta estrutura, tal como se configura, é produto de um processo de institucionalização da

organização estudantil e tem como característica principal a vinculação ao Estado. Trata-se de uma estrutura bastante similar à do movimento sindical (BOITO, xxx), ainda que com significativas diferenças. Em função disso, as entidades oficiais tendem a atuar no movimento como força coletiva concentradora de poder político (detêm o monopólio da representação dos estudantes perante as instituições, o Estado, a mídia, etc.) e econômico (grande montante de verbas e patrimônios provenientes de distintas fontes, inclusive do Estado e da iniciativa privada).

Em relação às organizações políticas, a pluralidade é imensurável. Sem negligenciar a imensa diversidade de posições, projetos e práticas, é possível afirmar que no presente momento histórico, a concepção hegemônica no movimento estudantil brasileiro, da qual comungam grande parte e, sem dúvidas, as maiores organizações atuantes, é o chamado projeto democrático popular. Este projeto, que inclui um saber e uma prática política particulares, conduz à subordinação da organização e das reivindicações estudantis às necessidades do desenvolvimento capitalista na esfera da Educação. Por assumir o Estado como elemento central da atividade política e social, esta concepção e a estrutura das entidades oficiais estabelecem entre si uma relação de implicação dialética mútua (GURVITCH, 1968), em que se interpenetram e se tornam praticamente imanentes. Esta implicação é inelutável, uma vez que é por meio destas estruturas institucionalizadas e absorvidas pelo Estado que o PDP se efetiva e este mesmo projeto contribui para a manutenção desta estrutura.

Com efeito, discutimos anteriormente que heterogeneidade de sujeitos, práticas e concepções são a tônica de todo fenômeno social e que a própria atividade sociopolítica dos sujeitos produz polarizações e

antagonismos de interesses no interior do movimento. Como as relações entre as distintas forças nunca são uniformes, em diversas ocasiões a polarização e o antagonismo cedem lugar à reciprocidade de perspectivas e à colaboração. Ainda que não deva ser entendido como uma entidade homogênea, o movimento estudantil se constitui como entidade singular. A diversidade e amplitude de temas e projetos não significa a fragmentação ou a fragilidade do movimento e, ao contrário, parece ser justamente em que reside sua vitalidade.

Um movimento como um todo é mutável em suas formas. Sua composição social é muito variável, abrangendo setores com diferentes capacidades, tempos de desenvolvimento, relações particulares com seus oponentes, interesses e preocupações e diversas formas, já constituídas de organização, cultura, repertórios, etc. O todo é, assim, formado por um conjunto de subsistemas, cada qual, por sua vez, diferenciado e mutável em sua composição social, experiências de vida relações sociais internas, padrões de antagonismo e cooperação, e assim por diante (BARKER, 2014, p.27-28)

Em função disso, e das complexas relações com o quadro social geral, as resistências estudantis podem assumir inúmeras formas. Seu desenvolvimento não é, nunca linear e progressivo, mas constituído por séries complexas de avanços e recuos, repletas de momentos de estagnação, de reviravoltas, paralisias e convulsões.

As ocupações de escola em São Paulo, em 2015, são um dos elementos destas séries.

Este fenômeno particular, contido no fenômeno social total, expressa perfeitamente as complexas interações entre movimento e conjuntura.

Por certo, uma avaliação rigorosa do movimento de ocupações de escolas exige outras investigações, e sua importância efetiva só poderá ser considerada tendo em vista seus desdobramentos no tempo, bem como as reações estatais que já provocou e continuará a provocar. Por ora, é necessário articular corretamente os elementos que compõem o processo de luta, interpretando-o à luz do contexto histórico, e desafiar nossa capacidade de aprender com ele (CATINI; MELO, 2016, p.1179)

Ao longo de seu desenvolvimento, é possível asseverar que a luta secundarista contra o projeto de reorganização escolas consistiu em dois grandes momentos, com o predomínio de distintas modalidades de ação coletiva. No primeiro, predominaram as passeatas e outras expressões de manifestação inscritas nos parâmetros da ideologia dominante. No segundo, predominaram as ações auto-organizadas de desobediência civil e revolta. A transição entre eles é marcada, principalmente, pela deflagração das ocupações de escolas. Esse processo foi fruto da intervenção de um conjunto de grupos de oposição reunidos na Frente O Mal Educado que, ao assumir a tarefa de promover ações radicais para alavancar o movimento geral, catalisou a produção de uma insurgência.

Compreendemos a insurgência como um processo político protagonizado por um conjunto de sujeitos usualmente marginais em relação às estruturas de representação política que tende a se massificar. Este setor se levanta apresentando questionamentos da organização centralizada e da representação política mediada pelo Estado. Uma das principais formas assumidas por este questionamento é a (re)apropriação de espaços públicos ou institucionais, que tem sua lógica de funcionamento corriqueiro subvertida, de modo que os locais são

convertidos em arena de disputa simbólica contra o despotismo do poder estatal.

Ferreira assevera ainda que as insurgências “definem o campo e sentidos possíveis para as estruturas governamentais, formas de representação e políticas públicas, bem como de mundos sociais alternativos” (FERREIRA, 2016, p.24).

Durante as ocupações, os secundaristas experimentaram a subversão e paralisação temporária do controle direto do governo sobre as unidades escolares, substituída pela instauração de organismos contrapoder local. A ocupação altera profundamente a lógica ordinária do espaço escolar e, simultaneamente, desorganiza o poder estatal e cria a possibilidade de organizar o cotidiano estudantil exclusivamente a partir de sua associação. A insurgência cria condições para a instituição de regimes sociais baseados na autonomia.

A ocasião de desorganização temporária das relações de poder sobre a escola e sobre o movimento estudantil condicionou os sujeitos coletivos que costumeiramente exercem o poder a fazer concessões ao contrapoder das ocupações, como a revogação do decreto que introduzia a implementação da reorganização.

Enquanto tipo particular de processo político, as insurgências produzem um tipo particular de saber político que reverbera sistematicamente sobre a dinâmica social. De acordo com Ferreira (2016), os efeitos das insurgências incidem sobre os sistemas políticos e jurídicos, sobre as formas organizativas e ações coletivas e, finalmente, sobre os sistemas cognitivos, identidades e cultura. Segundo o autor, a insurgência de junho de 2013 reincorporou à ação coletiva a ação direta de massas, as organizações autônomas de contrapoder, e, principalmente, acentuou uma



contradição característica dos processos políticos insurgentes - a luta entre aristocracias internas às categorias mutuamente implicadas às estruturas representativas, ambas profundamente comprometidas com a defesa do sistema capitalista, e frações marginalizadas da categoria em vias de se constituir enquanto agente por si (FERREIRA, 2016). Entendemos que essas modalidades de ação coletiva e esta contradição se fizeram presentes na resistência dos secundaristas paulistanos e, deste modo, consideramos que o movimento de ocupações se constituiu como uma insurgência derivada, como um produto direto do legado ideológico e organizativo das jornadas de junho de 2013.

Compreendemos que um grande responsável pela disseminação deste legado foi a Frente O Mal Educado, centro de aglutinação de diferentes grupos que, em sua maioria, se filiam ao chamado campo autonomista. Esta agrupação se constituiu, naquele contexto, como principal força de oposição às tendências majoritárias no movimento secundarista.

Os interesses e vontades coletivas dos grupos que estamos caracterizando como situação e oposição no interior do movimento geral estabelecem relações complexas entre si, que oscilam entre a coincidência e a contradição. Trata-se de contrários que no seio de um conjunto, realizam um movimento que se orienta ora em direções opostas, ora no mesmo sentido.

A oposição conclama sua base à insurgência contra a política governamental e contra os métodos de mobilização da direção das entidades. A tendência majoritária, no entanto, se une às forças coletivas insurgentes contra a política neoliberal de desinvestimento público. Cabe destacar que essa adesão foi fundamental para a

ampliação do número de ocupações e para sua sustentação. É possível supor que, sem esta unidade, a vitória do movimento como um todo não teria sido possível. A necessidade objetiva de derrotar a medida do governo de turno implica a convergência de perspectivas entre situação e oposição que, naquele contexto, adotam um mesmo programa.

A corrente majoritária atuou, no seio da insurgência, no sentido de revalorizar e relegitimar a democracia representativa e suas instituições. A oposição autonomista propôs e efetivou a organização da insurgência em estruturas localizadas fora e contra as instituições oficiais. Contudo, atuou centralizando essas novas estruturas, o que implicou retirar dela o potencial de efetivar a autonomia estudantil e contribuiu para seu descrédito, enfraquecimento e rápida deterioração.

Em nossa compreensão, tanto o PDP quanto o autonomismo operam estratégias pautadas na lógica do descolamento entre a organização corporativa e de classe e a revolta (aqui entendida como o levante das massas exploradas e oprimidas contra a ordem social vigente). O primeiro, aposta na organização corporativa para intervir nos quadros sociais do Estado, por isso deve afastar as categorias das ações diretas efetivamente antissistêmicas. O segundo, aposta na revolta para criar desordem social - o que é fundamental, mas insuficiente para transformação sistêmica -, sem a perspectiva de criação de uma sólida organização de massas por fora e contra os quadros sociais do Estado.

É justamente o descolamento entre a organização das forças coletivas e a rebelião contra a ordem capitalista que condena as lutas sociais à condição de mobilizações esporádicas e reativas que, ao fim e ao cabo, não inviabilizam que o capitalismo resolva as crises sociais

no sentido de restaurar o equilíbrio anterior. Ou, dito de outro modo, não consegue evitar que, nas lutas entre a organização dos grupos dominados e o controle dos grupos dominantes, a assimilação se imponha sobre as iniciativas de ruptura.

Diante disso, evidencia-se a existência de uma relação de complementaridade dialética entre a situação e a oposição autonomista. Apesar da aparência de exclusão recíproca e de impossibilidade de conciliação, esses distintos sujeitos coletivos se revelaram na prática, como alternativas que, em parte, coincidem em uma mesma direção e se complementam em um mesmo conjunto.

Fraternais e inimigas, combatem-se em certas circunstâncias, sustentam-se em outras; ora se chocam como obstáculos recíprocos ora se entregam mutuamente, e a maior parte das vezes empenham-se simultaneamente nos dois sentidos (GURVITCH, 1982, p.292)

Com efeito, estarem ligados e continuarem, numa certa medida, irreduzíveis, melhor, interpenetrarem-se, fundirem-se parcialmente sem se identificarem, participarem das próprias totalidades e combaterem-se, revelaram-se simultaneamente como amigos e inimigos, centros simultâneos de atração e de repulsão, fulcros de reconforto e de ameaça – que é o destino do homem em sociedade, nos Nós, nos grupos, nas sociedades inteiras – não é moverem-se não só na esfera da complementaridade pela compreensão mas na da ambiguidade, uma ambiguidade que se agudiza facilmente em ambivalência? (GURVITCH, 1982, p.290)

Apesar da ofensividade de seus métodos - produzida como reação espontânea da indignação estudantil -, o movimento de ocupações, como um todo, se autolimitou à uma luta defensiva, com bandeiras e pautas circunscritas ao paradigma da democracia representativa, que não questionam profundamente a o controle do estado e do capital sobre as relações e organizações econômicas, políticas e sociais. Os limites organizativos, estratégicos e programáticos que impediram base secundarista insurgente de romper radicalmente com o determinismo do projeto democrático popular expressam a dificuldade do movimento estudantil em se organizar a partir de um saber político distinto daquele que, há décadas, se constituiu como linha condutora da ação coletiva estudantil.

Após o recuo do contrapoder estudantil, se instaura a reação conservadora do governo que, ao supostamente atender as reivindicações estudantis por participação, promoveu um processo de institucionalização da insurgência, materializado na campanha de fundação ou eleição de grêmios. Este processo de recentralização do movimento estudantil, seguia na contramão dos anseios expressos nas ocupações escolares.

Ao invés de recorrer ao bloqueio da organização estudantil por meio da repressão violenta, o governo apostou na tática de assimilar as lutas para a esfera do Estado por meio do incentivo à participação em instâncias institucionalizadas. A contrainsurgência opera não pela inviabilização da organização, mas pela via do estímulo para que as lutas se organizem sob a tutela dos poderes instituídos, de forma a esterilizar seu potencial de radicalização. A perseguição e as punições foram

reservadas a alguns poucos indivíduos, de forma a garantir o não surgimento de novas rebeliões.

A possibilidade ter os sentidos da insurgência apropriados por forças da ordem é uma ameaça constante, tal como se observou nos eventos e discursos que sucederam as jornadas de junho de 2013. Um movimento de oposição fora do Estado quase sempre pode ser enquadrado para se manifestar dentro de suas estruturas. A renovação e fortalecimento da estrutura centralizada de organização estudantil é também exemplar de como “as políticas de Estado pós-insurgências tentam induzir à fragmentação dos grupos e identidades e/ou a unificação delas ‘no, por e para’ o Estado” (FERREIRA, 2016, p.25).

A perspectiva contrainsurgente consiste, justamente, em garantir a vitória política da burguesia sobre os grupos dominados mediante a conquista de suas mentes e corações. Trata-se de uma perspectiva de manutenção do controle social que combina rigidez e flexibilidade, demagogia e despotismo.

Deste modo, as organizações dirigidas pelo PCdoB e PT e o Governo PSDB convergem na estratégia de apropriação e institucionalização da insurgência, bem como na defesa da democracia representativa republicana e liberal. Contraditoriamente, tanto o governo quanto sua oposição institucional coincidem na necessidade de institucionalização do movimento estudantil no Estado (mais Estado) para garantir seu apassivamento diante do imperativo capitalista de desinvestimento público na educação (menos Estado).

Embora o momento de insurgência não tenha podido ir além de si mesmo, por não ter encontrado continuidade por meio de um projeto de organização estudantil alternativo ao modelo democrático popular, os

secundaristas conseguiram realizar, mesmo que temporariamente, uma experiência de autonomia. Isso não é irrelevante.

A própria ocorrência da insurgência de 2015 demonstra como as tentativas de apropriação, institucionalização e mesmo a repressão, ainda que sufoquem os levantes episódicos, não são capazes de conter definitivamente a tendência insurgente que tem se desenvolvido desde 2013 no Brasil. Entre os dois momentos, o saber político produzido pelas forças insurgentes permitiu que houvessem ganhos em termos de organização, como expressa a experiência do Comando. A grande potencialidade dos processos políticos insurgentes reside não apenas na recusa e negação das estruturas e projetos existentes, mas na criação de experiências concretas, cujos planos são perpetuamente renovados.

Não é possível ainda mensurar o impacto real das ocupações de 2015 para o conjunto do movimento estudantil, mas o esforço teórico de esclarecer os processos permite que sejam extraídas lições para que os sujeitos coletivos avancem sobre seus próprios limites. Consideraremos nosso esforço de pesquisa coroado de êxito se tivermos podido auxiliar na compreensão de que o grande desafio da ação coletiva estudantil na atualidade é buscar os caminhos de generalização da insurgência e do contrapoder, a fim de elevar a luta para o patamar do conflito radical contra o controle capitalista sobre a educação dos trabalhadores. Para tanto, se impõe a necessidade de destruir os obstáculos que travam o desenvolvimento autônomo das forças coletivas estudantis e substituir seu legado por outros saberes políticos e outros objetivos estratégicos. Para isso, não basta se valer apenas da experimentação ou apenas da crítica, mas do vigor destrutivo e criativo da crítica aliada à ação.

Ora, a liberdade humana em seus graus mais elevados, revela-se perfeitamente capaz, ao menos em princípio, de criar possibilidades e de destruir o impossível, modificando e eliminando situações, engendrando novas conjunturas, edificando novas estruturas parciais e globais, engendrando novos planos de referência, assim como novos fenômenos sociais totais, e por isto mesmo, provocando o aparecimento de novas contingências (GURVITCH, 1968, p.88)

## REFERÊNCIAS

ALTHEMAN, F. Potências Disruptivas e de Subjetivação no Movimento de Insurgência de Estudantes em São Paulo. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., 2017, Curitiba. *Anais*. p. 1-15. Disponível em:

<<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3014-1.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

ARAÚJO, M.P.N. *Memórias estudantis 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2007.

ARONI, R. As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 18., 2017, Brasília. Disponível em: <

<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eoposter-trab-aceito-1126-2.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2018.

ARREGUY, C.E.S. *Os estudantes secundaristas em luta contra a reorganização escolar paulista: um estudo de caso*. São Paulo: FGV-EAESP, 2017. Disponível em: <<https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/pibic/o-movimento-secundarista-e-reorganizacao-da-rede-de-ensino-do-estado-de-sp-um>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BAKUNIN, M. Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, o mundo real e o homem. In: FERREIRA, A. C.; TONIATTI, T. (org.) *De baixo para cima e da periferia ao centro: textos políticos, filosóficos e de teoria sociológica de Mikhail Bakunin*. Niterói: Alternativa, 2014.

\_\_\_\_\_. Carta aos internacionalistas de Bolonha. In: COÊLHO, P. *Bakunin: Obras seletas 1*. São Paulo: Intermezzo, 2016. p.135-150.

\_\_\_\_\_. Federalismo, Socialismo e Antiteologismo. In: COÊLHO, P. *Bakunin: Obras seletas 2*. São Paulo: Intermezzo, 2017. p. 239-340.

BARKER, C. “O movimento como um todo”: ondas e crises. *Outubro*, n. 22, p.5-34, set. 2014.

BAUMGARTEN, B. O movimento por justiça global – resistência aos modelos econômicos de globalização. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 14, n. 27, p. 324 - 359. jul./dez. 2013.



BIHR, A. Os desafios atuais do movimento operário. Lutas sociais, São Paulo, v.7, p.10-24. 2001.

BOITO JÚNIOR, A. O Sindicalismo de estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas, Unicamp, 1991.

BORDALO, C.A. "A luta das mulheres é levada nos ossos do peito": mulheres camponesas em Santa Catarina e o caminho da luta por direitos. 2017. 185 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BORGES, C. *Da crítica ao autonomismo à gestação do novo: o que aprendemos nas ocupações secundaristas?*. 2017. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2017/01/110360>>. Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (2013). Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm)>

BRASIL. Ministério da Defesa (2013). Portaria Normativa nº 3.461, de 19 de dezembro de 2013. Brasília. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33\\_m\\_10\\_glo\\_1\\_ed2013](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33_m_10_glo_1_ed2013)

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos (2016). Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm)>

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. São Paulo: *Eccos - Revista Científica*, v. 11, n. 1, p. 97-121, jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 62, p. 42-53, 2013.

CAMPOS, A. M.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016.

CASTRO, R.S. *Estado, sindicalismo e questão agrária: o papel da CUT no desenvolvimento capitalista 2003-2012*. 2016. 296 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

CATINI, C.; MELO, G. Escolas de luta, educação política. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1177-1202, out.-dez., 2016.

CINTRA, A.; MARQUES, R. *UBES, Uma Rebelião Consequente — A História do Movimento Estudantil Secundarista do Brasil*. Projeto Memória do Movimento Estudantil, 2009.

COELHO, L. *"Só a luta muda a vida": ocupações escolares de 2015 pela perspectiva dos secundaristas*. 2017. 80 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Biológicas, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

CORRÊA, F. Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil. 2011. Disponível em: <http://passapalavra.info/2016/10/111047/>.

CORSINO, L; ZAN, D. A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica. *ETD- Educação Temática Digital*. Campinas, v.19 n.1 p. 26-48 jan./mar. 2017.

CORTI, A; CORROCHANO, M; SILVA, J. “Ocupar e resistir”: A insurreição dos estudantes paulistas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1159-1176, out-dez., 2016.

DE SORDI, D.; MORAIS, S.P. “Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil. *Religación Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*. Quito, v. 1 n. 2, pp.25-43, abr.-jun. 2016.

DUARTE, M.J.F. *Representações dos movimentos político-culturais da década de 60 nos jovens de ensino médio*. 2005. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FAVARO, N.A.L.G. *Pedagogia histórico-crítica e a sua estratégia política: fundamentos e limites*. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

FERREIRA, A.C. A classe por si: teoria econômica e política em Proudhon e no proudhonismo. *Em Debate*. Florianópolis, n. 11, p. 4-25, jan-jun, 2014.

\_\_\_\_\_. Introdução: por uma sociologia das insurgências. In: FERREIRA, A.C. (org). *Pensamento e práticas insurgentes: Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

\_\_\_\_\_. Luta de classes e insurgências no Brasil: o mito da classe média, a aristocracia operária e o proletariado marginal no capitalismo flexível. In: FERREIRA, A.C. (org). *Pensamento e práticas insurgentes: Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

\_\_\_\_\_. *Ecos de junho: Insurgências e crise política no Brasil (2013-2018)*. 2018. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/ecos-de-junho-insurgencias-e-crise-politica-no-brasil-2013-2018/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

FORACCHI, M. *O estudante e a transformação social brasileira*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRASER, N. *Do neoliberalismo progressista à Trump – e além*. 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/02/do-neoliberalismo-progressista-a-trump-e-alem-nancy-fraser/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

FREEMAN, J. *A tirania das organizações sem estrutura*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/155325292/A-tirania-das-organizacoes-sem-estrutura-Jo-Freeman>>. Acesso em: 18 set. 2018.

GONZÁLEZ, J.D.M. Los movimientos de estudiantes secundarios en Chile y Brasil: prefigurando una educación autogestionada. *Paulo Freire - Revista de Pedagogía Crítica*. n.º 19, jan.-jun. 2018. pp. 37-64.

GURVITCH, G. *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

\_\_\_\_\_. *Dialética e sociologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

\_\_\_\_\_. *Proudhon*. Lisboa: Edições 70, 1983.

HAYASHI, M; FERREIRA JUNIOR, A; HAYASHI, M.C. Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas. *Argumentos Pró-Educação*, Pouso Alegre, v. 2, n.º 4, p. 68-88, jan.- abr., 2017.

JANUÁRIO et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. *Fevereiro*, São Paulo, n. 9, p. 166-198, abr. 2016.

KENNEDY, M. *Levante de junho de 2013: Um movimento socioespacial frente a crise urbana*. 2015. 108 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

LAGE, D; MASSATELLI, R. *A irresistível centralidade da tática e os dilemas requentados*. 2016. Disponível em:

<http://passapalavra.info/2016/01/107317/>. Acesso em: 17 set. 2018.

LINDEN, M. Rumo a uma nova conceituação histórica da classe trabalhadora mundial. *História*. São Paulo, v.24, n.2, 2005. pp.11-40.

\_\_\_\_\_. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, vol.1, n. 1, janeiro-junho de 2009. pp. 11-26.

MARTINS, C. CORDEIRO, L. *Revolta popular: o limite da tática*. 2014. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2014/05/95701>>. Acesso em: 17 set. 2018.

MARTINS, M. F. et al. As ocupações das escolas estaduais de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v.2, n.1, p. 227-260, jan./jun. 2016.

MARTINS FILHO, J. R. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas: Mercado de letras, 1996.

MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A. Desrespeito, indignação ou injustiça: o que motivou os secundaristas paulistas a ocuparem suas escolas?. In: *Congresso Brasileiro de Sociologia*, 18., 2017, Brasília.

MESQUITA, M.R. *Juventude e movimento estudantil: O “velho” e o “novo” na militância*. 2001. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

\_\_\_\_\_. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, out. 2003. p. 117-149.

MORAES, C; XIMENES, S. Políticas educacionais e a resistência estudantil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 137, p.1079-1087, out.-dez., 2016.

MORAES, W. S. A revolta dos governados do inverno-primavera de 2013 no Brasil e suas interpretações. In: FERREIRA, A.C. (org.) *Pensamentos e práticas insurgentes: Anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI*. Niterói: Alternativa, 2016.

MORAES, W. S.; MORAES, L.S.C. As máscaras do Estado repressor: A criminalização dos movimentos sociais no Brasil. *Passagens*. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 102-121, jan-abr 2016.

O MAL EDUCADO. *Como ocupar um colégio?*. 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.fles.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2018.

\_\_\_\_\_. *Boletim: professores em greve, estudantes em luta!* 2015. Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/educacaoimpresa/>>. Acesso em: 17 set. 2018.

OLIVEIRA, S. As Ocupa-Ações secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida. *Revista Pensata*, v.5, n.2, p.-52-56, nov. 2016.

PAES, B; PIPANO, I. Escolas de luta: cenas da política e educação. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.19 n.1 p. 3-25 jan.-mar. 2017.

PAIVA, G.A.G. *A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)*. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2011.

PATTA, C. Contestando a Ordem: um estudo de caso com secundaristas da zona leste paulistana. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2017.

PAULA, G.C.C. *A atuação da união nacional dos estudantes – UNE: do inconformismo à submissão ao Estado (1960 a 2009)*. 2009. 381 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

PIOLLI, E; PEREIRA, L; MESKO, A. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, vol. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.

PO, M.V.; YAMADA, E.M.K; XIMENES, S.B; LOTTA, G.; ALMEIDA, W.M. *Análise da política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo*. São Bernardo do Campo, 2015.

POERNER, A. O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. 5. Ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PROUDHON, P.-J. *La capacidade politica de la classe obrera*. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1974.

ROMANCINI, R; CASTILHO, F. “Como ocupar uma escola? Pesquisa na Internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil. *Intercom*, São Paulo, v. 40, n. 2, p.93-110, mai-ago. 2017.

SALDANHA, A. O mito do poder jovem. In: GROPPPO, L.A.; ZAIDAN FILHO, M.; MACHADO, O.L. (Orgs). *Juventude e movimento estudantil: ontem e hoje*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. p. 36-47.

SAMIS, A. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra. 2011.

SANTOS, J. S. Movimento de ocupação das escolas públicas paulistas. In: Seminário Nacional de Teoria Marxista: O capitalismo e suas crises, 2. Anais. Uberlândia: Pueblo, 2016. p. 1-13.

SANTOS, M; SEGURADO, R. Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo. In: Encontro anual da ANPOCS, 40. Anais. Caxambu, 2016.

SCHMITT, S.L. Encontros e desencontros do Movimento Estudantil Secundarista Paranaense (1964-1985). 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2011.

SCOTT, J.C. *Elogio del anarquismo*. Barcelona, Crítica – Editorial Planeta, 2013.

SILVA, S.N. *Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário*. 2017. 338 f. Tese (Doutorado) –

Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVEIRA, B.P.; BARBOSA, L.B.; DO VALLE, M.R.; ROMERO, S.L.G.G. Identidade e participação: apontamentos sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015. *REU - Revista de Estudos Universitários*, v. 43, n. 1, p. 113-133, ago. 2017.

SILVER, B. Entrevista. 2016. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/beverly-silver-e-preciso-unir-as-lutas-das-ruas-as-lutas-do-trabalho/>>. Acesso em: 17 set 2018.

SIMÃO, C.R.P. *O movimento estudantil na produção acadêmica no campo da educação: Uma lacuna a ser preenchida?*. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015

STARR, A.; FERNANDEZ, L.; SCHOLL, C. *Shutting Down the Streets: Political Violence and Social Control in the Global Era*. New York: New York University Press, 2011.

TELLES, V.S. Cidade: Produção de espaços, formas de controle e conflitos. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 1, pp. 15-41, jan/jun, 2015.

\_\_\_\_\_. A violência de Estado em guerra contra a população civil. 2016. Disponível em: < <http://diplomatie.org.br/a-violencia-de-estado-em-guerra-contra-a-populacao-civil/>> Acesso em: 09 set 2018.

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria, ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TORI, L.A.; HOMMA, L.H.G. MOVIMENTO ESTUDANTIL: Uma comparação do “tradicional” movimento estudantil e as ocupações das escolas em 2015. In: Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais, 4. São Paulo. 2018.

TUMOLO, P. *Trabalho e capital na virada do milênio*. Florianópolis: Em Debate, 2018.

UJS. Tese do 17º Congresso da UJS. 2014. Disponível em: <https://ujjs.org.br/downloads/tese-do-17o-congresso-da-ujjs/>. Acesso em: 05 out 2018.

VAZ, R.O.F.; BARROS, A.S.; GIL, A.C.M. Quando os afetos batem com os bicos nas janelas: uma entrevista corajosa. Revista Em Debate, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 95-115, 2016.

WALLERSTEIN, I. *Novas revoltas globais: o sentido está em disputa*. 2013. Disponível em: < <http://outraspalavras.net/posts/novas-revoltas-globais-o-sentido-esta-em-disputa/>> Acesso em: 09 out 2018.



## APÊNDICE 1

### Lista de escolas ocupadas por município

<b>Município</b>	<b>Escola</b>
<b>Agudos</b>	Escola Estadual João Batista De Aquino
<b>Americana</b>	Escola Estadual Monsenhor Magi Escola Estadual Antonio Zanaga Escola Estadual Sebastiana Paie Rodella Escola Estadual Anna Maria Lucia De Nardo Moraes Barros
<b>Araçoiaba da Serra</b>	Escola Estadual Maria Angélica Baillot
<b>Araraquara</b>	Escola Estadual Lysanias De Oliveira Campos Escola Estadual João Pires de Camargo
<b>Assis</b>	Escola Estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz Escola Estadual Prof. Carlos Alberto de Oliveira
<b>Barueri</b>	Escola Estadual Ivani Maria Paes Escola Estadual Henrique Fernando Gomes Estudante Escola Estadual José Leandro De Barros Pimentel Escola Estadual República De Cuba
<b>Bauru</b>	Escola Estadual Ayrton Busch Escola Estadual Stela Machado Escola Estadual Luiz Castanho De Almeida
<b>Cachoeira Paulista</b>	Escola Estadual João Bastos Soares

<b>Caieiras</b>	Escola Estadual Olindo Dartora Doutor Escola Estadual Mario De Toledo Moraes Escola Estadual Francisco Gonçalves Vieira Professor Escola Estadual Isaura Valentini Hanser Escola Estadual Albino Fiore
<b>Campinas</b>	Escola Estadual Carlos Gomes Escola Estadual Francisco Glicério Escola Estadual Antonio Vilela Junior Escola Estadual Julio Mesquita Escola Estadual Reverendo Eliseu Narciso Escola Estadual Dom Barreto Escola Estadual Hugo Penteado Teixeira Escola Estadual Procópio Ferreira Escola Estadual Newton Pimenta Neves Escola Estadual Eduardo Barnabé Deputado Escola Estadual Jamil Gadia Deputado
<b>Campo Limpo Paulista</b>	Escola Estadual Frei Dagoberto Romag
<b>Cândido Mota</b>	Escola Estadual Rachid Jabur
<b>Caraguatatuba</b>	Escola Estadual Colônia Dos Pescadores
<b>Cotia</b>	Escola Estadual Pequeno Cotolengo De Dom Orioni
<b>Diadema</b>	Escola Estadual Delcio De Souza Cunha Professor Escola Estadual Diadema Escola Estadual Homero Silva Escola Estadual Riolando Cannò
<b>Embu das Artes</b>	Escola Estadual Ede Wilson Gonzaga Professor

<b>Franca</b>	Escola Estadual Suely Machado Da Silva Profa
<b>Guarujá</b>	Escola Estadual Rene Rodrigues De Moraes
<b>Guarulhos</b>	Escola Estadual Alayde Maria Vicente Professora Escola Estadual Conselheiro Crispiniano Escola Estadual Alice Chuery Escola Estadual Ilia Zilda Innocenti Blanco Escola Estadual José Storopoli Deputado Escola Estadual Vereador Antonio De Ré
<b>Ibitinga</b>	Escola Estadual Iracema De Oliveira Carlos
<b>Indaiatuba</b>	Escola Estadual Maria De Lourdes Stipp Steffen
<b>Iperó</b>	Escola Estadual Gaspar Ricardo Junior
<b>Itapira</b>	Escola Estadual Antonio Caio
<b>Itaquaquecetuba</b>	Escola Estadual Cicero Antonio De Sá Ramalho
<b>Jandira</b>	Escola Estadual Josepha Pinto Chiavelli Professora
<b>Jau</b>	Escola Estadual Domingos De Magalhães
<b>Jundiaí</b>	Escola Estadual Eloy De Miranda Chaves Doutor Escola Estadual Barão De Jundiaí
<b>Lençóis Paulista</b>	Escola Estadual Antonieta Grassi Malatrasi Profa
<b>Lins</b>	Escola Estadual 21 De Abril
<b>Marília</b>	Escola Estadual José Alfredo De Almeida Escola Estadual Sylvia Ribeiro De Carvalho Profa.

	Escola Estadual Monsenhor Bicudo
<b>Matão</b>	Escola Estadual Chlorita De Oliveira Pentead Martins
<b>Mauá</b>	Escola Estadual Maria Elena Colonia Professora Escola Estadual Maria Aparecida Damo Escola Estadual Álvaro De Souza Escola Estadual Marta Teresinha Rosa Escola Estadual Professora Iracema Crem
<b>Miracatu</b>	Escola Estadual Pé De Serra (Iguapé) Escola Estadual Bairro Jaire
<b>Mogi das Cruzes</b>	Escola Estadual Francisco De Souza Mello
<b>Osasco</b>	Escola Estadual Antonio Paiva De Sampaio Coronel Escola Estadual Heloisa De Assumpção Professora Escola Estadual Francisca Lisboa Peralta
<b>Piracicaba</b>	Escola Estadual Antonio De Mello Cotrim Professor Escola Estadual Barão Do Rio Branco Escola Estadual Jethro Vaz De Toledo Escola Estadual Pedro Moraes Cavalcanti
<b>Poá</b>	Escola Estadual Nanci Cristina Do Espirito Santo Professora
<b>Ribeirão Pires</b>	Escola Estadual Santinho Carnavale Escola Estadual Leico Akaishi Professora
<b>Ribeirão Preto</b>	Escola Estadual Professor Alberto Ferriani
<b>Santa Bárbara d' oeste</b>	Escola Estadual Benedicta Aranha De Oliveira Lino

	Escola Estadual Irene De Assis Saes Profa Escola Estadual Heloisa Therezinha Murbach Lacava
<b>Santa Cruz das Palmeiras</b>	Escola Estadual Mario Avesani Prefeito
<b>Santo André</b>	Escola Estadual 16 De Julho Escola Estadual Américo Brasiliense Doutor Escola Estadual Antonio Adib Chammas Escola Estadual João Galeão Carvalhal Senador Escola Estadual José Augusto De Azevedo Antunes Professor Escola Estadual Oscavo De Paula E Silva Professor Escola Estadual Valdomiro Silveira Escola Estadual Oito De Abril Escola Estadual Wanda Bento Gonçalves Escola Estadual Nelson Pizzotti Mendes
<b>Santos</b>	Escola Estadual Cleobulo Amazonas Duarte Professor Escola Estadual Azevedo Junior
<b>São Bernardo do Campo</b>	Escola Estadual Tito Lima Escola Estadual Professora Maria Osório Teixeira
<b>São Carlos</b>	Escola Estadual Arlindo Bittencourt Escola Estadual Jesuino De Arruda
<b>São José dos Campos</b>	Escola Estadual Miguel Naked Major Escola Estadual Moabe Cury
<b>São Paulo</b>	Escola Estadual Caetano De Campos (Consolação) Escola Estadual Fidelino Figueiredo Professor

Escola Estadual João  
Kopke  
Escola Estadual Miss  
Browne  
Escola Estadual Ana Rosa De Araujo Dona  
Escola Estadual Emiliano Augusto Cavalcanti  
De Albuquerque e Melo  
Escola Estadual Fernão Dias  
Paes  
Escola Estadual Godofredo  
Furtado  
Escola Estadual Pedro Fonseca  
Professor  
Escola Estadual Caetano De Campos  
(Aclimação)  
Escola Estadual Raul  
Fonseca  
Escola Estadual Astrogildo Arruda  
Prof  
Escola Estadual João Doria  
Deputado  
Escola Estadual Maria Regina Machado De  
Castro Guimaraes  
Escola Estadual Republica Do Suriname  
Escola Estadual Roger Jules De Carvalho  
Mange  
Escola Estadual Shinquichi  
Agari  
Escola Estadual Jardim Wilma  
Flor  
Escola Estadual Salvador Allende Gossens  
Presidente  
Escola Estadual Moacyr Campos Professor  
Escola Estadual Antonio Emilio Souza Penna  
Professor  
Escola Estadual Gavião Peixoto Brigadeiro  
Escola Estadual Martin Egidio  
Damy  
Escola Estadual Silvio Xavier Antunes  
Professor

Escola Estadual Castro  
 Alves  
 Escola Estadual Flavio Jose Osorio Negrini  
 Professor  
 Escola Estadual Maria Petronila Limeira Dos  
 Milagres Monteiro  
 Escola Estadual Mary  
 Moraes  
 Escola Estadual Miguel Maluhy Comendador  
 Escola Estadual Neyde Aparecida Sollitto  
 Professora

### **Sertãozinho**

Escola Estadual Bruno Pieroni Professor  
 Escola Estadual Nicia Fabiola Zanutto  
 Professora

### **Sorocaba**

Escola Estadual Lauro Sanchez Professor  
 Escola Estadual Antônio Vieira Campos  
 Escola Estadual Beathris Caixeiro Del Cistia  
 Escola Estadual Hélio Del Cistia  
 Escola Estadual Humberto De Campos  
 Escola Estadual Jorge Madureira  
 Escola Estadual Mario Guilherme Notari  
 Escola Estadual João Rodrigues Bueno  
 Escola Estadual Antonio Padilha  
 Escola Estadual Antonio Cordeiro  
 Escola Estadual Elza Salvestro Bonilha  
 Professora  
 Escola Estadual Genésio Machado Professor  
 Escola Estadual Dr Julio Prestes De  
 Albuquerque  
 Escola Estadual Rafael Orsi Filho Professor  
 Escola Estadual Roque Conceição Martins  
 Professor  
 Escola Estadual Senador Vergueiro  
 Escola Estadual Guiomar Carmolesi Professora  
 Escola Estadual Isabel Lopes Monteiro  
 Escola Estadual Ezequiel Machado Nascimento  
 Escola Estadual Osis Salvestrini Mendes  
 Escola Estadual Professor Julio Bierrenbach

	Lima
	Escola Estadual Senador José Ermírio De Moraes
	Escola Estadual Dr Julio Prestes De Albuquerque
	Escola Estadual Mario Guilherme Notari
	Escola Estadual João Soares Monsenhor
<b>Taboão da Serra</b>	Escola Estadual Domingos Mignoni
<b>Taquaritinga</b>	Escola Estadual Francisco Silveira Coelho Professor
<b>Votorantim</b>	Escola Estadual Selma Maria Martins Cunha
<hr/>	
<b>TOTAL</b>	212
<hr/>	



## APÊNDICE 2

### Trabalhos acadêmicos sobre ocupações secundaristas em São Paulo (2016-2018)

AUTOR	TÍTULO	TIPO	DATA
ALTHEMAN, F.	Potências disruptivas e de subjetivação no movimento de insurgência de estudantes em São Paulo	Comunicação	2017
ARONI, R.	As ocupações escolares e os secundaristas: desafios, limites e ensinamentos das ações coletivas	Comunicação	2017
ARREGUY, C.	Os estudantes secundaristas em luta contra a reorganização escolar paulista: um estudo de caso	Monografia	2017
CATINI, C; MELLO, G.	Escolas de luta, Educação política	Artigo	2016
COELHO, L.	“Só a luta muda a vida”: ocupações escolares de 2015 pela perspectiva dos secundaristas	Monografia	2017

---

CORSINO, L; ZAN, D.	A ocupação como processo de descolonização da escola: notas sobre uma pesquisa etnográfica	Artigo	2017
CORTI, A; CORROCHANO, M; SILVA, J.	“Ocupar e resistir”: A insurreição dos estudantes paulistas	Artigo	2016
DE SORDI, D; MORAIS, S.	“Os estudantes ainda estão famintos!”: ousadia, ocupação e resistência dos estudantes secundaristas no Brasil	Artigo	2016
HAYASHI, M; FERREIRA JUNIOR, A; HAYASHI, M.C.	Atuação e resistência dos estudantes secundaristas nas ocupações das escolas públicas paulistas	Artigo	2017
JANUÁRIO et al.	As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social	Artigo	2016

---

---

MARTINS et al.	As ocupações das escolas estaduais da região de Sorocaba/SP: falam os estudantes secundaristas	Entrevista	2016
MEDEIROS, J; JANUÁRIO, A.	Desrespeito, indignação ou injustiça: o que motivou os secundaristas paulistas a ocuparem suas escolas?	Comunicação	2017
MORAES, C; XIMENES, S.	Políticas educacionais e a resistência estudantil	Artigo/Editorial	2016
OLIVEIRA, S.	As Ocupa-Ações secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida	Artigo	2016
PATTA, C.	Contestando a Ordem: um Estudo de Caso com Secundaristas da Zona Leste Paulistana	Dissertação	2017
PIOLLI, PEREIRA, MESKO, A.	E; L; A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento	Artigo	2016

---

---

	estudantil secundarista		
ROMANCINI, R; CASTILHO, F.	“Como ocupar uma escola? Pesquisa na internet!”: política participativa nas ocupações de escolas públicas no Brasil	Artigo	2017
SANTOS, J.	Movimento de ocupação das escolas públicas paulistas	Comunicação	2016
SANTOS, M; SEGURADO, R.	Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo	Comunicação	2016
SILVEIRA et al.	Identidade e participação: apontamentos sobre a experiência política das ocupações secundaristas de 2015	Artigo	2017
TORI, L.A.; HOMMA, L.H.G.	MOVIMENTO ESTUDANTIL: Uma comparação do “tradicional” movimento	Artigo	2018

---

---

estudantil e as  
ocupações das  
escolas em 2015

---

Fonte: elaboração própria